



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS –
PPGHEC

ELIZABETE MATIA DE SIQUEIRA

“MUDAMOS OUTRA VEZ”:
MULHERES ATINGIDAS PELA USINA SANTO ANTÔNIO CONTAM SUA HISTÓRIA

Porto Velho – RO

2016

ELIZABETE MATIA DE SIQUEIRA

**“MUDAMOS OUTRA VEZ”:
MULHERES ATINGIDAS PELA USINA SANTO ANTÔNIO CONTAM SUA HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais Amazônicos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em História e Estudos Culturais Amazônicos pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Gomes Sampaio.

Linha de Pesquisa: Culturalidades Amazônicas.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

Siqueira, Elizabete Matia de.
S618m

“Mudamos outra vez”: mulheres atingidas pela Usina Santo Antônio contam sua história/ Elizabete Matia de Siqueira, - Porto Velho, Rondônia, 2016.
109f.:il

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Gomes Sampaio

Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais Amazônicos) - Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

1. Mulher 2. Reassentamento 3. Visibilidade 4. Políticas Públicas.
I. Sampaio, Sônia Maria Gomes II. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU: 502.33

Bibliotecário Responsável: Luã SilvaMendonça CRB11/905

ELIZABETE MATIA DE SIQUEIRA

**“MUDAMOS OUTRA VEZ”:
MULHERES ATINGIDAS PELA USINA SANTO ANTÔNIO CONTAM SUA HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais Amazônicos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em História e Estudos Culturais Amazônicos pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), aos 15 dias do mês de dezembro do ano de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sônia Maria Gomes Sampaio
PPGHEC - UNIR
Presidente (Orientadora)

Prof. Dr. Alexandre Pacheco
Programa de Pós-Graduação – PPGHEC - UNIR
Membro Interno

Prof. Dr. Miguel Nenevê
Programa de Pós-Graduação – UNIR
Membro Externo

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Santo Soares de Siqueira (*in memoriam*) e Ivanir Maria de Siqueira, pelos valores repassados e o incentivo para estudar, pois meu pai dizia ser a educação a maior herança que poderia deixar aos filhos.

Ao meu filho João Alberto, que me ensinou a crescer como pessoa e ser mãe e pai, pois não existe receita pronta para se criar um filho.

AGRADECIMENTOS

Escrever a dissertação é um momento solitário, mas de uma forma ou de outra muitos contribuíram para este momento e só tenho a agradecer.

A Deus, pela permissão de ser útil e servir a Ele, como seu instrumento na construção de uma sociedade melhor.

À Profa. Dra. Sônia Maria Gomes Sampaio, minha orientadora, pela dedicação e calma nas orientações, que contribuíram para amenizar a minha ansiedade. Agradeço todo o acompanhamento nas várias etapas desta aventura.

Aos docentes Dr. Alexandre Pacheco e Dr. Miguel Nenevê, membros da Banca pelas contribuições e sugestões no Exame de Qualificação, permitindo um novo olhar.

Ao meu filho João Alberto, que me foi emprestado para um curso intensivo de como amar os filhos além de nós mesmos, de como mudar nossos defeitos para darmos os melhores exemplos e de aprendermos a ter coragem. Ser mãe é o maior ato de coragem que alguém pode ter, porque é expor-se a todo o tipo de dor, principalmente a incerteza de agir corretamente e a do medo de perder alguém tão amado. Não perdi. Você foi apenas um empréstimo, cresceu, bateu asas e voou. Hoje segue os meus exemplos, e é um homem preocupado em construir uma sociedade mais justa.

À minha família adotiva de Rondônia, minha irmã de coração Marlene Rodrigues, João Guilherme Rodrigues Mendonça e sobrinho João Guilherme Filho, pela perseverança nos momentos difíceis e por sempre estarem ao meu lado, bem como lembrarem-me do Edital de Seleção do Mestrado em Estudos Culturais. A eles sou muito grata pelo carinho que sempre dedicaram a nossa amizade.

A amiga Ana Gubert, por ter partilhado e dividido comigo momentos de estudo e discussões desde os tempos da especialização, em que adentramos por novas experiências de trabalho e muito aprendemos.

Aos irmãos Edilson, Elozinete, Eluzinei e Edelvane, que sempre torceram pela minha busca insistente de crescimento, juntamente com minha cunhada, cunhados, sobrinhos e sobrinhas, em especial a Ana Livia, minha afilhada, que acaba de chegar ao seio da família.

À Jessica, por estar agregando à família e ser a filha que eu não tive.

A todos os docentes do mestrado, em nome do professor Alexandre Pacheco, que ampliaram os meus horizontes com seus conhecimentos sobre os Estudos Culturais.

A CAPES, pelo apoio através da Bolsa de incentivo à pesquisa.

Aos professores Dr. Sergio Rivero e Dr. Antônio Carlos Maciel, pelo incentivo e apoio, ainda na Especialização em Gestão Escolar, para cursar o mestrado.

A Santo Antônio Energia, que prontamente nos forneceu as informações para iniciarmos a pesquisa.

À Aldenora, Técnica Social da EMATER-RO, que nos apoiou e nos acompanhou na pesquisa de campo.

Aos colegas de trabalho, pelo apoio nos momentos decisivos para cursar as disciplinas do mestrado.

Aos colegas de mestrado, em nome da Dieine, pela convivência e amizade.

A amiga Gisele Caroline, por nos atender em momentos difíceis e não medir esforços para solucionar as dificuldades na formatação da dissertação.

Às mulheres do Reassentamento Santa Rita, que abriram as portas de suas casas para me receberem, contando suas histórias de mudar outra vez. A todas vocês os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a todas as mulheres e homens que sonham e lutam pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna, com igualdade de oportunidade para todos.

A todos, muito obrigada.

É preciso erguer o povo à altura da cultura e
não rebaixar a cultura à altura do povo.

(Simone de Beauvoir).

SIQUEIRA, Elizabete Matia de. “**Mudamos Outra Vez**”: mulheres atingidas pela Usina Santo Antônio contam sua história. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais Amazônicos) – Departamento de História, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2016.

RESUMO

Ao vivenciar um novo ciclo econômico no Século XXI, Rondônia constrói esse cenário com a implantação do complexo energético da Santo Antônio Energia, as usinas hidrelétricas no Rio Madeira, no município de Porto Velho. Esse empreendimento traz consigo o remanejamento de pessoas através do “ato notorial”, que relaciona as pessoas e as benfeitorias existentes nas áreas desocupadas, bem como a recomposição das atividades econômicas, sociais e produtivas. O Reassentamento Santa Rita é resultado desse processo e foco de interesse de uma pesquisa de campo de caráter descritivo, que através da história oral elucidará questões: de que formas estabelecidas no contexto das relações familiares o lugar da mulher reassentada? De que modo é percebido o trabalho da mulher no reassentamento? As políticas públicas atendem aos direitos dessas mulheres no aspecto econômico, humano e social? Os autores que fundamentaram esse estudo são: José Carlos Meihy (2011), que concebe a história oral como espaço capaz de dar sentido à cultura e explicar atos sociais vistos pelas pessoas; Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), que definem território e a interdependência e inseparabilidade da natureza e seu uso pelo homem; Stuart Hall (2011), que, por sua vez, argumenta, ao tratar de espaço e tempo, que também reflete no sistema de representação a produção de efeitos sobre a forma como as identidades são apresentadas; Simone de Beauvoir (1949), que é contumaz em dizer que os homens forjaram à mulher a condição de subordinada e essa condição é desejada no céu e proveitosa na terra; Peter Burke (1997), que afirma que a história das mulheres foi redescoberta e permitiu aos historiadores ampliarem sua visão nos estudos do espaço privado, enquanto estudo sociocultural; e outros, como Maria Elisa Cevalco (2003), Homi Bhabha (2007), Sônia Maria Gomes Sampaio (2010), Michel Foucault (2014) e Joan Scott (1994). A relevância do estudo está no registro das narrativas das mulheres do Reassentamento Santa Rita, para que tenham voz sobre seu papel, tanto no espaço privado como no espaço público, reforçando sua visibilidade nesse contexto.

Palavras-chave: Mulher. Reassentamento. Visibilidade.

SIQUEIRA, ElizabeteMatia de. "*We moved out again*": Women affected by Santo Antonio Hydroelectric Power Plant tell their stories. 2016. 109 p. Dissertation (Master's Thesis on History and Amazonian Cultural Studies) – Department of History, Federal University of Rondônia, Porto Velho, RO, 2016.

ABSTRACT

To experience a new economic cycle in the XXI Century, Rondônia builds this scenario with the implementation of energy complex of Santo AntônioEnergia, the hydroelectric plants on the Madeira River in the city of Porto Velho. This venture brings the relocation of people through the "notarial act" related persons and existing improvements in unoccupied areas and the restoration of economic, social and productive activities. The Resettlement Santa Rita is the result of this process and focus of interest of a descriptive field research, which through oral history elucidate issues such as: how are established in the context of family relationships the place of resettled woman? How is perceived the work of women in the resettlement? Public policies meet the rights of these women in the economic, human and social aspect? The authors that supported this study José Carlos Meihy (2011) that conceives of oral history, as space capable of making sense of culture and explain social acts seen by people, Milton Santos and Maria Laura Silveira (2001) defines territory and the interdependence and inseparability of nature and its use by man, Stuart Hall (2011) argues that when dealing with space and time also reflect the representation system takes effect on how identities are presented Simone Beauvoir (1949) is stubborn to say that men forged the woman a subordinate and this condition is desired in the sky and fruitful in the land, Peter Burke (1997) states that women's history was rediscovered and allowed historians to broaden their vision in the private area studies, while socio-cultural study and others like Maria Elisa Cevalco (2003), HomiBhabha (2007), Sonia Maria Gomes Sampaio (2010), Michel Foucault (2014), Joan Scott (1994). The relevance of the study is that there is no record that women Resettlement Santa Rita had a voice about his role in the private space and public space and its visibility in this context.

Keywords: Woman. Resettlement. Visibility.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação	16
Quadro 2 - Renda.....	16
Quadro 3 - Identificação dos lotes das colaboradoras	20
Quadro 4 - Usinas Hidrelétricas na Região Amazônica – Área de Reservatório versus Potência	30
Quadro 5 - Níveis de ocupação dos lotes por etapas PA Joana D’Arc.....	31

LISTA DE SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ARESANTA	Associação dos Produtores do Reassentamento Santa Rita
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAR	Centro de Apoio ao Reassentado
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
IBAMA	Instituto Brasileiro e Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NUAR	Núcleo Urbano de Apoio Rural
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Programa de Assentamento Dirigido
PBA	Plano Básico Ambiental
PIC	Programa Integrado de Colonização
PNDTR	Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais
PNE	Plano Nacional de Energia
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PPA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAE	Santo Antônio Energia
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
UHE	Usina Hidrelétrica Energia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OS CAMINHOS DA PESQUISA	15
3 O MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO: CONTEXTUALIZANDO AS MULHERES ASSENTADAS	21
3.1 A USINA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	27
3.2 A OCUPAÇÃO DE PORTO VELHO NO PERCURSO DE SUA HISTÓRIA NO SÉCULO XXI	29
3.3 DIÁLOGOS NECESSÁRIOS:O REASSENTAMENTO E OS ESTUDOS CULTURAIS	34
4 O PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO DA MULHER: DO ESPAÇO PRIVADO AO PÚBLICO E O EMPODERAMENTO DE SUA HISTÓRIA	42
4.1 RECORTE HISTÓRICO: DA MARGINALIDADE À LUTA POR SEUS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS.....	43
4.2 A MULHER NO MEIO RURAL: A REPRESENTAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS.....	47
4.3 A MULHER RURAL E SUA IDENTIDADE LOCAL.....	49
4.4 A HISTÓRIA ORAL E O EMPODERAMENTO DA MULHER REASSENTADA.....	51
4.5 A NARRATIVA DA MULHER REASSENTADA NO REASSENTAMENTO SANTA RITA.....	53
4.6 A “MULHER” E DEMAIS SENTIDOS PARA AS REASSENTADAS NO REASSENTAMENTO SANTA RITA	59
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A - Ficha com dados das transcrições das entrevistadas	91

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo nada mais é do que remontar à minha história de vida, a minha origem, ter nascido em família pobre e de pequenos agricultores, o que muito se assemelha com os sujeitos da minha pesquisa.

Pode-se questionar: mas por que só agora no mestrado? Hoje, após o amadurecimento pessoal e profissional, ví a possibilidade de, através da academia e do objetivo da pesquisa, retomar o trabalho com as mulheres, no qual poderei obter dados concretos para melhor conhecê-las, com vidas tão semelhantes à que vivi. Com o estudo “Mudamos outra vez”:mulheres atingidas pela Usina Santo Antônio contam sua história, me propus a identificar a condição da mulher no Reassentamento Santa Rita.Foi grande o desafio proposto por esta pesquisa de campo, com base nos fundamentos da história oral, na busca por responder às seguintes questões: Como é estabelecido, no contexto das relações familiares, o lugar da mulher reassentada? De que modo é percebido o trabalho da mulher no reassentamento? As políticas públicas atendem aos direitos dessas mulheres no aspecto econômico, humano e social?

Para responder a essas questões, o estudo foi delineado em 04 (quatro) seções com o objetivo de entender as relações de gênero dessas mulheres frente às desigualdades.Em torno da complexidade do tema, propus desvendar o dia a dia dessas mulheres, trazer à tona a importância do seu trabalho e oportunizar que elas falassem de si mesmas.

Diante desse contexto, na primeira seção, apresentamos a pesquisa e o aporte metodológico para sua execução. Trata-se de um estudo cultural que utilizou ferramentas da história oral, como instrumento de coleta de dados.Elaborei uma entrevista, não estruturada,que depois de ouvida foi transcrita. Fiz a transcrição da fala de 08 (oito) mulheres do Reassentamento Santa Rita, conferindo material de análise e discussão. Também direcionei um questionário ao empreendedor para consolidar dados sobre o Reassentamento Santa Rita.

Na segunda seção,contextualizei o modelo energético brasileiro para compreensão do cenário do Reassentamento Santa Rita. Era necessário conhecer a ocupação do território desde a colonização até o modelo energético brasileiro. Rondônia vive no Século XXI um novo ciclo econômico e na sua história, com a construção das usinas, novas tramas sociais que lhes dão vida, conflitos e sentidos. Com isso, conheceu-se o diálogo entre historiadores Marco Antônio Teixeira e Dante Ribeiro da Fonseca (2001) e geógrafos como Milton Santos e

Margarida Moura, sobre as dinâmicas territoriais de Rondônia e mais especificamente de Porto Velho.

Já na terceira seção, foi preciso construir um arcabouço sócio-histórico da mulher, retratando seu *empoderamento* na história, no espaço privado e público. Esse recorte histórico possibilitou que compreendêssemos que as abordagens históricas, negligenciam as vozes femininas, e a história das mulheres não foram relatadas. Por isso, ao olhar o cotidiano das mulheres do Reassentamento Santa Rita, encontrei na história oral uma ferramenta para dialogar com as interfaces da mulher reassentada. O aporte teórico utilizado que fundamentou esse estudo e nos deu base conceitual, como Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2001), propõe uma discussão sobre espaço e a lógica centro-periférica, que revela uma situação histórica e a circulação dos homens e seus processos reguladores. Para o fundamento teórico-metodológico referencia-se José Carlos Meihy (2011), que indica caminhos operacionais para interessados em trabalhos com entrevistas, visto que o foco de interesse consiste em registrar a fala das mulheres reassentadas no Reassentamento Santa Rita.

A pesquisadora da Universidade de São Paulo Maria Elisa Cevalco (2003) foi importante para explicar os processos pelos quais as reassentadas vivenciaram as mudanças e como elas representam de maneira particular (laços familiares e comunitários, memórias e emoções).

Ao analisar as narrativas das mulheres reassentadas, utilizei o filósofo francês Michel Foucault (2014), discutindo o “pelo que se luta” e o poder do qual queremos apoderar.

Ao posicionar o sujeito de nossa pesquisa recorri a Homi Bhabha (2007), crucial para ir além das narrativas e compreender as condições presentes a fim de encontrar vozes que retratam a mulher e seu lugar no reassentamento.

No que concerne às representações sobre o local, Yi-Fu Tuan (1980) mostra que é preciso haver um envolvimento afetivo entre a pessoa e o lugar em que ela vive, e assim foi possível identificar se o reassentamento é o local daquelas mulheres.

Joan Scott (1994) contribuiu com fragmentos de sua obra na medida em que escreveu sobre identidade, que de alguma maneira é objeto de nosso estudo, o qual visa dar visibilidade a mulher reassentada.

A relevância da pesquisa talvez esteja na forma significativa e que contribui sobre o estudo da mulher reassentada, já que há poucas referências sobre esse tema. Como não se pretende esgotar o tema, busquei conhecer o lugar da mulher reassentada e a visibilidade de seu trabalho, mas há outros aspectos desse cotidiano a serem apontados.

E, nas considerações, estão esboçadas as dinâmicas territoriais de Rondônia, bem como o contexto do Reassentamento Santa Rita e suas peculiaridades. Por fim, foram tecidas considerações quanto à utilização da memória por meio das narrativas, pois em cada linha escrita há um sujeito que dá vida e voz e ainda há muito por fazer com e por essas mulheres.

Esse foi apenas o primeiro passo...

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Trata-se de um estudo cultural, pois, em conformidade com a pesquisadora da Universidade de São Paulo Maria Elisa Cevasco (2003), inclui os fenômenos da vida cotidiana da mulher reassentada e pretende dar espaço para o novo modo de ler as relações que ali foram estabelecidas, tendo em vista que estavam mudando outra vez. Será uma abordagem qualitativa para permitir que as vozes dessas mulheres sejam ouvidas e que os objetivos sejam concretizados, pois, de acordo com Uwe Flick (2009, p. 85) a pesquisa qualitativa permite que as opiniões subjetivas e as perspectivas interativas tornem-se importantes em razão dos meios de exposição, ou de reconstrução de estruturas, e para o autor alguns questionamentos devem ser feitos “O que os próprios sujeitos sociais consideram ser real e como? [...] E sob que condições os pesquisadores mantem essa avaliação da realidade [...]?”.

A pesquisa foi realizada com a participação de 08 (oito) mulheres que residem no Reassentamento Santa Rita, que já haviam sido assentadas em outro Projeto de Assentamento, o Joana D’Arc, em que a obtenção de terra se deu pela forma de arrecadação, e toda a sua estruturação foi realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); sua extensão territorial englobava parte dos estados de Rondônia e do Amazonas. O projeto objetivava implementar sistemas de vivência e produção sustentável. A terra tinha uma função social, econômica e cultural do trabalhador rural e seus familiares também deveriam ter conhecimentos agrícolas e experiência com a obtenção de créditos bancários.

O processo do Reassentamento Santa Rita seguiu a lógica do mercado global, já que a bacia do Rio Madeira oferecia base econômica na utilização dos recursos naturais e devido a seu potencial hídrico, fez parte de um plano de desenvolvimento econômico sustentável. Esse processo teve como protagonista a Santo Antônio Energia, sob o mote de haver demanda nacional por energia e de que nesta localidade havia vantagens ambientais na implantação das usinas. De certa forma, garantia-se que esse complexo energético ligaria Porto Velho ao Sistema Interligado Brasileiro, ao mesmo tempo em que forneceria energia para o Brasil, além de reduzir a utilização de óleo diesel pelas então usinas termoeletricas, utilizadas em todos os municípios do estado.

Um dos pontos fortes em examinar as mulheres do Reassentamento Santa Rita se deve à conotação imperialista representada pela Santo Antônio Energia, e as possibilidades de dar voz a essas mulheres através do estudo de suas narrativas.

Os sujeitos da pesquisa foram identificados como mulheres do Reassentamento Santa Rita com as seguintes características:

Quadro 1 - Identificação

Nº	Iniciais	Idade	Escolaridade	Nº filhos	Chefe Família	Tem companheiro	Tempo Convivência
01	AAV	55	E.M. Inc.	05	Não	Sim	40
02	SAS	44	E.F. Inc.	05	Não	Sim	27
03	IFC	40	E.M. Inc.	03	Não	Sim	15
04	MJMGD	56	E.M.	00	Não	Sim	24
05	GPB	59	E.M. Inc.	03	Não	Sim	40
06	MCSB	50	E.F. Inc.	03	Não	Sim	29
07	MNG	45	E.M.	03	Sim	Sim	07
08	EPS	58	Não Alfabetizada	08	Sim	Sim	39

Fonte: Ficha de entrevista preenchida pelas colaboradoras. 2014.

Além da caracterização dessas mulheres, para compreendermos a lógica capitalista é preciso conhecer o quadro de renda em que essas mulheres estão inseridas.

Quadro 2 - Renda

Nº	Iniciais	Renda Sítio	Renda Aluguel	Outra Renda	Bolsa Governo
01	AAV	Não informou	Não informou	Não	Não
02	SAS	R\$ 1.200,00	R\$ 600,00	Não	Sim
03	IFC	R\$ 1.200,00	Não	Não	Não
04	MJMGD	R\$ 1.400,00	Não	R\$ 800,00	Não
05	GBP	R\$ 1.000,00	Não	R\$ 780,00	Não
06	MCSB	R\$ 1.100,00	Não	Não	Não
07	MNG	R\$ 250,00	Não	Não	Sim
08	LPS	R\$ 800,00	Não	Não	Não

Fonte: Ficha de entrevista preenchida pelas colaboradoras. 2014.

O quadro acima nos mostra que há apenas 02 (duas) reassentadas que recebem algum tipo de bolsa, e que 06 (seis) geram renda de seu sítio em torno de R\$ 800,00 (oitocentos reais) a R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

As colaboradoras doravante receberão o nome de flores conforme suas iniciais: AAV – Rosa; SAS – Margarida; IFC – Açucena; MJMGD – Dália; GBP – Íris; MCSB – Violeta; MNG – Magnólia; LPS – Jasmim.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, e obter as informações e dados necessários, foi indispensável utilização de alguns procedimentos, como a consulta bibliográfica, pois precisávamos obter embasamento teórico a fim de nos aprofundarmos sobre o tema escolhido, e como ferramenta para a coleta de dados utilizei a entrevista, contendo questões subjetivas, para que assim pudéssemos coletar informações de como era mudar outra vez, bem

como são estabelecidas as relações familiares e o lugar da mulher reassentada, e assim identificar a visibilidade do seu trabalho neste contexto.

A história oral figura aqui como elemento metodológico, pois indicou soluções operacionais de como executar o projeto de pesquisa, já que busquei a lógica e a construção dos argumentos diante da problemática proposta.

Em vista do cenário e da necessidade de sistematizar a ‘fala’ da mulher reassentada através da análise das narrativas, cabe conceituar a história oral, que, na perspectiva de José Carlos SebeMeihy (2011, p. 12), consiste num conjunto de procedimentos e com um grupo de pessoas a serem entrevistadas.

A operacionalização desse processo na perspectiva metodológica da história oral obedeceu aos seguintes passos, depois de delineado o foco de nosso interesse:

- a) Inicialmente, fiz contato com a técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER) que presta serviços naquela comunidade, empresa esta contratada pela Santo Antônio Energia, para oferecer serviços técnicos para o uso sustentável da terra, no que se refere à extensão rural;
- b) No segundo momento, após conversa com a técnica da EMATER, fui encaminhada ao setor fundiário da Santo Antônio Energia com o intuito de obter a autorização para adentrar no Reassentamento Santa Rita;
- c) Foram tomados alguns procedimentos que antecederam as entrevistas: elenquei algumas questões consideradas fundamentais para o estudo, bem como, preparei um documento que consistia em dados que iriam consolidar as percepções das relações familiares e os papéis de cada membro com a respectiva autorização para o uso do material a ser tornado público, preservando a identidade das colaboradoras;
- d) As entrevistas aconteceram em duas etapas: num primeiro momento as mulheres foram ouvidas no local do reassentamento; e no segundo momento fomos ouvi-las na Feira do Pequeno Produtor, evento que ocorre na última sexta-feira do mês, em que são comercializados os produtos resultantes da agricultura familiar e os trabalhos artesanais produzidos pelas mulheres;
- e) A transcrição das narrativas consistiu na passagem do código oral para o escrito e resultou nos textos que serão expostos neste estudo;
- f) Eventualmente esses dados foram utilizados em artigos para comunicação e publicação, além de resumo expandido em eventos acadêmicos;

g) E, por fim, a análise das narrativas das reassentadas, para a construção da base de nosso estudo.

A análise das narrativas consistiu na transcrição das falas das colaboradoras e constituiu a representação dos seus aspectos: histórico, social e econômico das reassentadas. Com o intuito de situar as reassentadas em um contexto e estabelecer um cenário, teve-se a compreensão das experiências vivenciadas pelas colaboradoras do Reassentamento Santa Rita.

O cenário com que nos deparamos foi a perspectiva que a Santo Antônio Energia tem como discurso, ao referendar que atendeu a todas as exigências dos órgãos governamentais que autorizaram o complexo hidrelétrico, que foram dadas excelentes condições de vida aos reassentados e que o tipo de equipamento utilizado permite que a área de alagamento seja inferior a outros complexos hidrelétricos que impactam o meio ambiente, além de ter criado estratégias no sentido de criar vínculos com a nova moradia em situações práticas com a colaboração da EMATER (empresa terceirizada contratada para dar assistência técnica e social).

A interlocução com essas mulheres foi vital no sentido de compreender os processos que as reassentadas vivenciaram, para isso, fez-se necessário conceituar cultura, pois, conforme Cevalco (2003), sabe-se que as tradições históricas de geração a geração não são mecânicas, dependem da subjetividade com que cada indivíduo a representa e de maneira particular pode modificar a tradição.

A oralidade das mulheres do Reassentamento Santa Rita vai permitir que se conheçam os padrões culturais, laços familiares e comunitários e que se registrem a memória e suas emoções. Vale salientar que Sonia Maria Gomes Sampaio (2010), pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia, faz menção ao sujeito que, em face das mudanças, insiste em manter em sua memória a possibilidade de materializar ações passíveis de serem analisadas.

O contributo da análise das narrativas reside no exercício da tarefa de refletir sobre os modos de dominação e de controle social existentes na sociedade contemporânea para fortalecer as estruturas coletivas. Isso nos leva a compreender a dinâmica vivenciada das mulheres reassentadas, e, ao fazer recortes nas narrativas, mostrar-se-á os aspectos recorrentes e aquilo que as diferenciam.

Nesse momento e diante de todos os aspectos acima relatados fica evidenciado que alguns questionamentos devem ser feitos, assim como Foucault (2009) sinaliza ao relacionar

as práticas discursivas e os poderes que as permeiam, e diz: quem fala? De quais lugares institucionais obteve-se o discurso? E que posição ocupa o sujeito em relação à pesquisa?

Ao constituir a identidade de nossas colaboradoras, pude investigá-las na representação de sua linguagem, sua expressão, envolvendo suas práticas sociais. Dei e visibilidade à colaboradora que fala, ao mesmo tempo compreendendo como esta fala sinaliza marcas estruturais e ideológicas, e que isso pode ser um espaço de intervenção. A ferramenta utilizada para consolidar esses dados foi a entrevista, por entender que os elementos essenciais poderiam ser obtidos com este instrumento.

A entrevista foi um procedimento que ajudou na precisão da informação necessária. O tipo de entrevista utilizado, conforme Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (1991, p. 195), conceituam entrevista não estruturada como “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”, por isso obtiveram-se narrativas que as identificaram e mostraram seu posicionamento em mudar outra vez.

A entrevista teve como objetivo atender as proposições de Lakatos e Marconi (1991) que são: obter informações e compreendê-las; compreender condutas através de seus sentimentos e anseios; conhecer a maneira pela qual se comportou no passado e se comporta no presente, motivos das opiniões e sentimentos.

A escolha por um tipo de entrevista, de acordo com Lakatos e Marconi (1991, p. 197), pode ser a partir do propósito do entrevistador, e a aplicada foi do tipo não estruturada, ocasião em que “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considera adequada”. Esse tipo de coleta de dados tem como aspecto positivo que pode ser utilizado em todos os segmentos; o entrevistador tem a flexibilidade de buscar diferentes maneiras para inquirir o entrevistado, o que possibilita observá-lo naquilo que diz e como diz, bem como oportuniza o registro da fala, já que utilizei o gravador de áudio, o que confere precisão nas informações.

A preparação da entrevista requereu planejamento, contato prévio com a EMATER e a Santo Antônio Energia. No primeiro momento entrevistei 06 (seis) mulheres, oportunidade em que ficamos o dia todo no Reassentamento Santa Rita.

Num segundo momento fui à feira “Sabor do Campo”, feira essa que é exclusiva dos reassentados e acontece na última sexta feira do mês no pátio da EMATER, instituição contratada para prestar assistência técnica ao produtor reassentado pela Santo Antônio Energia. Nesta ocasião, entrevistei mais 02 (duas) mulheres do Reassentamento Santa Rita.

Com as colaboradoras, estabeleci uma conversação amistosa, foi explicada a finalidade da pesquisa, objeto e importância da colaboração das mesmas.

Durante o processo mantive a confiança da colaboradora e a conversa foi deixando a informante falar à vontade e atendeu a requisitos como: validade dos relatos, relevância dessas falas à pesquisa; foram relacionados sentimentos, memórias e pensamentos.

A pesquisa foi realizada no Reassentamento Santa Rita, projeto executado pela Santo Antônio Energia, cuja execução compreendia moradia e infraestrutura econômica e social, localizado no Município de Porto Velho.

O Reassentamento Santa Rita localiza-se na BR-364, 54 Km sentido Acre, em uma área de aproximadamente 2.600 hectares. O reassentamento possui 153 lotes com área média de 10 hectares. Além dessa área, cada morador possui ainda 40 hectares de terra em área de Reserva Legal, contíguas ou próximas ao reassentamento. As propriedades possuem cercas perimetrais, fossas sépticas, poços individuais com reservatórios de 5 mil litros e energia elétrica. Todas as casas são em alvenaria com área de 100 m². O local também dispõe de igreja, Posto de Saúde, Centro de Apoio ao Reassentado (CAR), que funciona como escritório de campo, centro comunitário, campo de futebol e escola com nove salas de aula e casa de apoio ao professor.

Os lotes relacionados abaixo são das moradoras que colaboraram com a pesquisa, dando voz às mulheres do Reassentamento Santa Rita:

Quadro 3 - Identificação dos lotes das colaboradoras

Iniciais Colaboradora	Nº lote	Iniciais Colaboradora	Nº lote	Iniciais Colaboradora	Nº lote	Iniciais Colaboradora	Nº lote
AAV	52	MNG	77	MCSB	94	EPS	120
GPB	64	IFC	81	MJMG	100	SAS	124

Fonte: Ficha de entrevista preenchida pelas colaboradoras. 2014.

A opção por apresentar os caminhos metodológicos da execução da pesquisa no início da dissertação, teve como objetivo facilitar a leitura e a compreensão do texto uma vez que as falas das mulheres entrevistadas fazem parte do texto em si.

30 MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO: CONTEXTUALIZANDO AS MULHERES ASSENTADAS

Ao considerar o plano de desenvolvimento brasileiro para Rondônia desde a sua colonização como representativo, nesta pesquisa, pretende-se identificar as interfaces da condição da mulher reassentada pela instalação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Trata-se de entender as relações de gênero dessas mulheres frente às desigualdades. A relevância da pesquisa reside em mostrar as peculiaridades de uma realidade social da agricultura familiar do reassentamento a partir do enfoque sobre a contribuição do trabalho feminino para fortalecer as relações familiares.

Diante de um campo vasto e ainda pouco estudado em torno da complexidade que envolve o cotidiano das mulheres, com este estudo propus desvendar o dia a dia dessas mulheres, trazer à tona a importância do seu trabalho, bem como oportunizá-las a falarem de si mesmas e de suas condições enquanto mulheres, dos seus laboriosos dias, de suas famílias, minimizando os efeitos da invisibilidade que pairam sobre suas vidas.

A escolha do Reassentamento Santa Rita se deu em razão de ser formado por famílias já assentadas anteriormente em outro projeto e que, em virtude do alagamento dos seus lotes pela Usina Santo Antônio, foram reassentadas no Reassentamento Santa Rita.

Neste cenário, pretendo elucidar questões tais como: de que forma é estabelecido no contexto das relações familiares o lugar da mulher reassentada? De que modo é percebido o trabalho da mulher no reassentamento? As políticas públicas atendem aos direitos dessas mulheres no aspecto econômico, humano e social?

Assim, analisarei as relações estabelecidas entre homens e mulheres no contexto em que vivenciam as suas experiências cotidianas, as relações familiares, os papéis desempenhados pelos membros da família e a importância de cada um na consolidação do lugar da mulher, o reconhecer das atividades domésticas como trabalho e a organização das mulheres do Reassentamento Santa Rita.

Ao entender que as lutas das mulheres afirmam seu protagonismo e promove a sua autonomia política, este estudo visa identificar como objetivo geral o lugar da mulher do Reassentamento Santa Rita no contexto das relações familiares, em suas atividades laborais e o impacto das políticas públicas em seu atendimento.

Ao entrar em contato com especificidades, identificação e organização das mulheres no reassentamento, analisarei as organizações do trabalho das mulheres no seu cotidiano e ainda mapearei as relações das mesmas com os membros da sua família.

O delineamento do estudo e os procedimentos metodológicos terão abordagem qualitativa e a ferramenta para a coleta desses dados serão entrevistas que darão suporte ao desenvolvimento da pesquisa.

O desenvolvimento do trabalho de campo da pesquisa será a partir das falas das moradoras da comunidade do Reassentamento Santa Rita, fundamentadas na proposta teórica-metodológica de José Carlos Sebe Bom Meihy(2011), que concebe a história oral como espaço capaz de dar sentido a cultura e explicar atos sociais vistos pelas pessoas. Essa metodologia aprofundará aspectos sobre determinada realidade, como padrões culturais, estruturas sociais, processos históricos e os laços do cotidiano.

Ao apresentar a localidade do Reassentamento Santa Rita como sendo o objeto do estudo é preciso conhecer a ocupação do território desde a colonização até o modelo energético brasileiro que preconiza o desenvolvimento local, regional, nacional e finalmente global.

O Brasil, por possuir um território composto por riquezas naturais, passou por vários ciclos econômicos desde a colonização até os dias atuais; com Rondônia não foi diferente.

Segundo os geógrafos brasileiros Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2001, p.250), em sua obra *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*, a ocupação do território é matizada pela presença humana e a presença econômica. Isso influenciou nas lógicas econômicas, demográficas e políticas, constituindo condições para a sua implantação.

Assim, acontece a dinâmica da ocupação, de acordo com Santos e Silveira (2001, p. 252) ao se referirem ao advento da Segunda Guerra Mundial. Percebeu-se que algumas regiões estavam isoladas e se fazia necessário encontrar soluções através de um Projeto Nacional para instalar uma política desenvolvimentista.

A ocupação do território de Rondônia, a partir da perspectiva proposta por Santos e Silveira (2001, p. 259), mostra uma discussão dos espaços que mandam e daqueles que obedecem, e analisa as novas lógicas centro-periféricas que revelam uma situação e uma história e as condições de circulação dos homens e seus processos reguladores.

Santos e Silveira (2001, p. 265) discorrem sobre centralidade dessas relações quando afirmam:

Ao longo da história brasileira, cada uma dessas palavras foi adquirindo significações novas. Desse ponto de vista podemos, *grosso modo*, admitir a existência de três grandes períodos da história territorial brasileira. O primeiro que dura até a Segunda Guerra Mundial é anterior à unificação do território e do mercado. O segundo, com o Brasil unificado, teria como fator dinâmico a indústria e como objetivo a construção nacional. O terceiro

coincide com o processo de globalização e vige até nossos dias.(grifo do autor).

O processo de colonização de Rondônia viveu nitidamente os reflexos centro-periféricos e suas lógicas. À medida que ocorreu a evolução urbana e os seus efeitos econômicos, foram desvendadas tramas sociais que lhe dão vida, conflitos, projetos e sentidos.

Marco Antônio Domingues Teixeira e Dante Ribeiro da Fonseca, pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia, empreenderam minuciosa pesquisa histórica sobre os elementos marcantes das matrizes culturais rondonienses e realizaram um trabalho didático sobre a história de Rondônia. Já o geógrafo brasileiro Milton Santos considera que o território é indissociável dos processos sociais. Ambos, ao pesquisarem a região Amazônica, mais especificamente Rondônia, mostraram a importância de periodização das dinâmicas territoriais de Rondônia concernentes à sua colonização.

As primeiras povoações da margem direita do Rio Madeira tiveram como resultado territorial a conquista e a colonização da bacia do Rio Madeira, com desenvolvimento apenas local, mas com as seguintes dimensões territoriais: várias missões foram criadas para conquistar a população indígena; afastar a pretensão dos espanhóis em ocupar este espaço; explorar as drogas do sertão no vale do Madeira; vários povoados surgiram – Santo Antônio das Cachoeiras, Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande (Teotônio), Balsemão e São José.

Já no período a partir de 1.900, também conhecido como ciclo da borracha, Rondônia vivenciou a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – ligando Santo Antônio a Guajará-Mirim, pois com a extração da borracha e sua comercialização, a construção da ferrovia garantiria o escoamento do látex, que era de fácil exportação e utilizado nas indústrias automobilísticas. A extração da borracha impulsionou o desenvolvimento das cidades de Manaus, Belém e Porto Velho, além da incorporação do Acre ao Brasil.

A construção da estrada de ferro atraiu a Porto Velho milhares de trabalhadores de diversas nacionalidades e possibilitou o fenômeno da urbanização, que também contribuiu para garantir as fronteiras brasileiras, culminando com a criação do Território Federal do Guaporé. Aliada a essa expansão local e regional, ocorreu uma ação governamental para integrar a Região Norte ao Sul do Brasil, construindo-se 2.270 (dois mil, duzentos e setenta) Km de linha telegráfica.

A implantação da linha telegráfica atraumato-grossenses, paulistas e nordestinos que trabalhavam no serviço de telégrafo, o que gerou pequenos núcleos urbanos como, Ariquemes, Pimenta Bueno e Vilhena.

Nesse ciclo econômico, Porto Velho foi fundamental para a integração nacional. Com a mudança do nome do território do Guaporé para Rondônia pela Lei nº 21.731 de 17 de fevereiro de 1956, Porto Velho é instituída capital do Território e passa a contar com órgãos de jurisdição federal.

Na década de 1960, no chamado ciclo econômico de extração mineral, houve a exploração da cassiterita, primeiro de forma manual e posteriormente mecanizada, ocasionando grande fluxo migratório propiciando a formação de povoamento e aglomerado de pessoas. Nesse ciclo de extração mineral outro evento importante que geograficamente proporcionou uma expansão local, regional e nacional, foi a abertura da BR 364, assim, houve uma ocupação efetiva das terras ao longo do traçado da BR 364, aos poucos iam formando-se os municípios ao longo da rodovia, que passou a ser o tronco principal da vida econômica do território; a BR 364 proporcionou a abertura de uma nova fronteira agrícola.

E no período de 1970 a 1990 contou-se com a expansão local, regional e nacional através do incentivo do Governo Federal de apropriação da região norte do país pelas demais regiões, através dos Programas de Colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os programas de colonização implantados pelo Governo Federal são conhecidos como: Projeto de Assentamento (PA), Programa Integrado de Colonização (PIC), Programa de Assentamento Dirigido (PAD), Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR), Polo Noroeste e Planaflores.

Assim, o Projeto de Assentamento (PA) consistia num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas. Consistia em orientações para utilizar racionalmente os espaços físicos e os recursos naturais existentes, objetivava a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do(a) trabalhador(a) rural e seus familiares. Esse projeto selecionava e assentava os beneficiários, nominados como parceiros, que deveriam ter conhecimentos agrícolas, recursos financeiros e experiência quanto à obtenção de crédito bancário.

Enquanto o Programa Integrado de Colonização (PIC) ocorria, o processo de assentamento era realizado pelo INCRA, sendo de sua responsabilidade a implantação da infraestrutura, de administração, realização do assentamento, titularização dos beneficiários, promover a assistência (técnica, ensino, saúde e previdência social), cooperativa de crédito e comercialização. Esse programa deu origem e importância às cidades de Ouro Preto do Oeste, Cacoal, Jaru, Rolim de Moura e Ariquemes.

Outro programa é o chamado Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), cuja responsabilidade era de organizar a territorialidade e implantar a infraestrutura. Já o Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR) tinha o objetivo de melhorar as condições de vida da população rural, aperfeiçoar a infraestrutura e intensificar a assistência do governo à população rural.

Ainda nesse ciclo, contou-se com outros programas do Governo Federal, como o Polonoroeste e o Planaflo. O primeiro fortalecia a população migrante dos demais estados, principalmente do sul e sudeste do país, incentivados pelo governo em povoar e desenvolver o norte do país. O Planaflo, por sua vez, promovia o manejo e a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sócio econômico e ecológico.

Neste interstício de 20 anos, da década de 70 a 90, com o desenvolvimento local, regional e nacional, foi criado o estado de Rondônia, no ano de 1981, com o objetivo de fortalecer a organização social do estado, todos os programas acima atendiam a um único interesse, fixar o homem à terra.

As asserções acima delineiam como foram os ciclos de ocupação do território, dando-nos a possibilidade de compreender como acontece a lógica territorial. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 292), o território é formado pelo conjunto de pontos essenciais ao exercício de sua atividade, isso é evidenciado quando vemos que a ocupação do território pode ser concebida a partir de uma escala geográfica e em sua maioria as ações são de cunho econômico.

É cediço que a construção de hidrelétricas, além de garantir o suprimento de energia futura e alavancar o desenvolvimento nas regiões em que são instaladas, não deve negligenciar os impactos socioambientais que ocasionam nas sociedades locais. A Amazônia constitui a nova fronteira hidrelétrica nacional. Sua peculiaridade reside no perfil de distribuição de energia para todo o país. E para a sua expansão econômica, conta-se com o

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciativa federal desde 2007, dados esses fornecidos no Portal Brasil¹.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio, segundo dados do PAC, da unidade federativa de Rondônia, o município de Porto Velho recebeu recursos federais no ano de 2011 a 2014 na ordem de R\$ 9.067.300.000,00 (nove bilhões e sessenta e sete milhões e trezentos mil reais) e previsto após 2014, o valor de R\$ 4.075.700.000,00 (quatro bilhões setenta e cinco milhões e setecentos mil reais). Tais recursos contribuirão substantivamente para dinamizar os investimentos no país em projetos de infraestrutura, logística, energética e urbana. Caracteriza-se como um dos primeiros grandes empreendimentos do PAC a entrar em operação.

A implantação da obra da usina teve início em 2008, e antecipou em nove meses o início da geração de energia. Conta com 50 unidades geradoras que serão instaladas até novembro de 2016, totalizando 3.568 MW de capacidade, distribuídas em três casas de força: a primeira na margem direita do Rio Madeira, com 8 unidades geradoras; a segunda em sua margem esquerda (grupo 2 e 3) com 24 unidades geradoras e a terceira (grupo 4) no leito do rio com 18 unidades geradoras. A empresa Consórcio Santo Antônio traz uma inovação para o complexo ao utilizar turbinas bulbo, ao afirmar que ao utilizá-la, causa-se menor impacto ambiental, uma vez que alaga um espaço menor da floresta, e o volume de água que chega à barragem corre para outro lado, sem a necessidade da construção de reservatório.

De acordo com a Odebrecht², a turbina bulbo aproveita a velocidade natural do rio, gerando energia em longa escala. Conservou o Rio Madeira em sua calha principal e na margem esquerda implantou o vertedouro principal, e na margem direita foram construídas a casa de força e o vertedouro complementar.

No que concerne à sustentabilidade, o Complexo Hidrelétrico Santo Antônio utiliza o método inovador para reaproveitamento da água, garantindo que nenhuma água contaminada chegue ao rio, através de um separador de água e óleo em ciclo fechado, impede que efluentes oleosos no canteiro atinjam o leito. Também possui um sistema de transposição de peixes com mais de mil metros de comprimento e dez metros de largura no canal principal. Tal iniciativa é para assegurar a reprodução de diversas espécies da região durante a piracema.

¹ Disponível em: <www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/11/matrizenergetica>. Acesso em: 02 jan. 2015.

² Disponível em: <www.odebrecht/usina-hidreletrica-santo-antonio/inovacao-como-solucao>. Acesso em: 02 jan. 2015.

3.1 A USINA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Ao discorrermos sobre o território não se pode esquecer do ponto de vista de Santos e Silveira (2001 p. 247), ao afirmarem “[...] quando quisermos definir qualquer pedaço de território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso que inclui a ação humana”. É nessa perspectiva que o complexo hidrelétrico de Santo Antônio será analisado, já que as famílias reassentadas são uma ação humana que refletem as condições socioambientais que foram submetidas.

O Complexo Hidrelétrico Santo Antônio mostrou que, em relação às comunidades afetadas por suas obras, de acordo com a fiscalização dos órgãos públicos e os critérios utilizados para a transferência dos grupos afetados, foram determinantes as condições de moradia, infraestrutura e serviços semelhantes ou melhores que as anteriores. Aliados a isso conta-se com os Programas de Compensação e Mitigação Sócio Ambiental, que passam a fazer parte do que se denomina Plano Básico Ambiental (PBA); dentre eles figura o remanejamento da População Atingida.

A comunidade atingida, de acordo com dados da Santo Antônio Energia³, totaliza 540 famílias, distribuídas em núcleos habitacionais construídos da seguinte maneira: na margem esquerda do Rio Madeira foram implantados Novo Engenho Velho, Riacho Azul e São Domingos. Na margem direita do rio situam-se Vila Nova do Teotônio, Santa Rita, Morrinhos e o Núcleo Urbano Parque dos Buritis no distrito de Jaci-Paraná.

O Reassentamento Santa Rita, foco de interesse do estudo, trata-se de um reassentamento com peculiaridades locais, pois é composto por famílias que já tinham sido assentadas no Projeto de Assentamento Joana D’Arc, projeto de colonização proposto para ocupação de área rural de Porto Velho.

O Reassentamento Santa Rita faz parte do deslocamento de uma população que se encontrava em uma região do assentamento denominado PA Joana D’Arc. Esses projetos de assentamento, de acordo com a política institucional do INCRA, são áreas destinadas à reforma agrária e visam à integração e ao desenvolvimento territorial e regional, implementando sistemas de vivência e produção sustentável. O assentamento Joana D’Arc localiza-se no município de Porto Velho e de acordo com o Projeto de Reforma Agrária é dividido em 3 áreas, aqui denominadas Joana D’Arc I, II e III.

³ Disponível em: <www.santoantonioenergia.com.br>. Acesso em: 02 jan. 2015.

O PA Joana D´Arc I possui uma área de 21.837,9795 ha, a capacidade é para atender 312 famílias, hoje conta com 278 famílias, encontra-se na fase -5 –de acordo com o INCRA, está no processo de estruturação. Foi criado pela Portaria nº 0071, de 09 de junho de 2000. A obtenção de terras se deu pela forma de arrecadação em 30 de julho de 1981.

O PA Joana D´Arc II possui uma área de 27.920,6606 ha, a capacidade é para atender 221 famílias, foram assentadas 208 famílias, encontra-se na fase -5 – está em processo de estruturação. Foi criado pela Portaria nº 0072, de 09 de junho de 2000. A obtenção de terras foi pela forma de arrecadação em 30 de julho de 1981.

O PA Joana D´Arc III foi subdividido em duas áreas, tendo o Joana D´Arc III parte I uma área de 17.509,0145 ha, com capacidade para 393 famílias, mas só foram assentadas 364 famílias; encontra-se na fase - 5 –de acordo com o INCRA está no processo de estruturação. Foi criado pela Portaria nº 0070, de 09 de junho de 2000. A obtenção de terras se deu pela forma de arrecadação em 30 de julho de 1981.

O PA Joana D´Arc III parte II tem uma área de 6.634,5052 ha, com capacidade para 144 famílias, mas só foram assentadas 113 famílias; encontra-se na fase - 5 – que é o processo de estruturação. Foi criado pela Portaria nº 0032, de 19 de junho de 2009. A obtenção de terras se deu pela forma de arrecadação em 30 de julho de 1981.

A globalização comporta elementos que merecem atenção. Giddens (1991, p. 69) ao se referir a globalização a tem como processo de alongamento “na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da terra como um todo”, assim percebe-se o que aconteceu com a preposição do Reassentamento Santa Rita, pois de alguma maneira, ao fazer parte de uma política energética, essa população foi realocada.

Com isso a ocupação do território pode ser compreendida na perspectiva de Santos e Silveira (2001, p. 255), que afirmam:

Com a globalização, confunde-se a lógica do chamado mercado global com a lógica individual das empresas candidatas a permanecer ou a se instalar num dado país, o que exige adoção de um conjunto de medidas que acabam assumindo um papel de condução geral da política econômica e social. O argumento, fundado no chamado “pensamento único”, inclui um receituário de soluções, sem as quais – diz-se – um determinado país se torna incapaz de participar do processo de globalização. Em nome da inserção desse país na nova modernidade e no mercado global são estabelecidas regras que acabam por constituir um conjunto irrecusável de prescrições. Isso equivale, para cada país, a uma abdicação da possibilidade de efetuar uma verdadeira política nacional, tanto econômica quanto social.

Vemos que o discurso do mercado global fica contrastado com os interesses do complexo da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, quando esta afirma que tomou todas as providências necessárias para reduzir ao mínimo o impacto do remanejamento, cujos investimentos giraram em torno de 620 milhões de reais em indenizações e na construção de novos núcleos, o que representa 40% do investimento total de 1,7 bilhões, nos Programas de Compensação contidos no PBA. Mas tal investimento de maneira nenhuma diminuirá a perda da identidade das pessoas que ali residiam. O remanejamento proposto pela Santo Antônio Energia atendeu apenas aos interesses econômicos, mas não levou em consideração os impactos dos vínculos das pessoas com o lugar em que viviam.

A Bacia do Rio Madeira, a incorporação de suas terras à economia de mercado e o uso econômico dos recursos naturais são resultado de sua ocupação colonial. Nessa ocupação não se pode deixar de mencionar os ciclos econômicos pelos quais passou a formação do Estado de Rondônia, mais especificamente Porto Velho, principalmente com o plano de desenvolvimento econômico ao qual foi submetido com a implantação das usinas hidrelétricas no Rio Madeira.

3.2 A OCUPAÇÃO DE PORTO VELHO NO PERCURSO DE SUA HISTÓRIA NO SÉCULO XXI

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) elaborado pela Santo Antônio Energia, a decisão de implantação das usinas envolveu vários agentes governamentais e não governamentais, havia demanda por energia que justificava o projeto, assim como viabilidade técnica para a sua execução, e os impactos ambientais eram reparáveis e compensáveis pelos transtornos causados pela sua implantação. As vazões de água do Rio Madeira garantiriam a produção de energia o ano todo.

O RIMA da UHE Santo Antônio (2005) esclarece que a geração de grandes quantidades de energia a partir de reservatórios pequenos representa inquestionáveis vantagens ambientais, “uma vez que grande parte dos impactos ambientais de obras dessa natureza é proporcional às áreas que seus reservatórios inundam”. Vejamos o que os estudos técnicos demonstraram ao compararem as relações entre áreas de reservatórios e potências de algumas usinas na Região Amazônica. A Santo Antônio Energia é em relação a outros empreendimentos a que produz mais Megawatts em menor área inundada, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 - Usinas Hidrelétricas na Região Amazônica – Área de Reservatório versus Potência

Usinas na Região Amazônica	Área dos Reservatórios (Km ²)	Potência (MW)	Área Reservatório/Potência da Usina (Km ² /MW)
Balbina	2.360	250	9,44
Samuel	584	217	2,69
Manso	387	210	1,84
Tucurí			
1ª Etapa	2.414	4.000	0,61
2ª Etapa		8.000	0,30
Jirau	258	3.300	0,08
Santo Antônio	271	3.150	0,086

Fonte: RIMA (2005) Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, p.10

Diante de tal quadro demonstrativo entende-se que a implantação da UHE Santo Antônio garantiria a ligação de Porto Velho ao Sistema Interligado Brasileiro, para garantir o fornecimento de energia para a região e reduzir a utilização de óleo diesel na matriz energética do Estado de Rondônia.

O estudo também diz que a população residente nas áreas dos reservatórios é de 1.762 (um mil, setecentos e sessenta e duas pessoas) das quais, segundo o censo populacional (PLENU's, 2014), 377 pessoas são foco de interesse de pesquisa que se encontram no Reassentamento Santa Rita.

O Reassentamento Santa Rita seguiu as exigências de seus órgãos reguladores (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Banco Mundial, Instituto Brasileiro e Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Ministério Público Estadual e Federal), levando em consideração técnicas fundiárias e geográficas necessárias. Com relação aos critérios técnicos e legais seguidos, primeiramente observa-se a mesma bacia hidrográfica para implantação do reassentamento; o reassentamento deve estar próximo a uma malha viária de fácil acesso ao centro urbano; a área adquirida deve ser livre de pendências jurídicas, financeiras e de impostos e, por fim, na divisão dos lotes do projeto serão observados critérios técnicos, estradas internas, área de reserva, tudo deve estar de acordo com a aprovação do INCRA, pelo fato de as famílias já serem objeto de outro assentamento, no caso aqui exposto o Joana D'Arc. O projeto de assentamento Joana D'Arc foi instalado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sua extensão territorial engloba parte do Estado de Rondônia e parte do Estado do Amazonas, sendo constituído de 903 (novecentos e três) lotes; as famílias residentes nesses lotes foram remanejadas para outra localidade denominada reassentamento Santa Rita. Atendendo às determinações do INCRA, teve a finalidade exclusiva de realocar os parceleiros do projeto

que, de acordo com a Santo Antônio Energia, seria o processo de ocupação daquele território e se deu da seguinte maneira como explicita o quadro abaixo:

Quadro 5 - Níveis de ocupação dos lotes por etapas PA Joana D'Arc

Projeto de Assentamento	Total de lotes	Atingidos 70,5 m	%	Atingidos 71,13 m	%	Lotes não atingidos	%
Joana D'Arc I	292	49	16,78	17	5,82	226	77,40
Joana D'Arc II	217	49	22,58	05	2,30	163	15,12
Joana D'Arc III	394	78	19,80	34	8,63	282	71,57
Total	903	176	19,49	56	6,20	071	74,31

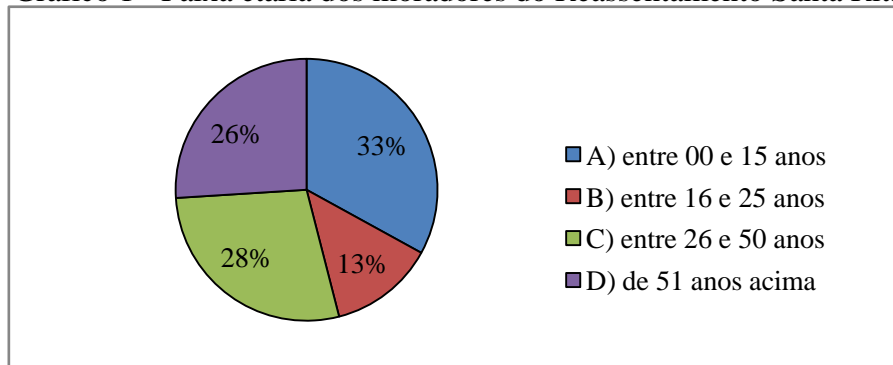
Fonte: Relatório Santo Antônio Energia (2012, p. 10)

Se compararmos as relações entre áreas de reservatório e a potência da usina, a de Santo Antônio atingiu um total de 232 lotes, sendo 176 lotes atingidos no lago de 70,5 metros e 56 lotes atingidos no lago de 71,13 metros. Destes, 153 proprietários de lotes foram reassentados no Reassentamento Santa Rita.

Esse cenário proposto pelo empreendedor esclarece apenas as questões técnicas da implantação do empreendimento, não cita quais os impactos que o remanejamento causa na vida das pessoas, o quanto este processo é agressivo e artificial, pois não se pode esquecer de que não é apenas deslocar-se de um lugar para outro, mas compreender o que simbolicamente isto ocasionou nas condições de existência dos reassentados.

A população do Reassentamento Santa Rita, de acordo com a Santo Antônio Energia, no ano de 2014 estava assim constituída, sendo que os sujeitos de nosso estudo são as mulheres na faixa etária de 40 a 59 anos:

Gráfico 1 - Faixa etária dos moradores do Reassentamento Santa Rita



Fonte: Plenu's, 2014.

De uma maneira geral, as condições de moradia e infraestrutura tornam perceptível que o Reassentamento Santa Rita garante a adaptação social e econômica naquela localidade. Além das características desse novo núcleo habitacional, há algumas características

específicas que caracterizam esse novo modo de vida; neste sentido a Santo Antônio Energia contou com os serviços técnicos da EMATER/RO⁴, que prestou serviços em três dimensões: a econômica, a social e a ambiental.

Na dimensão econômica, o objetivo da Assessoria Técnica tem seu foco de interesse no potencial de geração de renda nos lotes.

De acordo com informações do Setor Fundiário da Santo Antônio Energia, na área zootécnica a EMATER consolidará conhecimentos juntos aos reassentados, com orientações sobre avicultura, suinocultura e bovinocultura. Isso visa otimizar o manejo nutricional, sanitário e melhoramento genético dos animais; inclui-se aí o manejo das pastagens e campanhas de vacinação em animais domésticos. Também são oferecidas linhas de créditos através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Na área agrônômica, são abordadas orientações sobre culturas anuais e perenes, análise e coleta de solo para determinação de colagem e adubação. Gestão de propriedade, tratamentos culturais, calendário agrícola e outros.

Já na área social, as orientações são aquelas preconizadas pelo Sistema Único de Saúde priorizando eixos temáticos como a saúde da mulher, saúde do homem, saúde mental, doenças tropicais e infectocontagiosas, medidas de higiene pessoal e da família, tratamento de água para o consumo doméstico, cuidado com a alimentação e manipulação de alimentos. Impulsionaram-se iniciativas associativas como, por exemplo, a ARESANTA⁵.

E na dimensão ambiental, a EMATER contribuiu para orientar a preservação dos recursos naturais e a legislação ambiental vigente, a obtenção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Licença Ambiental da Propriedade, reaproveitamento de resíduos orgânicos, coleta seletiva e reciclagem de lixo, recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e queimas controladas.

A ocupação do território naquela localidade culminou na edição de uma cartilha que esclarece como se dá o processo de remanejamento de pessoas e os cuidados necessários para reduzir o impacto das pessoas. Vejamos como foi idealizado o reassentamento conforme proposto na coleção *Cartilha Saiba Mais*, uma coletânea de informações sobre o remanejamento de pessoas:

⁴ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia, presta serviços voltados para a produção agropecuária, conservação e recursos naturais e recuperação de áreas degradadas.

⁵ Associação dos Produtores do Reassentamento Santa Rita, criada com o objetivo de agregar os moradores do reassentamento. Possui trator e equipamentos doados pela Santo Antônio Energia. O estatuto está registrado em Cartório.

- ✓ Define o reassentamento como núcleos habitacionais para receber famílias por motivos externos a sua vontade, realizados apenas com autorização e fiscalização dos órgãos públicos;
- ✓ As situações em que eles podem ocorrer podem ser quando a construção de obras de interesse público afetam pessoas que moram nas proximidades e os responsáveis pela obra devem implantar programas de compensação socioeconômica e acompanhar a adaptação das pessoas à nova comunidade;
- ✓ Os critérios do remanejamento foram estabelecidos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrárias, e as diretrizes recomendadas pelo Banco Mundial, cujos modelos determinam que as novas condições de moradia sejam melhores que as anteriores;
- ✓ O empreendedor deve apresentar um Plano Básico Ambiental a ser aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e deve prestar contas aos órgãos ambientais sobre a implantação dos núcleos;
- ✓ A transferência das pessoas está ligada à segurança e bem estar das pessoas;
- ✓ No caso específico da construção da usina hidrelétrica só pode ser construída em rio que apresente queda d'água ou vazão suficientes para girar as turbinas que produzem energia, assim qualquer empreendimento devem ser realizados estudos intensivos de engenharia que “integrem as características técnicas à utilização responsável dos recursos naturais, preservação do meio ambiente e benefícios socioeconômicos para a região” (www.santoantonioenergia.com.br)
- ✓ A redução dos impactos começa antes da aprovação do programa pelos órgãos ambientais e termina anos após as famílias serem instaladas;
- ✓ Deve ser produzido um documento chamado “Ato Notorial” que relacionam as pessoas e as benfeitorias existentes nas áreas desocupadas, deve recompor as atividades econômicas e produtivas das famílias transferidas para reduzir os impactos da transferência;

Essas são algumas das obrigações do empreendedor para com as famílias remanejadas, além de garantir assessoria técnica, social e ambiental às famílias a fim de retomarem as suas atividades econômicas, sociais e produtivas. Não esquecendo que a nova área deve dispor de saneamento básico, acesso à energia elétrica, próximo à malha viária de acesso urbano, dos serviços de saúde, assistência técnica agrícola e outros serviços essenciais. Assim como acompanhar a adaptação das famílias ao longo dos próximos anos.

O processo de remanejamento dos moradores do Joana D'Arc da área atingida foi para uma localidade próxima a BR 354, a 54 Km sentido Acre, em uma área de

aproximadamente de 2.600 hectares, os lotes foram demarcados com 10 hectares mais uma área de 40 hectares de reserva legal e as propriedades possuem cercas perimetrais, conforme a *Cartilha Saiba Mais*.

Embora tantos cuidados sejam justificados pelo empreendedor, as pessoas são muito mais valiosas do que apenas conformá-las para retornarem as suas atividades econômicas, sociais e produtivas. Estão em jogo projetos de vida, histórias de famílias e de pessoas e vínculos afetivos com a terra. Isso não pode ser esquecido quando o antigo local é tomado pelas águas.

3.3 DIÁLOGOS NECESSÁRIOS: O REASSENTAMENTO E OS ESTUDOS CULTURAIS

O modelo desenvolvimentista energético brasileiro, em seu Plano Nacional de Energia 2030 (2007), descreve o contexto atual sobre os mecanismos existentes e estratégias futuras para aumentar a eficiência energética para o Brasil, orientando tendências e estratégias de expansão no longo prazo sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

Neste caso, ao pensar o Reassentamento Santa Rita recorre-se a Magda Canto Zurba (2003) para compreender como o estado pode intervir nas populações, em nome das dinâmicas econômicas internacionais, e assim perde-se de vista o que lhe é próprio.

O documento evidencia que grande parte do potencial energético encontra-se na Região Norte e diz “[...]. Nessa Região encontra-se a maior parcela dos recursos hidrelétricos nacionais para desenvolvimento, a partir de 2010”. (BRASIL, 2007, p.31).

Sob essa ótica, Zurba (2003, p. 90) nos diz que é importante que saibamos que somos dependentes do Estado, e afirma: “[...] antes o Estado mobilizava as empresas e todo o grupo de operários na América Latina, agora são as Empresas que mobilizam e controlam as atividades do Estado”; exemplo disso é o Reassentamento Santa Rita.

Quanto ao potencial hidrelétrico, ao se referir à oferta primária de energia hidráulica no mundo, esse quesito evoluiu concentradamente em duas regiões: Ásia, com destaque para a China, América Latina, com destaque para o Brasil, e as hidrelétricas se constituíram em importante alavanca de desenvolvimento do país.

Em razão das construções das usinas hidrelétricas, por parte dos órgãos reguladores, tem-se a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)⁶, cuja função é auxiliar o poder

⁶ ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, criada através do Decreto nº 2.335, de 06 de outubro de 1997 – Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e

público para desempenhar suas atividades e serviços, com o objetivo de controlar e focalizar através da imposição de regulamentação. Essa agência reguladora caracteriza-se como uma autarquia e tem a função de regulamentar, fiscalizar e tomar decisões sobre determinados setores de energia elétrica como bem público e o Estado como fornecedor desse serviço.

As declarações de utilidade pública destinadas ao reassentamento das populações atingidas em razão da implantação das usinas hidrelétricas são emitidas pela ANEEL, agência reguladora instituída no Brasil, na década de 90, através da Lei nº 9.427/96, sob a égide da crise de modelo de estado intervencionista e a emergência do Estado Regulador. Justen Filho (2002, p. 23-25) justifica que o estado regulador indica uma situação variável e heterogênea e possui quatro características, a saber:

[...]

(i) transferência para a iniciativa privada de atividades desenvolvidas pelo Estado, dotadas de forte cunho de racionalidade econômica e liberalização de atividades até então monopolizadas pelo Estado, para propiciar ampla disputa pelos particulares em regime de mercado; (ii) intervenção estatal indireta, por meio do qual o Estado permanece presente ao domínio econômico, não mais como participe direto, mas também valendo-se do instrumento normativo e de suas competências políticas para influenciar os particulares a realizar os fins necessários ao bem comum; (iii) atuação regulatória do Estado norteada não apenas pela proposta de atenuar ou eliminar os defeitos do mercado, mas também pela possibilidade de intervenção destinada a propiciar a realização de certos valores de natureza política ou social; e (iv) institucionalização de mecanismos de disciplina permanente da atividade econômica privada.

Tais prerrogativas, diante das instalações das usinas hidrelétricas no Rio Madeira, têm gerado grandes debates públicos, pois, diante do projeto do estado brasileiro em explorar o potencial energético de recursos naturais, em nome de desenvolvimento econômico, questões sociais, como o deslocamento das populações atingidas pelas barragens, não são consideradas, uma vez que é relevante levar em conta os aspectos humanos e simbólicos que devem ser compreendidos por seus empreendedores para melhor gerenciarem esse projeto.

O cenário da implantação de um complexo hidrelétrico é descrito por Giuliano Silveira Derrosso e Elisa Yoshie Ichikawa (2014, p.98) que assim o explicitam:

Funções de Confiança e dá outras providências. Conforme o Art. 2º - ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica de acordo com a legislação vigente e em conformidade com as diretrizes e as políticas do governo federal. Parágrafo Único – A regularização e fiscalização da Agência incidirão sobre as atividades dos agentes envolvidos na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, abrangendo aqueles com funções de execução de inventário de potenciais de energia elétrica e de coordenação de operação.

E nesse momento de construção da barragem, que começam os principais problemas ambientais e sociais, pois uma grande área de terra (na maioria das vezes, produtiva) será alagada e todo sistema social e ecológico será destruído para sempre. Para Bermann (2003) do ponto de vista ecológico, as populações de animais, ecossistema, fauna e floras são alagados para abrigar o reservatório de água. Do ponto de vista social, as populações que ali residiam são compulsoriamente deslocadas e, junto com isso, mudam hábitos, rotinas, funções produtivas, relações sociais.

O foco de interesse desse estudo refere-se a como essas novas relações sociais são reconstruídas diante dessa ação social do deslocamento dos grupos atingidos por barragens e como passa a ser esse novo *modus vivendi*. Com a finalidade de entender esses processos recorreremos a bases conceituais.

Essa situação do deslocamento nada mais é do que um reflexo que a sociedade contemporânea está vivenciando e impacta a identidade cultural, já que rompe os tipos tradicionais da ordem social. Em favor dos interesses econômicos com o cunho de potencializar a região como polo energético alavancando o desenvolvimento, local, regional, nacional e global, esquecem as pessoas e as suas estreitas relações com a terra.

O Reassentamento Santa Rita evidencia esse processo, de como o remanejamento tem seus reflexos nos interesses financeiros. Chowsky (1999, p. 89) faz uma reflexão em torno das especulações financeiras em detrimento das pessoas que ali convivem:

Grandes corporações estão ocupando mais e mais setores da economia, de modo similar ao que ocorreu no início da industrialização moderna no século XVIII, na Inglaterra. Existe um mercado, mas este é um mercado conduzido pelo estado, e o estado protetor é um elemento crucial do qual dependem as corporações. Obviamente, também existem diferenças. Existe, por exemplo, uma grande expansão de capital financeiro, e a porção do bolo que pertence ao capital financeiro é muito maior que antes. O capital financeiro tem se tornado dominante em relação ao capital industrial, e isto tem efeitos significativos.

A proposição de Chowsky é evidenciada na forma como as reassentadas experimentaram o remanejamento e seus reflexos são visíveis ao dizerem quando interpeladas sobre o que tinham no Assentamento Joana D'Arc e o que falta no Reassentamento Santa Rita.

“La onde eu morava eu gostava de lá. Vimemos muito tempo lá. Tive meus filhos todos lá no Joana D'Arc. Depois teve esse negócio da Santo Antônio que desapropriou a gente. Aí meu marido ficou muito triste, por que nós fomos desapropriados. Viemos pra cá, aí nos tamos morando no Santa Rita, meche com mandioca, agricultura. Ele sempre veve triste, ele gostava bastante de lá. Ele mora aqui mas é meio desanimado. Ele gostava muito lá do Joana D'arc, todos nós gostava lá do Joana D'Arc. E a gente viemos pra cá, tamo levando a vida da gente assim. (Colaboradora Margarida, 2014).

A senhora Margarida reafirma: “Os parentes..... (Dona Margarida chora)..... Que a gente vivia bem lá. A gente não queria sair de lá. Fomos bem dizer, obrigado a sair.(chora)”

Aqui, denomina-se identidade cultural na perspectiva sociológica, de acordo com Stuart Hall(2011), fundador do Centre for Contemporary Cultural Studies,ao dizer que a identidade preenche o espaço entre o interior e exterior, refere-se ao mundo pessoal e ao privado, também afirmando que nossas projeções nas identidades culturais acontecem ao internalizarmos valores e seus significados e passam a fazer parte de nós e alinham nossos sentimentos subjetivos com os lugares que ocupamos objetivamente no mundo social e cultural.

Esse processo de identificação, no qual se projetam as identidades culturais, Hall (2011, p.13) define como:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, contextualizado como tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Acrescenta ainda:

É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente.

Na visão de Hall (2011) entender que a sociedade não pode mais ser vista como determinada faz com que novas identidades surjam.O autor assinala um novo conceito de identidade, pois trata-se de um aspecto complexo e envolve múltiplos fatores. No Reassentamento Santa Rita esse momento das reassentadas proporciona uma nova percepção do que ficou e o que está por vir:

... Hum... que a gente perdeu foram os anos de trabalho que a gente teve lá. Eu acho que a gente não foi bem recompensado pelos anos de trabalho que a gente viveu lá e pelo que a gente tinha. Mais do mais, a gente não pode ficar se questionando por isso. A gente vai trabalhando e vai levando a vida. Mais só isso.” (Colaboradora Açucena, 2014).

De certa forma a incerteza e a imprevisibilidade se de um lado desestabilizama vida das pessoas, abre a possibilidade de desenvolvimento de novos sujeitos, pois a globalização imprime uma nova temporalidade e espacialidade na vida dos sujeitos.

Hall (2011, p. 51) afirma que as culturas nacionais são compostas de instituições culturais, símbolos e representações, e que a cultura nacional é um discurso que constrói sentido, influencia e organiza nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos. Isso é compreendido quando se fala do estado regulador, que nada mais é que a possibilidade de dar a iniciativa privada em prover serviços que deveriam ser providos pelo estado. A pesquisa torna isso claro quando se iniciam os primeiros contatos: inicialmente entrei em contato com a extencionista social da EMATER; segundo ela, haveria uma autorização pela empresa Santo Antônio Energia, que provê as famílias reassentadas de uma ajuda de custo para manterem-se no novo lote, até iniciarem a produção. O que o empreendedor espera é que novos símbolos e representações sejam construídos pelos moradores na nova localidade.

O argumento da identidade nacional pode ser um foco de identificação, e Hall (2011) diz que, ao produzir sentido sobre nação o sentido com quais nós nos identificamos, é que se constroem nossas identidades e o discurso da cultura nacional se equilibra entre o retorno das glórias passadas e o impulso em direção à modernidade. Bem como defende que devemos ter em mente o conceito de cultura nacional que é o de "comunidade imaginada (memórias do passado; desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança". Essa unificação constitui a cultura).

Acredito que esta unificação no reassentamento está sendo buscada com a organização dos moradores, em que há uma intervenção da empresa Santo Antônio Energia, através da empresa contratada para mediar toda articulação da comunidade e conformar os mesmos com a remoção. Vejamos a fala de Rosa, "Eu agradeço muito por a EMATER ter dado esse empurrãozinho. Agradeço a Santo Antônio, também por ter ajudado. Nós temos onze máquinas de costura, que a Santo Antônio deu. E nisso nós formamos o grupo Artesãs do Santa Rita. Somos seis mulheres".

Para teóricos como Raymond Williams (2011, p. 18-9), no Século XX, o termo identidade foi modificado da seguinte maneira:

[...] Veio a significar, primeiramente, "um estado geral ou hábito da mente", tendo relações muito próximas com as ideias da perfeição humana. Segundo, passou a significar "uma situação geral de desenvolvimento intelectual em uma sociedade como um todo". Terceiro, passou a significar "o corpo geral das artes". E quarto, já mais tarde nesse mesmo século, passou a significar "todo um modo de vida, material, intelectual e espiritual. Como bem

sabemos, veio também a ser uma palavra que muitas vezes provocava hostilidade ou constrangimento.

Tais asserções nos mostram que o desenvolvimento da palavra cultura se deve às mudanças ocorridas na vida social, econômica e política. Por isso, trata-se de uma estrutura de poder cultural, portanto, passível de ser uma categoria de análise. Com isso vemos como o remanejamento dá uma nítida impressão de que a remoção foi significativa quanto às melhorias de condições de vida. A colaboradora Dália afirma:

Aqui nem se compara com o Joana D'Arc. Eu não tenho saudade nenhuma do Joana D'Arc. A dificuldade lá era grande. E aqui só o conforto que você tem dessas casas. Aqui fica perto da cidade. Você vai na cidade a hora que quer. Tem Posto de Saúde, fica do lado da minha casa. Sou privilegiada, que o Posto de Saúde tá bem aqui do lado da minha casa. Eu não tenho o que falar daqui. Aqui é muito bom. Eu gosto.

É perceptível que, de acordo com as narrativas das colaboradoras, a empresa Santo Antônio Energia impôs aos reassentados um novo modo de compreender a remoção.

Diante do fenômeno da globalização, tem-se a impressão de que o mundo é menor e as distâncias são mais curtas, ocorrendo um impacto imediato sobre as pessoas e lugares situados a uma grande distância. Nesse aspecto Hall (2011, p.70-71) argumenta que ao se tratar de espaço e tempo também refletem no sistema de representação produz efeitos sobre a forma como as identidades são representadas.

São essas reflexões que levam Hall (2011, p. 75) a afirmar:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre os quais parece possível fazer uma escolha.

O efeito desse processo tem duas possibilidades, o de fortalecer as identidades locais ou a produção de novas identidades; podem-se reter seus vínculos com seus lugares de origem e em contato com novas culturas sem perder de vista sua identidade. Na representação das reassentadas isso é constatado na narrativa de Rosa, que diz, “Eu gosto. Eu gosto de está aqui. Por vários motivos. Por que é mais perto da cidade”.

As experiências femininas na produção da cultura e do cotidiano e a visibilização das mulheres dentro do mundo cultural remetem-nos a pensar as mulheres reassentadas. Como

vimos,na ocupação do território de Rondônia, a agricultura familiar é uma parcela importante nas atividades econômicas e socioculturais da região.

Ao mostrar as peculiaridades da realidade social do reassentamento Santa Rita, nele figura a identidade da mulher reassentada.Segundo Hall (2011, p.21), no jogo das identidades considera-se os elementos pertencentes à nova base política, definida pelos movimentos sociais recentes.

Os movimentos sociais, entre eles os movimentos de mulheres feministas, tem-se apresentado com o cunho de reverter as lógicas desiguais perante nossa sociedade, e nesse cenário Rondônia apresenta uma enorme diversidade cultural, formada por quilombolas, seringueiros, povos da floresta, ribeirinhos e os migrantes na ocupação do espaço, contando com a participação efetiva, direta e indiretamente das mulheres que junto com os homens constituíram a formação dos novos grupos sociais,inclusive dos reassentamentos.

Isso pode ser afirmado quando, nas narrativas das reassentadas,elas retratam suas origens antes do remanejamento, como narrou Iris:

Bom, primeiro eu morava em Porto Velho, vim pra cá em 1975, me casei e vim. Vai fazer 40 anos. Aí a gente morava em mineração. Aí a gente comprou uma casa em Porto Velho. Começamos a trabalhar por conta. Eu cabeleireira e meu esposo de motorista. Aí fomos crescendo a criando os filhos. Aí lá o INCRA doou um lote pra ele no Joana D'arc, é mais ou menos em 1986, ele começou a cuidar desse terreno. Aí era na cidade nos trabalhamos e ele podia ir pra lá. Não tinha acesso de nada, era pelo rio. Não tinha estrada, não tinha assistência nenhuma. Tinha que atravessar de canoa, do que desce. Ele sempre ia. Eu não ia por que eu tinha os meus meninos pra estudar. Depois que ele parou de trabalhar, vamos dizer, eu nem sei dizer o ano, ele foi morar no Joana D'arc. Aí já tinha acesso lá, pela linha do Humaitá, né, atravessando balsa todinha, começou a ir. Eu ia, mais assim, quando tinha feriadão, essas coisas, a gente ia pra lá. Mas era muito difícil. Era quase 6 km de onde o ônibus deixava. O carro ficava longe, não tinha estrada, era só mesmo aqueles bequinho.(beco). Eu ia mais a passeio. Ele ficou lá. Quando veio essa onda de que ia alagar. FURNAS entrou lá dizendo que tinha que sair todo mundo. Aí aconteceu. O que ele já tinha plantado lá foi, graças a Deus foi indenizado. O plantio já estava começando a produzir. Aí remanejaram a gente pra cá, no Reassentamento Santa Rita. Aí, eu já não tinha mais saúde pra trabalhar na minha profissão de cabeleireira. Sabe que chega uma hora que a saúde fica difícil. Aí vim embora. Estou aqui a três anos. Gostei, e gosto muito daqui. Nós temos o conforto, é perto da cidade. Diferente de lá, que lá era tudo difícil. Até o que você tinha pra vender, não tinha acesso. Aqui não, nós já estamos a três anos, já está começando a produzir. Tem banana, põe no carro e vai embora. Em questão de 40 minutos já estamos ali na cidade. Vende tudo. Tudo o que leva, vende. Graças a Deus, né. E temos acompanhamento da EMATER. Já formamos um grupo de trabalho aqui. Este grupo de mulheres fazendo artesanato. Eu estou feliz, graças a Deus, estou feliz neste lugar. Já temos a Unidade de Saúde nos dando apoio aqui, né. Graças a Deus eu não tenho que reclamar nada desse lugar, aqui. Tô bem, agora minha filha está morando

aqui comigo. Trabalha no Jaci, na Escola Militar. Tá lá, que foi inaugurada o ano passado. E ela pediu: mãe, quero passar uns tempos com a senhora aí no sítio. Está trabalhando no Jaci. Está gostando muito do trabalho dela. Aí já foi convidada para o ano que vem trabalhar aqui no Reassentamento. E a Secretária de Educação, tá querendo trazer ela pra trabalhar aqui mesmo. Haa! Vai ficar tudo bom.(Colaboradora Íris, 2014).

E assim, o Reassentamento Santa Rita é representado pelas narrativas das mulheres. Fica evidente que cada uma, a sua maneira, expôs como está experimentando essa remoção. Ao compilar as informações sobre as atividades dessas mulheres daremos visibilidade às novas relações que estão sendo construídas, mesmo com as intervenções e articulações do capital financeiro.

Ao fazer referências aos benefícios do remanejamento, a empresa Santo Antônio Energia explicita que os interesses estão acima das pessoas, ao falar das “compensações” que nada mais são que um engodo para justificar que a iniciativa privada pode prover com aquilo que o Estado não atende. Mesmo diante das compensações o remanejamento é desumano, pois desvincula o homem do local em que vive, criando a ilusão de que a nova localidade oferece mais vantagens que a antiga.

4 O PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO DA MULHER: DO ESPAÇO PRIVADO AO PÚBLICO E O EMPODERAMENTO DE SUA HISTÓRIA

Desde a antiguidade, a mulher esteve fadada a viver subjugada ao homem, como certas histórias descrevem-na ao longo do tempo. Na simbólica história de Gênesis, nos diz Beauvoir (1949), Eva surge como osso supranumerário de Adão, “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela”.

A autora é enfática quando diz que o homem protegerá materialmente a mulher e esta, sua vassala, se encarregará de justificar sua existência e tornar seu caminho nefasto, passivo e alienado,.

Assim, em relação ao que os homens escreveram sobre as mulheres, forjando-a a uma condição de subordinada, Simone de Beauvoir (1949, p. 20), filósofa e feminista francesa, é contumaz em dizer:

Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição de subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa na terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e teologia a serviço de seus desígnios. [...].

As asserções acima comprovam sob quais fundamentos se justificavam a submissão das mulheres ao jugo masculino.

Dessa forma, de alguma maneira a mulher e seu destino estão sob o jugo masculino, que lhe dispôs às mais extremas discriminações. A mulher saiu da marginalidade para a busca de sua visibilidade. E com isso faz-se necessário histórias que documentem o mundo escondido e tragam à luz a história de como foram suprimidas e exploradas.

À medida que o discurso histórico vai posicionar os sujeitos, Joan Scott (1994, p. 304), historiadora Norte Americana, ao apresentar suas experiências, discorre sobre o processo pelo qual a subjetividade é construída, momento em que a pessoa se coloca ou é colocada na realidade social. E por sua vez é uma fonte confiável de conhecimento, pois se trata do contato direto entre o historiador e a realidade, bem como pensar as relações de gênero, suas construções e legitimação no tempo e em contexto diferenciado, para conhecer como a identidade dos reassentados estão sendo construídas.

4.1 RECORTE HISTÓRICO: DA MARGINALIDADE À LUTA POR SEUS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

É somente no Século XVIII que a mulher passa a ser objeto de reflexão e esforça-se em demonstrar que é igual ao homem, um ser humano.

Com o advento da Revolução Industrial, na medida em que a mulher passa a contribuir como mão de obra no mercado do trabalho, torna-se uma forte concorrente para os homens como operária, principalmente pelo fato de terem salários mais baixos. Também nesta condição as mulheres mais uma vez estão reféns dos anticonformistas que buscam provar a inferioridade da mulher valendo-se da religião, filosofia e teologia e das ciências emergentes, biologia e a psicologia experimental.

Assim, escrever a história das mulheres não é tarefa fácil, pois ela ficou invisível por longos períodos e, quando citada, era representada e sua importância restringia-se ao espaço privado, ambiente tido como marginal.

As reflexões frente a essa história marginal tiveram a contribuição dos Annales⁷, cujos historiadores, como Brandel, Bloch e Febvre, visavam que o historiador percorresse caminhos de tempos mais longos a fim de entrarem em contato com a estrutura social e econômica em questão em que se constrói uma interação complexa com o meio, a sociedade, a economia, a cultura (BURKE, 1997).

Essa nova abordagem da história contrapõe-se à história feita de acontecimentos políticos, heróis e tratados, marginalizando, com isso, muitos aspectos da experiência humana, negligenciando as femininas e que as diferenças humanas, ao serem contrastadas com outro aspecto da história social e econômica, a história das mulheres, nesse âmbito, não são relatadas.

De acordo com Peter Burke (1997), historiador inglês, os Annales, por serem fruto do seu tempo, contribuem para a implementação da história problema, do enquadramento da história como ciência humana e social, uma vez que a história até então se resumia ao simples jogo do poder, esquecia-se de que o campo de forças estruturais coletivas e individuais são o que conferem densidade e profundidade à história. E assim, a história das mulheres foi

⁷ A Revista Annales – formada por um grupo de historiadores franceses que contribuíram com a historiografia possibilitando o diálogo entre a história e as ciências sociais, rompendo barreira invisível legitimada por uma história factual e tradicional (REIS, 2004). A revista teve quatro títulos: Annales a l'histoire économique et sociale (1929 – 39). Annales d'histoire sociale (1939 – 42). Mélanges d'histoire sociale (1942 – 44). Annales: économie, sociétés, civilisations (1946) (BURKE, 1997). A revista favoreceu uma abordagem nova e interdisciplinar da história.

redescoberta e permitiu aos historiadores ampliarem sua visão de homem, enraizando a história no cotidiano.

Burke (1997, p. 9), ao fazer um ensaio sobre os *Annales*, mostrou a primorosa contribuição desse movimento que ao incluírem a história da estrutura social, a história da produtividade agrícola, e assim nessa tensão a mulher teve sua visibilidade nos estudos do espaço privado, enquanto estudo sócio-cultural.

Essa condição de situar os indivíduos e eventos a um contexto nos mostra que ao estabelecermos um cenário para compreender as mulheres atingidas pela barragem no Reassentamento Santa Rita, não podemos estar desvinculadas das barreiras socioculturais que tornaram a invisibilidade dessas mulheres historicamente.

E nesse sentido é pertinente a compreensão de Beauvoir (1949), que, em sua obra *O Segundo Sexo*, nos diz:

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio feminino, seu destino normal é o casamento, que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de ser apagado; assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais.

As asserções acima permitem que reflitamos sobre qual existência feminina nos desenvolvemos que para as mulheres reassentadas fica evidenciado que as relações familiares ainda têm o homem como chefe da família, e que o espaço doméstico ainda reserva os afazeres da casa às mulheres.

E nessa distinção do público e do privado, a historiadora Michelle Perrot (2009, p. 14) refere-se a isso dizendo:

O Século XVIII havia apurado a distinção entre o público e o privado. O público tinha se desprivatizado até certo ponto, apresentando-se como a “coisa” do Estado. O privado antes insignificante e negativo, havia se revalorizado até se converter em sinônimo de felicidade. Assumira um sentido familiar e espacial, que no entanto estava longe de esgotar a diversidade de suas formas de sociabilidade.

A conotação de que esse espaço foi transformado acaba conferindo à mulher novos direitos e costumes nas práticas domésticas cotidianas, que logo se empenha em moralizar com as “virtudes a boa dona de casa”. (PERROT, 2009). Aí vê-se que começa a se tornar visível aquilo que estava escondido sob os auspícios domésticos.

O contributo da psicanálise na compreensão do estudo da mulher tem confirmações empíricas para suas teorias. Para eles a história humana se explica através de elementos determinados e, de acordo com Beauvoir (1949, p. 70), eles a justificam dizendo:

Todos atribuem à mulher o mesmo destino. O drama desta reduz-se ao conflito entre suas tendências “viriloides” e “femininas”; as primeiras realizam-se no sistema clitoridiano, as segundas no erotismo vaginal; infantilmente, ela se identifica com o pai, depois experimenta um sentimento de inferioridade em relação ao homem e é colocada na alternativa de manter sua autonomia, de se virilizar – o que sobre o fundo de um complexo de inferioridade provoca uma tensão suscetível de acarretar neuroses, ou de encontrar, na submissão amorosa, uma feliz realização de si mesma, solução que lhe é facilitada pelo amor que devotava ao pai soberano. É ele que ela busca no amante ou no marido, e o amor sexual acompanha-se nela do desejo de ser dominada.

Hoje, tais prerrogativas, para Beauvoir (1949), não são fecundas, pois somente estudaram a sexualidade feminina a partir da libido masculina; para tanto acredita-se que ao descrever o destino feminino, da forma como a psicanálise nos coloca, o “objeto” o “outro”, ela não pode ser definida apenas pela sua sexualidade.

Diante da estrutura econômica e social com a qual nos deparamos, a mulher deve ser compreendida, não só do ponto de vista biológico, pois se depreende que “dois traços caracterizam a mulher são os seguintes: seu domínio sobre o mundo é menos extenso que o do homem; ela é mais estreitamente submetida à espécie”. (BEAUVOIR, 1949).

A história se ocupa de nos mostrar como as sociedades estão relacionadas com seus modos de produção e supostamente com a divisão do trabalho, assim o trabalho doméstico da mulher desaparece ao lado do trabalho do homem, este sim tido como produtivo, trazendo em seu bojo a família patriarcal baseada na propriedade privada.

Ao buscarmos contextualizar a mulher no Reassentamento Santa Rita viu-se que as relações são predominantemente patriarcais. Essa impossibilidade de dividir com os homens estes espaços contou com a ideologia cristã, mais precisamente o catolicismo, que através da violência psicológica, naturalizou a incapacidade e a inferioridade feminina, assim como o puritanismo americano, que, com a colonização dos Estados Unidos da América, ao estabelecer padrões morais, sociais e religiosos, reforçou a submissão da mulher.

Na medida em que a mulher é vista como a zeladora da família, para desvencilhar-se desse papel seria somente a partir das novas relações de gênero, cujo fundamento pautava-se no direito à igualdade e respeito à diferença, de certa forma asseguraram acesso à educação e a sua participação nas lutas sociais, culminando, no início do Século XX, com a obtenção de

direitos civis e políticos. O que vivenciamos no reassentamento é a garantia de alguns direitos conquistados, a escritura da terra é lavrada no nome da mulher.

A história nos oferece reflexões referentes às questões de gênero; parte dessa tarefa coube a Scott, que concebeu a história como um saber capaz de explicar posições dadas no saber histórico.

Ao definir a relação de gênero, propõe:

Historicizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não insistente ou da mesma maneira em cada momento. (SCOTT, 1994, p. 25-26).

Scott (1994) chama a atenção para os cuidados nas reflexões sobre gênero na textualidade, já que estes apresentam a forma como os argumentos são estruturados, e seus significados se expressam através de contrastes explícitos ou implícitos. Vejamos o que é recorrente nas narrativas das reassentadas ao reconhecerem-se naquilo que fazem na rotina de seu dia a dia. A colaboradora Dália (2014) afirma: “As vezes eu tenho que preparar a comida pra hoje e amanhã, por que se eu ficar todo o dia na cozinha, eu não do tempo de fazer. Aí eu tenho bastante coisa pra levar pra feira, e para entregar aqui dentro também”. E a colaboradora Íris (2014) afirma: “Eu cuido da casa, das coisas. Lavo, cozinho, passo e ainda faço artesanato. Tiro um dia pra se reunir, pra ir pro nosso grupo”.

Eu limpo a minha casa, cuido da alimentação, lavo roupa uma vez por semana, por que somos só duas pessoas. Ajudo dar de comer as galinhas, trato os animais. As vezes ajudo recolher o gado no curral. Também não é todo o dia. É quando o marido está mais aperreado. Eu vejo que ele está precisando de uma ajuda. Ele não chega a chamar. Mas eu vejo que ele está aperreado e vou dar uma forcinha. (Colaboradora Rosa, 2014).

As narrativas das reassentadas citam práticas estabelecidas de suas existências e expõem como elas desempenham seus papéis naquela comunidade.

A participação da mulher no mercado de trabalho cresce nas últimas décadas do Século XX. Este aumento de participação ocorreu concomitantemente com outras transformações da sociedade, mas ainda não foram suficientes para que tivessem igualdade dentro do mercado de trabalho.

Dentre os avanços ocorridos, no universo da mulher que vive no meio rural, essa desigualdade é ainda maior no que concerne à conquista de direitos. Abaixo serão delineados as representações dessas práticas sociais.

4.2 A MULHER NO MEIO RURAL: A REPRESENTAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS

A atenção à mulher no meio rural intensifica-se com a criação de políticas públicas, voltadas para a organização social e políticas sociais das mulheres, com a criação em março de 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que fomentou em julho de 2004 a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres⁸, contribuindo para o fortalecimento institucional do organismo responsável pelas políticas para as mulheres, a fim de combater problemas decorrentes de práticas historicamente configuradas que inviabilizaram o processo de participação social e política democrática igualitária de mulheres e homens.

Tais conferências culminaram em 2011 na construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), de 2013 – 2015, cujos princípios norteadores consistem em:

[...]

- autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
- busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens em todos os âmbitos;
- respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminações;
- [...]
- Transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. (BRASIL, 2013, p. 9).

A proposta de transversalidade tem o intuito de dividir responsabilidades e superar a persistente departamentalização da política, combina ações para mulheres e para a igualdade de gênero e permite o enfrentamento de desafios à questão das mulheres do campo.

No que concerne à inserção das mulheres rurais a essas políticas públicas, o plano propõe: o acesso à terra, à água, à documentação, ao crédito, à assistência técnica, à comercialização da pequena produção familiar. (BRASIL, 2013, p. 66).

O capítulo VII do PNPM, temo cunho de fortalecer o direito à vida das mulheres rurais e respeitando as especificidades das mulheres do campo. O Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR) lançou em 2004 o que foi reforçado para o Plano de 2013-2015. Segundo informações, de 2004 a 2011, tal programa emitiu 1.783.738 (um milhão setecentos e oitenta e três mil e setecentos e trinta e oito) documentos, beneficiando um total de 830.317 (oitocentos e trinta mil e trezentos e dezessete) mulheres.

Com a demanda do movimento das trabalhadoras rurais o plano constitui-se em condições básicas de ações para consolidar a autonomia política, uma vez que estende

⁸ 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada no período de 15 a 17 de julho de 2004. O documento da Plenária Final propôs uma Política Nacional para as Mulheres na direção da igualdade e equidade de gênero, considerando raça e etnia e a livre orientação sexual.

à trabalhadora do campo as oportunidades de acesso e direitos legítimos como produtoras e como cidadãs.

O maior desafio da mulher rural é o direito a um título de posse, já que a falta de instrução e demarcação de suas áreas afeta a vida dessas populações.

Com essa inserção produtiva das mulheres, acredita-se na organização de grupos que adotem a autogestão como princípio da economia solidária e a formação continuada de suas integrantes para nortear as ações a fim de que possam desenvolver de maneira sustentável, mecanismos de acesso às políticas de apoio à produção. O esforço em articular saberes e práticas na agricultura visa à garantia de acesso a linhas de crédito, comercialização, fatores fundamentais para o desenvolvimento de pequena produção.

Para atender a essa peculiaridade, tem-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) Mulher⁹, que, além de atender às mulheres assentadas pela reforma agrária, contribui para o desenvolvimento local. Ao estruturar a unidade produtiva fortalece o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Esse fortalecimento esboça no Plano (BRASIL, 2013, p.69) ações como:

- a) Apoiar a produção de mulheres nas hortas urbanas e rurais, produção de alimentos agroecológicos para promover a sustentabilidade socioambiental, órgãos responsáveis: Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MDA);
- b) Ampliar cultura que respeitem os saberes tradicionais das mulheres, apoio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS);
- c) Implementar e consolidar o Programa de Organizações Produtivas das Mulheres Rurais, apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA);
- d) Fortalecer a participação em Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) para garantir à população em situação de insegurança alimentar, apoio Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA);
- e) Apoiar projeto sócio ambiental de grupo de mulheres assentadas da reforma agrária, apoio Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA);
- f) Realizar processos de capacitação sobre gênero na reforma agrária para prestadores de assessoria sócio ambiental, Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA);

⁹ Pronaf Mulher – Tem por finalidade atender propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada. Pode ser solicitado por mulheres agricultoras de unidades familiares de produções enquadradas no Pronaf, independente de sua condição civil.

- g) Promover a regularização fundiária, o direito à titulação e/ou escrituração em nome das mulheres, apoio Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O cenário acima mostra em que medida as políticas públicas devem assegurar um olhar específico para a realidade das mulheres rurais, pois hoje o desafio não está somente na inserção do mercado de trabalho, mas também abrange a sobrecarga de tarefas com os encargos domésticos.

O primeiro passo já foi dado no sentido de dar voz à mulher rural, como vimos em alguns pontos abordados pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; agora resta conhecer a mulher reassentada, o que pode nos mostrar em que medida essas políticas foram efetivadas. Segundo Magnólia (2014):

É, porque como eu falei eu faço parte do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), participo das negociações, tem posto de saúde dentro do reassentamento. As mulheres nesse sentido são bem atendidas. Já melhorou bastante a política da mulher dentro de qualquer órgão, a gente é bem atendida, recebem bem, tanto faz a mulher ir negociar, como o homem, ela é bem recebida. A política de atendimento as mulheres melhorou, melhorou bem.

Quando começou mudar e melhorar as políticas de atendimento as mulheres?

Eu acho que não muito tempo, de uns cinco anos pra cá começou a mudar, por que dentro onde eu trabalho no movimento, que eu participo do grupo de mulheres do MAB, a gente luta e bate sempre na mesma tecla, mulheres tem o mesmo direito, tem vez, a mulher tem palavra. A mulher pode tocar qualquer coisa, creio que de uns tempos pra cá tem mudado bastante a políticas das mulheres em qualquer lugar.

4.3 A MULHER RURAL E SUA IDENTIDADE LOCAL

Ao se pontuar uma sociedade democrática, perpassa-se pela igualdade entre mulheres e homens. Organizações e acordos internacionais recomendam a ampliação da presença das mulheres nos espaços de poder e de decisão, importante aspecto da construção cidadã.

Essa concepção igualitária é resultado histórico de lutas, repletas de situações de desigualdades e opressão. Seu papel social restringia-se ao espaço doméstico. Com os movimentos feministas trouxeram importantes contribuições para uma nova abordagem conceitual e política do papel da mulher na sociedade.

Entre essas contribuições, tem-se buscado a identificação da mulher tanto no espaço privado, quanto no público. Diante disso vemos que Hall (2011), ao colocar em questão a identidade, como algo que está sendo extensamente discutida na teoria social, afirma que as

velhas identidades, que por muito tempo estabilizaram o mundo social, estão deslocando as estruturas das sociedades modernas. A mulher é exemplo claro desse processo.

Há dese considerar que, na perspectiva de Hall (2011), o sujeito pós-moderno também pode ser definido historicamente, e deve-se ao fenômeno da globalização a causa do impacto sobre a identidade cultural, aqui tida como aquela que examina constantemente e com rigor suas práticas a partir de que ocorrem transformações sociais, principalmente aquelas que alteram algumas das características mais íntimas.

O enfrentamento de todas as formas de discriminação contra as mulheres, o reconhecimento e respeito à diversidade para a construção de valores sociais, nada mais são do que abertura de novas possibilidades ao sujeito histórico.

Diante dessa particularidade, tem-se as mulheres no meio rural. Como vimos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a busca de sua identidade consiste em romper com a hierarquia na família baseada por sexo, ou seja, ao homem compete o espaço público e restringe a mulher o espaço doméstico, lutas ainda a serem superadas.

No caso da agricultura familiar defronta-se a mulher como aquela que auxilia o pai e/ou marido, e seu trabalho não é visto como gerador de renda.

Com o engajamento na luta por políticas públicas para as mulheres no meio rural, fica evidenciada a garantia de políticas que deem visibilidade à mulher rural garantindo às mesmas, acesso. Segundo Patrícia Mourão, Técnica do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, em seu artigo “Organizações produtivas de mulheres rurais”), esse acesso consiste em: fomento produtivo ao crédito, à assistência técnica, aos programas de compras governamentais e a promoção comercial de seus produtos.

Essas políticas públicas visam promover sua autonomia financeira e ampliação de seu diálogo com o Estado e a auxiliem a enfrentar o modelo patriarcal. A participação da mulher rural nos espaços institucionais contribuirá para a construção da igualdade e da cidadania.

O atendimento dessas demandas setoriais garante continuidade e consolidação da compreensão da mulher na condição de protagonista, capaz de interferir nos processos de decisão, já que a sustentabilidade da vida humana não abriga desigualdades entre sexos, raças e etnias.

O padrão de desenvolvimento proposto pelo Brasil concilia o avanço econômico com os novos padrões de vida social, uma vez que estão sendo estabelecidos novos padrões de consumo, novas regras às cadeias produtivas. Ao dar voz a esse segmento, constitui-se o padrão de desenvolvimento sustentável e solidário.

A proposição de políticas públicas para mulheres é fruto do movimento de mulheres e feministas, cuja lógica é romper as desigualdades que não são atuais e sim históricas. Tanto no espaço privado como no público está sendo pontuada a democratização das oportunidades a fim de que sejam superadas e efetivadas em nossa sociedade, mas que, de acordo com Zurba (2003), os cuidados que se deve ter com os interesses da sociedade civil não são do Estado, mas de grandes corporações. A Santo Antônio Energia é um exemplo claro de uma grande corporação, que, em favor do capital financeiro realizou intervenções significativas na vida das pessoas, como foi o caso do reassentamento. Vê-se interesses privados, sob a égide de que Rondônia estaria ligado ao Sistema Nacional de Energia e não se valorizou o capital humano da localidade atingida.

Ao olhar o cotidiano das mulheres do Reassentamento Santa Rita e suas representações de feminino e do masculino, assim como o enfrentamento das desigualdades, a compreensão desse cotidiano nos leva a buscar na história oral as suas características e como estas se firmaram como sujeitos históricos. E ao relatarem suas experiências essas mulheres vão se tornando as protagonistas de suas histórias.

4.4 A HISTÓRIA ORAL E O EMPODERAMENTO DA MULHER REASSENTADA

Alguns conceitos nos chamam a atenção, entre eles está a expressão empoderamento, no Brasil amplamente usada pelo educador Paulo Freire, que é entendida como aquela que a pessoa ou o grupo em que as mudanças vão ocorrer por si mesmas uma vez que as ações vão levá-lo a evoluir e ao mesmo tempo fortalecê-lo, e também não é um movimento de fora para dentro, mas acontece internamente no indivíduo por ser uma conquista sua.

Nada mais é que uma conquista de seus valores por aqueles que estão subordinados à dependência econômica, social ou política, ou de qualquer outra natureza. É um ideal a ser buscado constantemente e acontece numa transformação cultural, e não apenas uma adaptação social.

As ações pactuadas têm impacto na vida das mulheres; é a construção de inserção social constituindo um trabalho de maior abrangência, pois estão contidas narrativas (depoimentos) que contextualizaram as mulheres no Reassentamento Santa Rita.

Diante da interlocução com essas mulheres, viu-se a possibilidade de garantir identidade a elas a partir da máxima discutida por Meihye Ribeiro (2011, p. 46), segundo a qual todo processo histórico é sempre inacabado, a continuidade que move grupos de pessoas de interesse comum e lhes garante personalidade pessoal. Essa concepção foi vital para

compreendermos os processos pelos quais as mulheres reassentadas vivenciaram um assentamento (Joana D'Arc) e recentemente mudaram outra vez, hoje denominado Reassentamento Santa Rita.

O paradigma teórico-metodológico da História Cultural, ao ampliar o conceito de cultura, segundo a pesquisadora da Universidade São Paulo, Maria Elisa Cevasco (2003, p.9) “que toda definição de disciplina da área de ciências humanas pressupõe, em menor ou maior grau, uma concepção de significado de cultura.” Dessa maneira Cevasco (2003) nos mostra que o conceito de cultura passa a ser de interesse dos estudos culturais por se compreender que as tradições históricas de geração a geração não são mecânicas, dependem da subjetividade em que cada indivíduo enquanto sujeito histórico possui uma representação particular que pode modificar a tradição.

Ao buscar a oralidade das mulheres do Reassentamento Santa Rita, visa-se conhecer e aprofundar aspectos daquela realidade, os padrões culturais e os laços cotidianos, com isso a história oral irá registrar a memória e suas emoções, pois, de acordo com Meihy (2005, p.24): “[...]A História Oral responde a necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram os dilemas e as benesses da vida no presente”.

Tal perspectiva possibilitará que indivíduos de grupos sociais geralmente excluídos da história oficial possam ser ouvidos ao registrar sua visão de mundo e do grupo a que pertencem.

E ao discorrer sobre o espaço vivido, Lafit Antonia Cassab e Aloisio Ruscheinski (2004, p. 15) afirmam que as fontes orais nos mostram que o sujeito social não é só o que ele fez, mas o que ele acredita estar fazendo e o que faz. Na interlocução com as mulheres conheceremos suas visões de mundo e se farão presentes o poder, a igualdade e a diversidade. Manteremos a originalidade das falas, cuja objetividade será fonte de interpretação. Meihy e Ribeiro (2011, p. 40), ao se referirem ao bem coletivo, nos dizem:

É inerente ao trabalho com entrevistas o vínculo com causas sociais que alimentam movimentos, favorecem mudanças. Mesmo com graduações expressivas, como o vazio político não existe, cabe aos projetos de história oral favorecer argumentos para as causas em questão. Juntam-se assim, alguns pontos delineados anteriormente: o teor transformativo da história oral decorre de inconformidades e da necessidade de exibir o “outro lado da questão”. Para se justificar, enquanto motivos de luta ou de afirmação social, tanto se fazem imperiosos os argumentos subjetivos dos grupos oprimidos como o enfrentamento com os temas consagrados. A dinâmica histórica, o processo de mudanças, depende substancialmente da vida dos participantes.

As políticas públicas atuam, pois, como mecanismo de institucionalização de lutas que buscam lugar social.

Para compreender a dinâmica social do grupo proposta acima, não é possível fazê-lo de uma maneira reducionista. Nas narrativas os dizeres foram respeitados. De acordo com Sonia Maria Gomes Sampaio (2010, p. 65), pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia, em relação ao falar do sujeito “[...] a história é tanto melhor quando finalmente se detém a ouvir os enredos de todos os sujeitos nas suas relações sociais e objetivas de trabalho”. Isso nos mostra o quanto o cenário contribui para compreensão desse sujeito, que em face das mudanças persiste em manter sua memória, possibilidade de materializar ações que possam ser analisadas.

A memória de que nos fala Sampaio (2010, p.28) permite que a mesma possa ser objeto de análise, uma vez que o “[...] entendimento de processo que não foram vistos e nem lidos, mas que podem emergir dos becos da história a que foram relegados e despontar como uma possibilidade [...]” pode protagonizar uma nova história.

Sampaio (2010) acrescenta ainda que a memória é fundamental para revivenciarmos aquilo que não mais existe. Ao reconstruí-la através das narrativas, inscreve-se o singular.

Ao utilizar a memória como fonte, conhecem-se lembranças anônimas e experiências individuais que expressam o coletivo em determinado espaço e tempo. E constituem a base da oralidade, na qual, ao reconhecer a trajetória do grupo, respeita-se e conhece o que foi vivenciado.

O material de análise da história oral é tomado como fonte ao lado de memórias, cujo discurso está atrelado ao contexto social em que o narrador se encontra. Para percebermos quem são os atores do Reassentamento Santa Rita, a experiência de ouvir suas histórias dará densidade às condições pessoais, subjetivas para compreender a base mas efetivamente o seu dizer, decidir e agir enquanto reassentada.

4.5 A NARRATIVA DA MULHER REASSENTADA NO REASSENTAMENTO SANTA RITA

Nesse sentido as marcas significativas do discurso vão traçar alguns caminhos na compreensão dos fatos que a análise do discurso pode oferecer. E assim comunga-se com Mari (2000, p. 17), que afirma:

O discurso materializa formas de vida numa sociedade: entendê-lo, nas circunstâncias mais diversas, significa compreender o que somos, isto é,

conhecer um pouco sobre aquele que o produz ou sobre o que é objeto desta produção; significa, também, compreender como nos conduzimos na sociedade e como a percebemos.

Ao fazer recortes nas narrativas das mulheres reassentadas, buscarei mostrar os aspectos recorrentes e os aspectos que as diferenciam, por isso serão selecionados dados essenciais ao grupo pesquisado.

Na análise do discurso, o filósofo francês Michel Foucault (2014, p. 46) entende-o como “... um jogo, de escritura” e nessa troca de leitura com a história viva, representa-se a realidade vivenciada e lhe confere sentido, como é o caso das mulheres do Reassentamento Santa Rita.

Foucault (2014, p. 08-10), ao se referir à produção do discurso, diz que este tem a “função conjurar seus poderes e perigos”. E ao ouvir as mulheres do Reassentamento Santa Rita, não se pode esquecer de que em suas narrativas estão imbuídas falas de desejo e de poder, já que o discurso traduz “pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Para a escolha do tipo enunciativo proposta por Giacomini Vargas (2010), afirmas-se necessário elencar alguns questionamentos como: quem fala? de que local institucional obteve-se o discurso? E que posição o sujeito ocupa em relação à pesquisa? Ao conjugá-los garante-se a subjetividade e a inter-relação entre eles, que compõem a estratégia da análise do discurso.

Ao engendrar nas relações entre as práticas discursivas os poderes que as permeiam, em Foucault (2014), é de vital importância que na análise do discurso se pergunte quem é o autor, peça-se que prestem contas e sustente o sentido oculto que o atravessa e sua inserção no real;isso lhe confere identidade.

A existência humana, na perspectiva de Foucault (1997, p. 376), consiste naquilo que ele produz, trocando aquilo que tem necessidade e nisso constitui sua representação que ele expressa através da linguagem e de seu universo simbólico.

Sua historicidade está imbuída nas diferentes maneiras contidas no interior da linguagem, representa a própria linguagem e sua vida é a essência do trabalho que realiza e de cujo interior são formados as condutas, comportamentos e atitudes dos quais se reparte para fazer o jogo de suas representações, que se submetem às exigências do meio, harmonizam-se com modificações impostas por ele e exerce suas funções e seus interesses que visam lucros, que ao mesmo tempo dilatam e limitam os conflitos presentes na sociedade.

Não há como negar os condicionantes históricos, já que são estes que constituem a identidade de seus indivíduos. Ao investigá-los interpretamo-los sob a égide de que o discurso

e o conhecimento estão envolvidos com práticas sociais. Ao ultrapassar as concepções tradicionais de compreender a história e perceber que as instituições e seus processos econômicos e sociais dão vazão a tipos definidos de discurso, o mundo é representado por sua linguagem como se fosse um espelho, o indivíduo se constitui e é constituído pela linguagem, por isso sua visão e sua expressão não podem deixar de ser percebidas, como vimos nas falas das mulheres reassentadas.

No discurso é significativo quando Foucault (1997, p. 43) nós dá a noção de discurso, ao denominá-lo como: “O conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Como a linguagem e o exercício de entendê-la é dar sentido ao sujeito que fala, através da análise das narrativas e das condições de produção do discurso, verifica-se quais são os efeitos e os sentidos no que está sendo enunciado. Como, por exemplo, a fala de Magnólia ao relatar como foi o remanejamento, dizendo “A gente perde tudo para começar de novo”.

Ao compreender esses elementos percebe-se como a fala se articula com a história e a sociedade que produziu. Notamos as marcas estruturais e ideológicas na medida em que ocorre a reflexão em torno do texto e do contexto, pois foi com a vinda da implantação do Complexo Energético que se transformou a vida naquela localidade.

E na mesma linha, ao tratar do local da cultura Homi K. Bhabha (2007), professor da Universidade de Chicago, diz que neste fim de século o espaço e o tempo estão produzindo posições antagônicas e que os sujeitos estão se posicionando com pretensões a uma identidade. Diante dessa emergência e contingências contemporâneas estão em profundo processo de redefinição. Referimo-nos a Magnólia mais uma vez, que se expressa ao falar do enfrentamento dos desafios no meio rural: “a gente luta e bate sempre na mesma tecla, mulheres tem o mesmo direito, tem vez, a mulher tem palavra”.

Assim como Bhabha (2007), não está se propondo uma história dos excluídos, mas a proposição de uma revisão radical de conceitos e ao reinscrever seu imaginário social o constitui como espaço de intervenção, conforme se depreende no depoimento da colaboradora Dália “Vamos pro Casarão se encontrar. Eles vinham busca. E a gente iá. E hoje eu tenho minhas coisas aqui. [...] Aí a gente se encontra lá. Aí todo mundo feliz”.

Percebe-se que, neste estudo acerca das mulheres do Reassentamento Santa Rita, dois sistemas de valores se relativizam, de um lado a Santo Antônio Energia tem um discurso de que os reassentamentos são uma prática utilizada há mais de dois mil anos, e que no Brasil o remanejamento só é possível se houver autorização e fiscalização dos órgãos

governamentais. Nesse ponto se tem a clareza daquilo que Foucault (2014) denomina o discurso conjurando poderes.

No caso da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, foram explicitados os motivos que determinaram a transferência das comunidades e os cuidados tomados para reduzir os impactos da mudança.

Na perspectiva da Santo Antônio Energia¹⁰, o reassentamento é definido como:

Reassentamentos ou núcleos habitacionais são locais preparados para receber famílias ou comunidades que, por motivos externos a sua vontade, tiveram que ser transferidos das residências originais. Essa transferência pode ocorrer dentro do próprio município, para outros municípios, estados e, mesmo, países. Ela é realizada apenas com autorização e sob a fiscalização dos órgãos públicos, sendo que, em nível internacional, existe uma política específica do Banco Mundial.

No discurso da Santo Antônio Energia, fica explícito pelo que se luta, pois mesmo sendo externo à vontade das pessoas, há de ser preservada a integridade do reassentado, cuja autorização e fiscalização está sob o domínio do Estado. Para a Santo Antônio Energia, este mesmo Estado, por entender que ao ser uma obra de interesse público e social, afetam pessoas que moram próximas a esse empreendimento, e a justificativa ainda sugere que haverá outros investimentos de Compensação Socioeconômica e o acompanhamento da adaptação das pessoas à nova comunidade.

De posse desse suporte institucional, a Santo Antônio Energia sustenta que os modelos de reassentamento adotados estão de acordo com as Diretrizes do Banco Mundial, cujo objetivo é de que a população deslocada se beneficie dele, e que os planos de reassentamento devem conter um plano estratégico de desenvolvimento com a finalidade de melhorar ou restaurar a base econômica dos reassentados.

Alegam ainda que em conjunto com a comunidade a ser transferida pela Santo Antônio Energia, definiu as características do novo núcleo habitacional. E por fim afirmam: “é de responsabilidade da empresa empreendedora, que presta contas aos órgãos ambientais, auditores [...] e Ministério Público Estadual e Federal.”

Assim, diante de nossos olhos, vê-se que a Santo Antônio Energia, com as obras de compensação e mitigação socioambiental, a obtenção de licenças para a implantação do empreendimento e os relatórios que apresentam o acompanhamento dos reassentados, justifica que tudo está em consonância com o Banco Mundial.

¹⁰ Disponível em: <www.santoantonioenergia.com.br>. Acesso em: 07 fev. 2015.

A Santo Antônio Energia, ao cumprir sua “Ata Notorial”¹¹, estabelece com o reassentado um discurso que exerce sobre eles controle, as obras de compensação e as condições socioeconômicas do novo local, se repetem continuamente todos os feitos realizados. Como diria Foucault (2014, p. 22), “sonho lírico de um discurso que renasce em cada um de seus pontos, absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos”. E isso não é tudo: constantemente a Santo Antônio Energia reforça o seu papel econômico e social para Porto Velho e as famílias reassentadas.

Mas em decorrência dos processos globais a que estamos sujeitos estas identidades estão fragmentadas. Quanto a esse fenômeno, Hall (2011, p. 74) tece as seguintes ponderações:

Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” – como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distante uma das outras no espaço e no tempo.

Esses fatores externos muitas vezes enfraquecem nossa identidade cultural diante daquilo que chamamos infiltração cultural, situação essa demonstrada por Hall (2011) ao defender que quanto mais somos mediados pelo mercado global, mais as identidades se tornam desvinculadas; mas não há de se esquecer de que mesmo com o impacto global, tem-se certo fascínio com o local. Por isso, na análise do discurso, cabe articular na lógica da globalização as novas identificações locais.

Ademais, Hall (2011), ao pensar a identidade na era da globalização, vê a possibilidade da “tradução”, que por ele é vista quando as pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem, sem a ilusão do retorno ao passado. Trazem consigo traços da cultura, das tradições, das linguagens e das histórias particulares.

Com a parceria estabelecida junto às mulheres reassentadas possibilitou-se a construção de uma relação de adesão ao processo de questionamento, compreendendo e reconstituindo o objeto da pesquisa, que será o fruto dessa relação social. Ao manter a transcrição e originalidade das falas transcritas, propõem-se recortes que expressem o coletivo, mas que empoderem o seu narrador.

¹¹ Ata Notorial: documento produzido após reuniões que são realizadas (características das novas comunidades, localização, infraestrutura e serviços que devem conter); onde são relacionadas pessoas e as benfeitorias existentes nas propriedades que serão desocupadas. (Saiba Mais, p. 15. www.santoantonioenergia.com.br).

Assim, torna-se indispensável demonstrar a lógica do Brasil Agrário, e mais especificamente, a implantação dos programas de colonização para a organização social do Estado de Rondônia, além da ocupação do território pelo trabalhador rural e seus familiares. Isso possibilitará a observação da realidade interna de sua existência social, subordinada à lógica do capital energético.

Os fundamentos dessa organização, que, por sua vez, ligam-se material e simbolicamente à fecundação da terra, relacionam-se a essa interface de produtor rural, que, segundo a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, é aquele proprietário de área rural não superior a 50 ha e que é explorado mediante trabalho pessoal e de sua família, cuja atividade seja proveniente de uso agrícola, pecuário e silviculturais ou do extrativismo rural.

Conforme Margarida Maria Moura (1986), antropóloga da Universidade de São Paulo - USP e professora visitante da UNIR, há um repertório linguístico das sociedades agrárias através do qual o trabalhador rural se autodefine. O termo produtor rural qualifica aquele que explora a terra mediante o trabalho pessoal e de sua família; o trabalho familiar, portanto, caracteriza o vínculo social com a terra.

Moura (1986, p. 54), ao discorrer sobre o modo de vida e o vínculo social com a terra, se refere à família da seguinte maneira:

Nuclear, ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas. Em geral, cabe ao chefe da família a direção e o desempenho de atividades de derrubada e limpa das áreas destinadas ao plantio e a colheita nas roças.

Esse vínculo social com a terra evidencia o papel masculino do chefe de família. Moura (1986, p. 54) também se refere à mulher e acrescenta:

A mulher pode estar presente nas tarefas de produção, ou ausente num grande número delas, restringindo-se a tarefas que executa no interior de sua própria casa e no terreiro que lhe é contíguo. Há no campesinato formas muito variadas de se valer do trabalho feminino, que atua complementarmente às tarefas masculinas em todos os níveis.

Fica evidenciado que o vínculo social da mulher com a terra inclui a participação no plantio e na colheita, atividade que acumula com as tarefas domésticas e em torno da casa. Ao conjugar o trabalho da casa com o da roça, cria-se uma invisibilidade ao seu trabalho, já que ele é englobado no trabalho familiar controlado diretamente pelo marido.

Essa organização de trabalho é abordada pela historiadora Mary Del Priore (2008). Segundo ela, o trabalho dos familiares é controlado pelo pai-marido, tornando a esposa e filhos seus trabalhadores. O trabalho da mulher passa a depender do ciclo vital da família, inúmeros

arranjos produtivos são organizados para atender às funções relativas de produção e de reprodução da família.

E assim é interessante elucidar de que modo é percebido o lugar da mulher no Reassentamento, foco de interesse de nosso estudo.

4.6 A “MULHER” E DEMAIS SENTIDOS PARA AS REASSENTADAS NO REASSENTAMENTO SANTA RITA

Para compreender o lugar das mulheres reassentadas, este estudo propõe, segundo Scott (1994, p. 299), tornar primordial que “ver capacita-o a compreender a relação entre suas atividades pessoais e a política”. Se o objetivo é mostrar o lugar que a reassentada ocupa precisamos vê-la nesse contexto, para conhecê-la iremos apreendê-la a partir de falas como a de Dália:

E aí teve o curso de costura, eu fiz também. Fiz um curso, teve o de lingerie e o de petwork. Que através desse curso eu aprendi a fazer essas coisas aí. Tem as máquinas da Santo Antônio e a EMATER. Aldenora sempre aqui, a gente se encontrava. Aí nós iá pro Casarão. Vamos pro Casarão se encontrar. Eles vinham busca. E a gente iá. E hoje eu tenho minhas coisas aqui. Eu vendo na feira. Vendo aqui dentro. E quase não to dando conta de fazer. De cumprir as minhas encomendas, né.

Esse discurso evidencia todas as intervenções que ocorreram nessa localidade e também aparece aos nossos olhos a justificativa da intervenção. No excerto, a reassentada recorta sua individualidade, e se posiciona como está inserida naquele contexto.

Já Margarida, em outra fala, declara:

[...] teve esse negócio que desapropriou a gente, aí meu marido ficou triste por que nós fomos desapropriados [...] Fiquei muito triste de sair de onde nós morava, uma vida inteira nós construímos lá [...] Que a gente vivia bem lá, a gente não queria sair de lá, fomos bem dizer obrigado a sair (chora) [...].

Ao documentar a vida das reassentadas, culmina evidenciar de que forma a mulher representa a sua experiência no Reassentamento Santa Rita. É pontual fundamentar a identidade da mulher reassentada, emergindo da necessidade que ao olharmos a história das mulheres, e para isso, embora estejam adicionadas à história, como diz Burke (1992), sua história necessita de complementação.

É fundamental que, ao trazer a história oral das reassentadas, não descartemos a riqueza desse material, que retrata angústia, medo, os novos conhecimentos e modos de fazer, e a própria condição de desapropriados.

E ao se referir os aspectos de sua vida, busca-se dar fim a sua invisibilidade e perceber que neste novo espaço ainda existe diferenciação sexual nas atribuições e afazeres domésticos. E que embora tenhamos políticas públicas para as mulheres, reconhecemos que as mesmas precisam de garantias que as coloquem como protagonistas e base para sua autonomia, conforme se nota na fala de Magnólia:

As mulheres nesse sentido são bem atendidas. Já melhorou bastante a política da mulher dentro de qualquer órgão, a gente é bem atendida, recebem bem, tanto faz a mulher ir negociar, como o homem, ela é bem recebida. A política de atendimento as mulheres melhorou, melhorou bem.

E acrescenta: “A gente luta e bate na mesma tecla, mulheres tem o mesmo direito, tem vez, a mulher tem palavra. A mulher pode tocar qualquer coisa, creio que de uns tempos para cá tem mudado bastante a política das mulheres em qualquer lugar”.

De um lado as reassentadas reconhecem que seus anseios são atendidos. Mas de outro isso ainda é muito pouco para tornar possível sua visibilidade. Ao perguntar em que a história das mulheres do Reassentamento Santa Rita pode contribuir, acredita-se que é importante questionar, de acordo com Burke (1992), qual o efeito sobre as práticas estabelecidas da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, as mulheres, por exemplo. E ao buscar o lugar da mulher reassentada aqui coadunado com Foucault (2014), pois vemos no discurso a possibilidade de significação e sentido de suas experiências.

Diante do novo processo de identidade no Reassentamento Santa Rita, entende-se, de acordo com Hall (2011), a identidade que ao mesmo tempo preenche o espaço entre o “interior” (mundo pessoal) e o “exterior” (mundo público). De certa forma a Santo Antônio Energia, ao estabelecer uma política de reassentamento, cria mecanismos para que este se identifique com o projeto maior que é o desenvolvimento energético, e o sujeito deixa de pensar o seu projeto individual, que fica para o segundo plano.

As novas concepções que emergem sobre identidade, Hall (2011) afirma, que a medida que as sociedades modernas nos processos do mundo social trouxeram mudanças conceituais e novos movimentos sociais emergiram e suspeitaram das formas burocráticas de organização ao favorecerem a espontaneidade e os atos de vontade política.

Nas suas representações temos em narrativas falas como: ‘Eu gosto de estar aqui. Por vários motivos. Porque é mais perto da cidade. [...] aqui com meia hora você está no hospital.

É isso que eu digo que gosta daqui. Valorizo muito.” (Rosa, 2014). Temos ainda a fala de Açucena (2014): “Bem aqui é bom [...] aqui se torna mais perto [...] aqui tudo o que você produzir, você vende”. E de Dália (2014) “Aqui nem se compara com o Joana D’Arc.”

As narrativas evidenciam aquilo que Hall (2011) discute sobre um modo de constituir sentidos as nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos. Ao narrarem sobre os seus sentimentos de estarem no novo lugar, mostraram como conectam seu presente ao passado e imagens que foram construídas no reassentamento.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente seção trata da análise da narrativa e discussão dos resultados coletados a partir da pesquisa de campo e história oral.

Utilizei como instrumento de pesquisa a entrevista, para a obtenção dos dados, contendo questões subjetivas e contemplando aspectos como a importância do mudar outra vez, o que a nova condição de vida lhe proporcionou, e se as mesmas acreditam no significado de que a mudança lhes deu condições de melhoria de vida. Os dados foram elaborados através da análise das narrativas, em que obtivemos os dados abaixo citados:

A primeira pergunta às colaboradoras visou contextualizá-las para compreender sua história e o seu modo de vida no Reassentamento Santa Rita.

Colaboradora Rosa (09/2014):

Eu morei no Assentamento Joana D´arc. Foram quase trinta e cinco anos, é uma vida, muito antes do INCRA legalizar, a gente pegou uma área, depois compramos de outras pessoas, lá nós tínhamos quatro lotes, 50 hectares, que seria duzentos hectares. Uma pena que a Usina chegou, e... é o progresso, mas prejudicou outras pessoas.

Colaboradora Margarida (09/2014):“Lá onde eu morava eu gostava de lá. Vimemos muito tempo lá. Tive meus filhos todos lá no Joana D´Arc. Depois teve esse negócio da Santo Antônio que desapropriou a gente”.

Colaboradora Açucena (09/2014):“Bem, [...], sou natural de Ariquemes Rondônia, tenho 40 anos. A última morada da gente foi o Joana D´Arc, onde a gente foi atingido pela Usina Santo Antônio. A gente foi atingido e foi designado a morar no Santa Rita.”

Colaboradora Dália (09/2014):

Sim. Antes de eu morar no Santa Rita, eu morava no Joana D´Arc. Lá desde 1999, mas documentação mesmo desde 2000. A gente vivia lá, criava galinha, tinha bastante plantação. Também criava uns bodezinhos lá (risos) ... uns bodezinhos. Aí depois com a vinda dessas usinas, a gente veio para o Santa Rita.

Colaboradora Íris(09/2014):

Aí lá o INCRA doou um lote pra ele no Joana D´Arc, é mais ou menos em 1986, ele começou a cuidar desse terreno. [...] Depois que ele parou de trabalhar, vamos dizer, eu nem sei dizer o ano, ele foi morar no Joana D´Arc. [...]Eu já mais a passeio. Ele ficou lá. Quando veio essa onda de que já alagar. FURNAS entrou lá dizendo que tinha que sair todo mundo. Aí aconteceu. O que ele já tinha plantado lá foi, graças a Deus foi indenizado. O

plântio já estava começando a produzir. Aí remanejaram a gente pra cá, no Reassentamento Santa Rita.

Colaboradora Violeta (09/2014):“Eu morava no Joana D’Arc III, lá gente vivia bem, por que a gente tinha um gadinho”.

Colaboradora Magnólia (11/2014):“Assim fomos afetada lá(Joana D’Arc) e removida...”.

Colaboradora Jasmim (11/2014):“Fia, eu fui duas vezes pra lá.(Joana D’Arc). É como eu acabei de falar no início da entrevista, meu esposo estava lá, e, eu ajudando minha mãe cuidar do meu pai”.

Diante das falas das colaboradoras, uma das questões a serem tratadas é o território, que aqui será definido em seu sentido amplo na perspectiva das ciências sociais; tal sentido é adotado por Milton Santos e Bertha K. Becker (2006), autores segundo os quais o território de certa forma representa um valor simbólico.

Essa concepção de território é dimensionada nas falas das colaboradoras, que, ao se reportarem de onde vieram, evidenciam que a sua relação com a terra vincula-se estritamente ao aspecto econômico que se relaciona ao poder político do território. O Estado aqui está personificado no INCRA, que é o órgão responsável pela condição política do território, na medida em que ao colonizar, o mesmo estabeleceu um regramento de ocupação desse território, em que privilegiou o processo econômico daquela região.

O PA Joana D’Arc, assentamento citado pelas colaboradoras, é fruto de um processo de colonização que demonstrou que aquela ocupação foi direcionada por órgão regulador e fiscalizador, havendo uma tentativa de conjugar naquele assentamento os diversos componentes da vida social. A doação propalada pelo INCRA, conhecida como PA – Projeto de Assentamento, constituía em selecionar parceiros que deveriam ter conhecimentos agrícolas, recursos financeiros e experiência com a obtenção de crédito bancário, para utilizar os espaços físicos de maneira racional e sustentável.

Isso nada mais foi do que uma relação de poder imposta pelo Estado, sob a égide de colonizar o espaço territorial amazônico. Concedeu-se materialidade ao território, ao assentar esses parceiros, entre eles mulheres, que o definem como: “Aí lá o INCRA doou um lote pra ele no Joana D’Arc, em mais ou menos 1986 [...]”.

Ao nosso entender, as políticas de colonização, à luz das colaboradoras, e as políticas públicas não foram além das generalizações e de *slogans* eficazes e que praticamente foram políticas pouco consistentes no que se refere a acesso a todo tipo de políticas públicas.

De um lado o assentamento propõe a racionalização e otimização sustentável do espaço.

Colaboradora Rosa (09/2014):

[...] lá a gente tinha da própria natureza tudo. Tinha o açaí, o buriti, o peixe, a caça, que pra comer, pra viver lá dentro a gente tinha. Carne de gado a gente comia por esporte, vinha na rua e levava. Mas comia mais o que a própria natureza oferecia. [...]Gostava muito de lá, não fosse a distância, por causa da balsa. Hoje que fez a ponte, a gente não saia do sítio, por que o que era ruim no Joana D'Arc, não era nem a estrada, era a travessia do rio. Ficava a 60 km da cidade.

Colaboradora Margarida (09/2014):“Ele gostava muito lá do Joana D’Arc, todos nós gostava lá do Joana D’Arc.”

Colaboradora Açucena (09/2014):“Lá era bom, por que lá foi uma vida, foram décadas vividos lá. Uma década que a gente viveu lá.”

Colaboradora Íris(09/2014):

A natureza lá era muito melhor do que aqui. A gente aqui recebeu um lugar descampado. Lá a gente tinha uma cacimba de água natural. Que a gente pegava pra beber. Lá via o fundo de tão transparente. Inclusive a gente colocava num garrafão de água, colocava o hipoclorito e não tinha sujeira nenhuma. Que o hipoclorito ele separa, né. Então era água natural mesmo. A gente ia na trilha, lugar natural mesmo.

Colaboradora Violeta (09/2014):“Lá era bem melhor. Que lá a gente mexia com o gado da gente. [...]Era maior. Muito maior. Bem grande. Era dois lotes lá. Então a gente criava, tinha muito gado de corte, tinha carneiro.

Colaboradora Magnólia (11/2014):

[...]mas de onde eu vim era melhor ainda. Lá a gente tinha a coisa mais própria, mais minha, lá a gente vivia tranquilo, tinha mais liberdade da gente era mais o meu eu, eu. [...]Lá você plantava, dava, lá você pescava, caçava, tinha extrativismo, por que lá nossa área era verde mesmo.

Por outro lado, destaca-se a ausência de acesso à cidade, conhecimentos e outros.

Colaboradora Rosa (09/2014):

Gostava muito de lá, não fosse a distância, por causa da balsa. Hoje que fez a ponte, a gente não saia do sítio, por que o que era ruim no Joana D'Arc, não era nem a estrada, era a travessia do rio. Ficava a 60 km da cidade. Eu morava na linha 15 com a 24.

Colaboradora Açucena (09/2014):“[...] lá era longe, aqui se torna mais perto. Então lá era muito distante da cidade”.

Colaboradora Dália (09/2014):“Óh, importante nada. Lá a gente não sabia fazer nada, né. Lá não tinha curso. Não tinha nada. Aí só ficava em casa”.

Colaboradora Íris(09/2014):“Mas era muito difícil. Era quase 6 km de onde o ônibus deixava. O carro ficava longe, não tinha estrada, era só mesmo aqueles bequinho”.

Colaboradora Magnólia (11/2014):“[...] onde a gente morava era mais difícil, era difícil transporte. Eu por exemplo passava o dia inteiro pra sair da cidade pra ir pro meu lugar lá. No Joana D´Arc, era muito difícil pra chegar em casa”.

Isso comprova que, nas narrativas das colaboradoras, a institucionalização quanto ao assentamento não cumpriu suas reais determinações, constituindo-se em um discurso desprovido de sentido quando não atende às suas reais necessidades.

Nas suas falas, o fenômeno resultado da construção das usinas, o alagamento de suas terras, denota que a partir da expropriação nessa engrenagem dos interesses econômicos, apenas lhes coube uma “indenização”, conforme o discurso de algumas mulheres quando afirmam: “o que ele tinha plantado lá foi graças a Deus indenizado. O plantio já estava começando a produzir. Aí remanejaram a gente”.

Fica evidenciado que,na lógica do sistema capitalista, o trabalhador rural ao ser remanejado tem suas perdas compensadas.

Em conformidade com Santos (2006, p. 47), ao dizer que estamos distantes de conceber o território “como fonte de recursos”, a construção das usinas negligenciou a relação entre a sociedade e a natureza, pois ao mudá-las de local, apenas viram como benefícios a questão material (casa, infraestrutura e outros).Essa ruptura e adaptação são marcadas naquilo que foi adequado e no que ainda há por fazer.

A expansão capitalista aqui vista, com a construção das usinas, suscitaalguns contrastes que podem ser considerados, pois sem dúvida alguma, criaram-se condiçõespara que as famílias não se desagregassem, mas se criaram poderosos mecanismos coercitivos para que a nova moradia fosse compreendida como melhoria de condições de vida e de trabalho.

O remanejamento diminuiu a distância, “lá era longe [...]”, conforme a fala da Colaboradora Dália, no que se refere aos pontos negativos, afirmativa de que lá não tinha nada de importante, e de que elas não sabiam fazer nada.Nessa ocasião a colaboradora torna significativo que ao depreciar a antiga moradia, com expropriação, isso concorreu para a sua submissão ao remanejamento, já que estava vivenciando com o mesmo novas possibilidades.

No remanejamento para o Reassentamento Santa Rita, os reassentados viram suas rotinas de trabalho alteradas, se comparadas às anteriores. Agora sob novas condições, não só

a sua produção poderá ser comercializada como suas mulheres poderão contribuir com o aumento da renda em outra atividade artesanal.

Acredita-se que esse impacto social ocasionado pela construção das usinas terá uma perda irreparável dos grupos que ali viviam, de suas identidades, pois a mudança local promove rupturas, que serão refletidas nos sentimentos dos reassentados. Isso é visto na fala da colaboradora Íris “A natureza lá era muito melhor do que aqui. A gente aqui recebeu um lugar descampado”.

A infraestrutura do Reassentamento Santa Rita apresenta uma peculiaridade quanto ao local, a exemplo disso, por ocasião de nossa visita ao local, pudemos observar que a reserva florestal do reassentamento é coletiva, e cada lote ao ser entregue não tem reserva florestal própria, embora isso não influa diretamente no modo de pensar dos reassentados.

As colaboradoras, ao retratarem seus sentimentos para com esse novo local (Reassentamento Santa Rita), trazem aspectos interessantes, pois a ocupação de nosso território foi constituído de momentos migratórios, haja vista a peculiaridade do assentamento Joana D’Arc, e que depois de mais de 25 anos de ocupação ocorreu o remanejamento do grupo.

Ao conhecer suas representações sobre este local, recorre-se ao geógrafo Yi-Fu Tuan (1980), que afirma haver um envolvimento afetivo entre a pessoa e o lugar em que ela vive, e que a pessoa traz consigo a relação que teve com aquele ambiente. Assim, através de seus sentimentos é possível identificar quais foram os reflexos do processo desse remanejamento.

Será observado abaixo quais foram os sentimentos que as assentadas demonstraram ao saírem do local em que habitavam.

Colaboradora Rosa (09/2014):

“Uma pena que a Usina chegou, e... é o progresso, mas prejudicou outras pessoas”.

A senhora se sentiu prejudicada?

“Me senti, me senti, lá a gente tinha da própria natureza tudo. Tinha o açaí, o buriti, o peixe, a caça, que pra comer, pra viver lá dentro a gente tinha. Carne de gado a gente comia por esporte, vinha na rua e levava. Mas comia mais o que a própria natureza oferecia. Aqui não, aqui tudo é comprado. Aqui nós não temos mata. [...]Tinha uma casa muito bonita, de dois piso. Hoje de lá, eu só tenho a lembrança, as foto que eu tirei, eu filmava tudo o que a gente fazia, os netos tomando banho no igarapé que passava no terreiro. Mas infelizmente eu andava com minha máquina na bolsa, e o ladrão me roubou. Levou a máquina, levou a maioria das minhas lembranças. Perdi todas os registros. Alguns que eu já tinha salvo em CD, ainda eu tenho. Ainda bem que levou bens materiais e não tirou a vida da gente. [...]

A senhora tem saudade de onde a senhora morava?

“Tenho. Depois que saí nunca mais voltei, por que eu não tenho coragem. Dito por pessoas que foi lá, que onde era nosso não ficou nada, ficou só o mar de água, não tem um pedaço de terra de fora, nada de fora, só água. Agora você imagina sua vida, durante trinta e poucos anos se transformou-se em água”.

Colaboradora Margarida (09/2014):

“La onde eu morava eu gostava de lá. Vimemos muito tempo lá. Tive meus filhos todos lá no Joana D’Ac. Depois teve esse negócio da Santo Antônio que desapropriou a gente. Aí meu marido ficou muito triste, por que nós fomos desapropriados. Viemos pra cá, aí nos tamos morando no Santa Rita, meche com mandioca, agricultura. Ele sempre veve triste, ele gostava bastante de lá. Ele mora aqui mas é meio desanimado. Ele gostava muito lá do Joana D’Arc, todos nós gostava lá do Joana D’Arc. E a gente viemos pra cá, tamo levando a vida da gente assim. Já fizemos muita coisa no nosso lote, tem bastante fruta. Tamos vivendo. Aí eu sou de fala pouco também. [...]”

Qual o sentimento que a senhora tem de sair de um assentamento para vir para outro?

“Um pouco de tristeza, de alegria. Vivendo aí. Fiquei muito triste de sair de onde nos morava, uma vida inteira nos construímos lá.”

O que tinha lá, que hoje a senhora não tem aqui? No seu olhar o que está faltando aqui, que vocês tinham no Joana D’Arc?

“Os parentes..... (Dona Margarida chora)..... Que a gente vivia bem lá. A gente não queria sair de lá. Fomos bem dizer, obrigado a sair.(chora)”

Colaboradora Açucena (09/2014):

Hum... que a gente perdeu foram os anos de trabalho que a gente teve lá. Eu acho que a gente não foi bem recompensado pelos anos de trabalho que a gente viveu lá e pelo que a gente tinha. Mais do mais, a gente não pode ficar se questionando por isso. A gente vai trabalhando e vai levando a vida. Mais só isso.

Colaboradora Dália (09/2014):“Eu não tenho saudade nenhuma do Joana D’Arc. A dificuldade lá era grande. [...]Sim. Hoje sou muito mais feliz. Não penso no Joana D’Arc. Aqui tá bom demais. Tô feliz.”

Colaboradora Íris(09/2014):“Olha eu morei muito pouco lá. Mas era um lugar assim. A natureza lá era muito melhor do que aqui. A gente aqui recebeu um lugar descampado. [...] Sim, sinto falta da natureza. De curtir a natureza”.

Colaboradora Violeta (09/2014):

Eu gostava quando a gente morava lá. Lá era bem melhor. Que lá a gente mexia com o gado da gente. E aqui as terras são pequenas, não dá, não tem como a gente criar uma cabeça de gado, uma vaca leiteira. Por que não dá mesmo, as terras são pequenas. É não tem jeito. [...]Antes eu não me sentia assim feliz, por que a gente morou muito tempo lá. Agora eu já estou, já acostumei. Estou feliz, me sinto bem aqui, agora. Antes eu não me sentia

não. Sentia muita falta de lá, por que era muito difícil de mudar assim rápido. É um lugar diferente, a gente sente muito. Mas agora não, já tem 3 anos que nós temos aqui, agora eu já estou acostumada. Já deu pra acostumar. Semana passada a gente foi lá no Joana D'Arc, já senti assim, estranho. [...] Sim, senti estranho. Já senti saudade daqui. A gente acostuma. Com o passar de tempo aí vai acostumando. To bem graças a Deus. Tenho meu filho que mora ali no Reassentamento Morrinhos. Aí eu fico aqui mais o meu esposo.

Colaboradora Magnólia (11/2014):

Lá a gente tinha a coisa mais própria, mais minha, lá a gente vivia tranquilo, tinha mais liberdade da gente era mais o meu eu, eu. Assim fomos afetada lá e removida, eu mudei, a gente mudou muito, assim saúde, o astral, eu mudei, a gente mudou, foi mudança. Tenho que dizer assim, foi uma mudança sim, a gente nunca tinha mudado, tivemos que deixar o que a gente fez, aí a gente vai pra um lugar novo, onde a gente não conhecia, não conhecia as pessoas que iá ficar perto, a terra, não conhecia nada. Então pra gente foi um abalo muito grande, isso já tá com que, já tamos com mais de quatro anos e meio, assim, temos que mudar, tinha que mudar, assim foi muito diferente, muito abalo, abalo mesmo. [...]No Santa Rita mudou tudo, tudo, tudo completamente, nos costumes, no lazer nenhum. Então foi muito difícil começar. Agora já dá para continuar, já melhorou. [...]Ai, agora no momento a gente gostaria de falar tanta coisa, o problema é assim como, a gente que já foi mudado pelas Usinas, a gente se abala muito, a gente perde tudo o que a gente tinha de valores. A gente perde tudo para começar de novo. É um abalo emocional, mexe muito, muitooooo. Eu digo porque eu vi e eu senti isso, até hoje não passa, não passa.

Colaboradora Jasmim (11/2014):

Bastante sofrimento, mas também bastante alegria, porque agora a gente tem uma casa boa, que a gente nunca ia ter condições de ter. Só por Deus que a gente conseguiu, pela misericórdia, porque a gente não tem merecimento, dou muita graças a Deus. Aprendi muita coisa ali também, devido ao sofrimento a gente aprendeu. Não choro de tristeza, choro de alegria porque Deus tem dado força, saúde, pela idade que tenho, setenta e três anos meu esposo, mas mesmo doente, vai lá ver a roça, mesmo assim limpa

Sempre que se fala de espaço, pode-se fazer alusão a Tuan (2013) em sua obra *Espaço e lugar*. Da perspectiva da experiência, ao lugar nós atribuímos a satisfação de nossas necessidades de comida, água, descanso, e um não pode ser visto sem o outro. Ao tentar compreender o que as pessoas sentem, é preciso interpretar sentimentos complexos como esse de espaço e lugar.

A colaboradora Rosa, ao falar do “açai [...]”, isso foi dito de forma tão intensa que parecia que vislumbrávamos toda aquela natureza que agora parece tão distante.

A noção de espaço é percebida em suas falas, ao mencionarem o tamanho da antiga área em relação ao Reassentamento Santa Rita: “são bem menores aos anteriores”.

Nessa noção de espaço o que é central para nossas colaboradoras é o “Casarão”¹², que acabou dotando este lugar com certo prestígio.

Por isso, o espaço sem dúvida pode ser um elemento que amplia ou resume o nosso mundo, pois Tuan (2013) afirma que quando as pessoas juntas possuem uma causa comum, não se tira o espaço do outro e sim aumenta-se esse espaço, quando se apoia o outro.

Para Tuan (2013), quando o espaço passa a ser familiar, torna-se lugar. A colaboradora Violeta (09/2014) reforça isso quando diz:

É um lugar diferente, a gente sente muito. Mas agora não, já tem 3 anos que nós temos aqui, agora eu já estou acostumada.[...] Semana passada a gente foi lá no Joana D´Arc, já senti assim, estranho. [...] Sim, senti estranho. Já senti saudade daqui. A gente acostuma.

Entende-se que essa referência ao “Casarão” acaba por identificá-las ao novo local, é uma das formas que o grupo encontrou para estabelecer novos sentidos naquela localidade, pois estão construindo uma nova história nas quais elas são sujeitos desse processo.

Para a compreensão do trabalho das mulheres, organização e sua valorização, das entrevistas, selecionamos falas que denotam essa peculiaridade, como podemos notar a seguir:

Colaboradora Rosa (09/2014):

Tudo o que a gente faz, a gente consegue vender. Isso é gratificante demais. [...] Eu limpo a minha casa, cuido da alimentação, lavo roupa uma vez por semana, por que somos só duas pessoas. Ajudo dar de comer as galinhas, trato os animais. As vezes ajudo recolher o gado no curral. Também não é todo o dia. É quando o marido está mais aperreado. Eu vejo que ele está precisando de uma ajuda. Ele não chega a chamar. Mas eu vejo que ele está aperreado e vou dar uma forcinha.

Colaboradora Margarida (09/2014):

“Já fizemos muita coisa no nosso lote, tem bastante fruta. Tamos vivendo. Aí eu sou de fala pouco também”.
Além de plantar frutas, o que mais a senhora produz no seu sítio?
“É a gente mexe com a farinha de mandioca, banana, de tudo a gente tem um pouco. Fruta, coco, acerola, laranja. Tudo essas coisas, um pouquinho de cada coisa. Aí nos vamos vivendo”.

Colaboradora Açucena (09/2014):

“A gente mexe com gado leiteiro. A gente mexe com leite. Meu esposo tira o leite, a gente vende o leite, vende o queijo, frango, uma verdura. É da agricultura familiar que a gente vive. Tenho que cuidar da casa, tenho que

¹² O Casarão é o Centro de Apoio ao Reassentado – CAR, funcionava a antiga casa da fazenda que foi desapropriada, é o local em que a EMATER dá assistência técnica, é um centro de referência. (grifo nosso).

fazer almoço pra mim e pro meu esposo, tenho que cuidar dos bichos, cachorro, galinhas, da água ne tratar. Colocar comida pros cachorros. Como também tem que fazer o queijo, que não é fácil. Não é 1 ou 2 queijos. Eu faço 4 ou 5 queijos por dia”.

Como o seu marido vê essas atividades que a senhora desenvolve em casa?

“Eu creio que ele vê com bons olhos, né. Não sei. Nunca recebi nenhum elogio dele. Mas eu acho que vê com bons olhos, né”.

A senhora considera o que essas atividades?

“Eu considero bem, por que é nosso ganho de vida, por que é com isso que a gente véve”.

Então a senhora considera um trabalho?

“Sim, lógico um trabalho”.

Ou a senhora considera uma ajuda, um lazer?

“Lazer não. É trabalho. Lazer é quando você tira um dia. Esse dia é pro meu lazer. Lazer não. É trabalho”.

Colaboradora Dália (09/2014):

Eu fico mais aqui no trabalho do artesanato. A casa mesmo eu dô uma faxina só no final de semana. Mas aí, no meio da semana eu faço alguma coisa e fico aqui. A gente se encontra lá no Casarão, onde a gente costura também. [...]Valoriza. Ele aqui em casa valoriza. Meus irmãos também. Aí, essa máquina mesmo eu comprei depois que eu fiz o curso. Quando eu comecei o curso, tomei a maquina emprestada da minha concunhada. Depois eu comprei a máquina e já paguei.

Colaboradora Íris(09/2014):

“Bem eu hoje cuido de uma horta, que nos temos pro nosso consumo. Aí meu marido é que cuida do resto. Eu cuido da casa, das coisas. Lavo, cozinho, passo e ainda faço artesanato. Tiro um dia pra se reunir, pra ir pro nosso grupo. Temos feira mensal, lá na cidade, na EMATER, que nós estamos levando nossas coisas pra vender. Tudo o que tem no sítio, que nos produzimos também na costura de artesanato, já tamos ganhando nosso dinheirinho. [...]Acho tudo de bom, pois o homem chega do mato, tem comida, roupa lavada, tem tudo. Tá bom demais. A minha filha também passa o dia lá no trabalho. Ela sai as 6 horas da manhã e só chega as 18 horas. Passa o dia lá. Aí eu fico com a minha neta. A menina estuda aqui mesmo no Reassentamento. Eu acho que tem muita importância pra eles, né”.

E eles, acham isso importante?

“Bom, isso aí quem vai responder é eles né. (risos....)”.

Como a senhora se sente em relação a eles?

“Bom, o trabalho do lar é uma coisa que não é remunerado. Então a gente fica um pouco triste, quando a gente quer um dinheiro, que o marido diz que agora não dá, vamos deixar pro outro mês. Mas eu sempre estou cutucando, tem que comprar uma coisa aqui pra casa. E vamos fazer mesmo”.

A senhora pede pra ele?

“Eu peço.”

Colaboradora Violeta (09/2014):

“Planta mandioca aqui no lote mesmo?”

“É planta aqui no lote mesmo. A gente faz a plantação da mandioca no lote”.
E a senhora ajuda nessa produção da farinha?

“Ajudo. Ajudo sim. Eu rapo mandioca. Faço almoço pro pessoal que trabalha com a gente. É isso daí”.

E este trabalho de fazer almoço, trabalho da casa, é tudo a senhora que faz?

“Sempre sou eu que faço esse trabalho. Faço almoço pro pessoal que ajuda a gente. Ajudo rapar a mandioca pra gente fazer a farinha”.

Como a senhora se sente fazendo esses trabalhos?

“Eu me sinto bem. Por causa que antes a gente já mexia com farinha. A gente se sente bem”.

E a sua família como vê a senhora fazendo essas atividades?

“Eles não falam nada. Toda a minha família mexe com agricultura”.

Seu marido, seus filhos, o que eles acham do trabalhos que a senhora faz?

“Eles falam assim que é um trabalho pesado. Que a gente podia ter uma vida melhor. Mas eu não me queixo, mas tá bom. A gente tem a nossa casinha. Tem as nossas coisas. Pra mim tá bom. E tando com saúde a gente tem coragem de trabalhar.”

Colaboradora Magnólia (11/2014):

“Bem, como a minha rotina de trabalho é sempre uma rotina diária,mas é como eu uma artesã do Reassentamento Santa Rita,eu gosto muita de artesã, por que a gente gosta muito de trabalhar com artesanato, então de onde eu vim era bom, mas não tinha essa energia de ser artesã, eu aprendi. [...]Planta. Planta arroz, milho, mandioca, a gente faz farinha, e, eu tenho uma pequena horta do PAES”.

Que horta é essa?

“PAES é uma horta que a gente ganha do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Eu sou uma coordenadora lá de dentro, de um pequeno grupo do MAB. Aí a gente ganhou oito hortas, que foram divididas, e eu tenho uma delas. [...]Pela minha família a gente não tem valor nenhum, 50% das mulheres não são valorizadas. Na minha casa se eu não me trancar no meu quarto para costurar, não tem tempo, a mulher fica só para lavar, cozinhar, né, é um trabalho sem remuneração. Eu pelo menos a minha família não valoriza o meu trabalho. Eu mesmo tenho que valorizar, eu mesmo tenho que gostar, passar por cima de tudo e fazer.”

Colaboradora Jasmim (11/2014):

“E essa feira que a gente está fazendo, é a minha feira que é o salário do meis, com esse dinheirinho da feira que eu mantenho o meu rancho. [...]Dona Jasmim, o que vocês produzem no lote?

“Nós temos banana, macaxeira, batata, tem verdura. A gente não compra verdura. Tem bastante coisa. Tem o pomar que eles forneceram as plantas, as mudas, gente plantou, aí tem de tudo um pouquinho fia”.

E aqui na feira o que a senhora vende?

“Eu vendo meus bolinhos, coisas de massa. Porque a verdura é mais difícil. Quando tem bastante verdura, eu ligo pra minha menina em Ji-Paraná, porque a gente não pode misturar as coisas, aí ela vem, agora para a feira do final do mês ela vai vir. Aí a gente traz as verduras. Essas pimentinhas de cheiro é minha. Lá tinha bastante coisa, tinha abrobrinha.... não deu pra trazer por que não podia vendernuma banca só, aí eu deixei. Sempre a gente tem de tudo um pouco.”

É importante ressaltar que durante o processo de pesquisa de campo, dois aspectos foram fundamentais para compreender a visibilidade do trabalho da mulher no Reassentamento Santa Rita. O primeiro se refere ao caráter histórico da submissão da mulher, tanto no espaço público quanto no privado. E o segundo se refere ao trabalho executado fora do âmbito doméstico representado simbolicamente no Casarão.

Essa distinção entre o público e o privado se dá basicamente a partir do Século XVIII e, de acordo com Perrot (2009), esta se refere ao privado com um novo sentido na medida em que as virtudes da boa dona de casa aparecem como sinônimo de felicidade, mas o destino feminino ainda está inferiorizado diante da superioridade do pai, irmãos e marido.

No Reassentamento Santa Rita, essas relações ficam claras na fala da Colaboradora Rosa (09/2014); os afazeres domésticos estão evidenciados ao dizer “Eu limpo a minha casa, cuido da alimentação, lavo roupa uma vez por semana, por que somos só em duas pessoas”. Assim, vê-se que antes de qualquer outra atividade que ela possa vir a exercer, em primeiro lugar estão os afazeres domésticos. Essa narrativa traz em seu contexto o trabalho doméstico como uma obrigação primeira. Ao sair do espaço doméstico o seu trabalho figura na fala dessa colaboradora como um auxílio e justifica: “também não é todo dia, é quando o marido está mais aperreado. Eu vejo que ele está precisando de uma ajuda”.

Nas assertivas da Colaboradora Rosa (09/2014), prepondera que a estrutura social que ela constitui com seus familiares é de sua responsabilidade pelos afazeres domésticos, assim como auxiliar o marido naquelas tarefas que este não consegue realizar sozinho. O trabalho não figura como importante, será sempre um auxílio.

E assim essas representações e práticas sociais de submissão estão explícitas em todas as nossas colaboradoras: “Tenho que cuidar da casa, tenho que fazer almoço, [...]”, “Eu cuido da casa, das coisas, lavo, cozinho e passo”, “Faço almoço pro pessoal que trabalha com a gente”.

Essa peculiaridade da mulher reassentada, ao reportar-se sempre ao espaço doméstico, ainda não fora superada, até porque é permitido ter outras atribuições, mas primeiramente esse “eu” tem que cumprir seus afazeres domésticos, já que a família a tem como zeladora, ou seja, aquela que vai atendê-los em todas as suas necessidades, como alimentação na hora correta, cuidados com o vestuário e a limpeza do ambiente onde a família convive.

Depreende-se que ainda não foram rompidas as práticas sociais de subserviência da mulher, o que se acentua pelo fato de ser reassentada uma vez que suas ocupações estão destinadas ao entorno da casa.

O segundo aspecto refere-se ao trabalho que é executado pela mulher fora do âmbito doméstico.

O olhar sobre o cotidiano das mulheres do Reassentamento Santa Rita, quando ouvimos a sua voz, fica permeado de falas em que a prioridade são os afazeres domésticos, como, por exemplo, na fala da colaboradora Rosa: “Eu limpo a minha casa, cuido da alimentação, lavo roupa”.

O trabalho artesanal na pesquisa como parte da trajetória das reassentadas ao narrarem suas histórias, não é possível reconhecer visibilidade do trabalho das mesmas, pois mesmo ao se dedicarem ao artesanato não há como fugir da responsabilidade dos afazeres domésticos.

No momento das perguntas e no decorrer de suas falas, na perspectiva de valorização de suas experiências com este trabalho, percebeu-se que as colaboradoras expressaram o que a lógica capitalista preconiza nas representações sociais, que à mulher cabe (cozinhar, passar, lavar e outras atribuições domésticas), denotando que esse papel social que as mulheres exercem não tem visibilidade, pois tem-se a impressão de que isso já faz parte da natureza da mulher. Na verdade isso é socialmente produzido, já que o modo de produção determina as relações sociais, Karl Marx (1985), filósofo e economista, enfatiza que essas relações de produção não podem ser vistas de maneira unilateral, pela complexidade do tema, não se pode pensar em determinismos, mas em condições sobre as quais o modo de produção reproduz as relações sociais sobre as quais se fundamenta.

Nessa perspectiva, quanto à invisibilidade do trabalho, as mulheres acabam reproduzindo essas relações na educação dos filhos, e no seu convívio social, e o trabalho, por ser a reprodução material da vida humana, consiste na ação material e as forças produtivas que são geradas por essa ação são reproduzidas socialmente. Infere-se que o trabalho artesanal, pelo fato de ser produzido pelas mulheres, passa a ser uma extensão do trabalho doméstico; embora gere renda, só será realizado após ter executado os afazeres da casa. E ao dedicar-se ao trabalho artesanal, ainda assim, os afazeres domésticos não deixam de serem realizados e são feitos em outra ocasião pelas colaboradoras.

O papel de esposa, mãe e filha, por desenvolver um trabalho que não é remunerado, este é invisível, e da mesma forma que o trabalho artesanal, pela lógica capitalista, por ser um trabalho que não é em larga escala, acaba não sendo visto como produtivo.

A Associação das Artesãs do Reassentamento Santa Rita é um mecanismo que a Santo Antônio Energia utiliza para cumprir um dos dispositivos de mitigação. Com o apoio da empresa contratada – EMATER, consolidaria conhecimentos e impulsionaria a iniciativa associativa; como exemplos temos a ARESANTA. Um trabalho como o artesanato, que é uma extensão do lar, da mesma maneira torna-se invisível, já que não faz parte de produção em larga escala e a divisão do trabalho.

Ao transformar a produção artesanal em mercadoria, lembra-se a concepção de Marx em *O Capital: crítica da economia política* (1985), de que forma esse processo acontece, inclusive citando que este é o momento em que o indivíduo coloca toda sua corporalidade em ação e se apropria da matéria natural em seu benefício, e ao mesmo tempo em que modifica a natureza modifica a si mesmo.

Como mecanismo de mitigação, a Santo Antônio Energia, ao contratar os serviços da EMATER, está determinada a cumprir o que prevê o remanejamento de pessoas, ao serem deslocadas de seu local de origem para minimizar os impactos sociais, e ao mesmo tempo ter controle social das famílias remanejadas. Ao analisar essa política preconizada pela Santo Antônio Energia, o incentivo e fomento dessa associação levam-nos a questionar sobre esse remanejamento.

Em relação ao remanejamento, ao se considerar seu processo identitário, faz-se necessário repensar o significado de identidade, que, segundo Hall (2011) são os vínculos que possuímos com os nossos lugares de origem com os quais trazemos conosco traços de cultura, tradição, linguagens e nossas histórias particulares.

Embora haja uma política de reassentamento, que é ade implantar uma compensação socioeconômica para adaptar as pessoas ao novo local, no caso do Brasil, há um modelo adotado pelo INCRA e recomendado pelo Banco Mundial, que é o investidor financeiro do empreendimento.

Sabemos que a mudança não só ocorre em nossas vidas, no que se refere ao espaço, mas em que medida este será o seu lugar, com isso devemos ponderar o simbólico e o identitário. Então a Associação das Artesãs aqui foi vista como mecanismo social para fortalecer o sentimento de pertencimento. Vejamos nas falas de nossas colaboradoras se estas reconhecem-se:

“Participo de um cursinho, de um grupo de mulheres, [...]. E nisso nós formamos um grupo [...].” (Colaboradora Rosa).

“Vamos pro Casarão se encontrar. Eles vinham busca. E a gente iá. E hoje eu tenho minhas coisas aqui. [...]. Aí a gente se encontra lá. Aí todo mundo feliz.” (Colaboradora Dália).

“Já formamos um grupo de trabalho aqui. [...]. Tiro um dia pra se reunir, pra ir pro nosso grupo.” (Colaboradora Iris).

“Como nós já estamos a dois anos com as “Artesãs do Santa Rita” um grupo de mulheres, ganhamos da empresa máquinas, umas doze máquinas de costura, temos um grupo, e a gente está indo, tamos andando.” (Colaboradora Magnólia).

Na linguagem das colaboradoras é perceptível que os vínculos afetivos com este novo espaço foram criados, palavras como “aqui”, “casarão” e “grupo”, representam que este novo espaço já é lugar que faz parte de suas experiências vivenciadas, embora seja parte de controle do empreendedor.

Ao desvelar essas representações das falas das colaboradoras, este é um sinal de que a história está acontecendo. Bhabha (2007) nos diz sobre as representações sociais e quando estas construções são a identificação da reassentada com a lógica do empreendedor. A associação, ao ser utilizada como mecanismo da Santo Antônio Energia, cria a impressão de que o novo lugar é muito melhor que o Joana D’Arc, até pelas condições socioeconômicas. Notamos que nas falas das colaboradoras está retratado que a nova organização permite que elas se reúnam e construam novos vínculos no reassentamento Santa Rita.

Esse é o fundamento da Santo Antônio Energia, uma vez que em seu discurso “Como é Santa Rita?”, da *Cartilha Saiba Mais*, (2011, p. 36), declara:

Implantado em uma antiga fazenda, recebeu agricultores que moravam no Projeto de Assentamento (P.A.) Joana D’Arc, do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), localizado à margem esquerda do rio Madeira, e parcialmente afetado pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Distante 54 quilômetros de Porto Velho, o núcleo fica próximo à rodovia BR-364, o que facilita o escoamento da produção agrícola para o mercado consumidor. No total, é composto por 153 lotes rurais e área coletiva, com escola, posto de saúde e centro comunitário, entre outras instalações de uso comum.

A Associação, ao utilizar e fomentar tais discursos, está buscando construir uma identidade coletiva única, em que as associadas ao não problematizarem a divisão binária do passado e do presente, encontram-se diante de uma estratégia que as conforma e legitima; as condições ora oferecidas são capazes de garantir uma qualidade de vida, evidenciando que o vínculo com o lugar já aconteceu.

A Associação das Artesãs visa vincular a mulher reassentada ao novo lugar. Se olharmos na perspectiva simbólica observamos que uma das reassentadas aparece com um discurso diferenciado, que aqui poderá ser denominado de resistência, até pelas características que esta mulher circunscreve sua atuação naquele local, quando diz:

Colaboradora Magnólia (11/2014):

[...] as “Empilheiras” é um grupo de mulheres na base nacional do movimento, elas retratam a sua história desenhando, costurando, como antigamente as mulheres faziam quando os esposos saíam, elas retratavam a história que estava acontecendo, do momento, Faziam quadro costurando na mão, pedaço de pano, tudo artesanal. Então a gente está passando a cultura das mulheres empilhadeiras.

Ao analisarmos esse movimento é perceptível que, ao realizar o seu trabalho artesanal, encontra-se uma maneira de representar aquilo que não pode ser dito. Na oportunidade em que o local, ao ser visitado e a colaboradora, quando inquirida, foi visível que o seu discurso era muito bem elaborado no que se refere às questões referentes às políticas públicas. Inclusive ela é líder de um grupo de mulheres do MAB¹³, tido como um movimento dos atingidos por barragem; a colaboradora Magnólia retrata ser fruto de um movimento de resistência, principalmente daqueles que foram atingidos em nome do desenvolvimento energético que para construir as usinas precisou desalojar pessoas nos locais que seriam alagados pela construção das mesmas.

Dessa forma, o artesanato denominado como “empilheiras” pela colaboradora Magnólia é uma forma de inscrever o sujeito no lugar em que ele vive, e encontra no artesanato uma forma de expressar que ao mesmo tempo em que mantém as tradições reproduz nos objetos que possam ser facilmente comercializados. Este tipo de artesanato, conforme Bacic (2012)¹⁴, curadora da exposição Arpilleras da Resistência Chilena, retrata que é uma técnica têxtil com origem no litoral chileno, tida como expressão artesanal artística, que denunciava as torturas da ditadura chilena do regime de Pinochet, consistia em compor de retalhos e bordá-los em linho grosso (saco de farinha e de batatas), retratavam maridos e filhos ausentes, vítimas do regime militar e transmitiam lutas, tristezas e histórias. Era uma maneira de retratar o cotidiano daquelas comunidades, cujos bordados acabaram por se transformar em fonte de renda ao serem vendidos. E pela sua circulação denunciavam as atrocidades do regime militar, culminando inclusive com uma repercussão internacional.

Esse enfrentamento de resistência está sendo vivenciado pela colaboradora Magnólia, que faz uma leitura muito significativa sobre essa mudança, que de uma forma ou

¹³ MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens. Movimento nacional em defesa dos atingidos e atingidas, em defesa da água e da energia e pela construção de um Projeto Popular para o país. Disponível em: <www.mabnacional.org.br>. Acesso: 13 jan. 2015.

¹⁴ No período de 29 de maio a 05 de junho de 2012, o Arquivo Nacional recebe a exposição Arpilleras da Resistência Política Chilena. Com curadoria de Roberta BacicHerzfeld, a mostra foi contemplada pelo edital “Marcas da Memória”, patrocinado pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça.

de outra, não deixa de ser uma violência, já que eles foram retirados de um local em nome de um progresso, em relação ao qual muitas vezes esse sujeito não é beneficiado como deveria.

A colaboradora Magnólia torna visível o jogo entre o que ela sente e o que está vivendo quando diz:

Ai, agora no momento a gente gostaria de falar tanta coisa, o problema é assim como, a gente que já foi mudado pelas Usinas, a gente se abala muito, a gente perde tudo o que a gente tinha de valores. A gente perde tudo para começar de novo. [...] É um abalo emocional, mexe muito, muitooooo. Eu digo porque eu vi e eu senti isso, até hoje não passa, não passa.

Na medida em que a colaboradora se propõe a falar de seus sentimentos é perceptível sua resistência a esse contexto explorador em que a mesma se encontra, pois não há como ir contra ao progresso e a única maneira de resistir a ele é denunciá-lo através de seu artesanato, cuja linguagem se expressa através do bordado e perpassa a singularidade e a materialidade de sua vida naquele momento.

Ao falar com tanta segurança, a colaboradora denota sua liderança quando afirma:

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Eu sou uma coordenadora lá de dentro, de um pequeno grupo do MAB. [...] o grupo que eu toco são trinta mulheres, trinta famílias, eu sempre lidero elas, os jovens, e os homens, a gente sempre divide, é super dividido. Agora dia 22¹⁵ nós vamos reunir as mulheres atingidas, o MAB faz um trabalho com as mulheres atingidas por barragens.

Isso evidencia uma situação bem específica de uma formação ideológica que se reafirma no espaço político que ecoa valores, objetivos e a vincula ao local, já que é ali que transcorre sua história, na qual vivencia todos os seus valores demovidos em função da construção de um grande investimento energético do país.

Com a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, desde 2013 alguns princípios norteadores visam ações para as mulheres no enfrentamento de desafios referentes ao meio rural. Dos quais se pautam: acesso a terra, à água, à documentação, ao crédito, a assistência técnica, a comercialização da pequena produção familiar, conforme PNPM (BRASIL, 2013, p. 66). Nas falas de nossas colaboradoras temos o relato de Magnólia (11/2014):

Já melhorou bastante a política da mulher dentro de qualquer órgão, a gente é bem atendida, recebem bem, tanto faz a mulher ir negociar, como o homem, ela é bem recebida. A política de atendimento as mulheres melhorou, melhorou bem. [...] Eu acho que não muito tempo, de uns cinco

¹⁵ A entrevista foi concedida no dia 14 de novembro de 2014.

anos pra cá começou a mudar, por que dentro onde eu trabalho no movimento, que eu participo do grupo de mulheres do MAB, a gente luta e bate sempre na mesma tecla, mulheres tem o mesmo direito, tem vez, a mulher tem palavra. A mulher pode tocar qualquer coisa, creio que de uns tempos pra cá tem mudado bastante a políticas das mulheres em qualquer lugar.

Vimos que, com a demanda dos movimentos sociais, as políticas públicas para as mulheres rurais têm se consolidado no campo, mas a inserção das mulheres não é recorrente, haja vista que somente a colaboradora Magnólia afirmou forma incisiva que é necessário envidar esforços para articular essas ações no local, para consolidar as oportunidades de acesso aos direitos legítimos. Isso contribui e fortalece a inclusão social.

Também nesse contexto a Santo Antônio Energiam buscou efetivar algumas ações preconizadas nas políticas públicas para as mulheres ao realizar processos de capacitação, direito a titulação e implementação de organização produtiva, tendo em vista a contratação da EMATER para efetivar tais políticas, que nas falas de nossas colaboradoras é denominada como “Aldenora”. Embora haja a intensificação de reconhecer essas mulheres, ainda há muito a ser feito, uma vez que a geração de produtos e renda ainda é insignificante.

O que nos chamou a atenção foram as expressões utilizadas pelas nossas colaboradoras ao retratarem o processo de adoecimento advindo da mudança ocorrida pela construção das usinas. Isso reporta-nos a Foucault (2014, p.25) quando o autor trata do discurso a partir do princípio de rarefação; observemos abaixo o agrupamento de discursos com uma unidade e origem:

Colaboradora Rosa (09/2014): “Eu tenho uma saúde ruim, eu tomo sete tipos de remédio diariamente. Eu tenho problema cardíaco, sou hipertensa, faço reposição da tireoide. Isso e mais um bucado, eu não lembro de tanto remédio que o médico passou”.

Colaboradora Margarida (09/2014):

Depois teve esse negócio da Santo Antônio que desapropriou a gente. Aí meu marido ficou muito triste, por que nós fomos desapropriados. [,,]Ele sempre veve triste, ele gostava bastante de lá. Ele mora aqui mas é meio desanimado. Ele gostava muito lá do Joana D´arc, todos nós gostava lá do Joana D´Arc.

Colaboradora Magnólia (11/2014):

As pessoas afetadas, a maioria passaram por transtorno de doença, apareceu gente com diabetes, gente com pressão alta, gente agressiva, isso aconteceu muito no Reassentamento. Se for no Posto, você vai ver muita gente com pressão alta, ou tem depressão, ou tem qualquer coisa, mas é que foi por motivo da mudança.

Colaboradora Jasmim (11/2014):“Agora mesmo estou gastando bastante com doença, o esposo é depressivo e toma remédio controlado”.

Em todas as falas é recorrente o adoecimento de membros da família. Analiso que nos excertos narrados há uma exposição em relação à desapropriação do seu lugar manifestada como doença que está associada a um conjunto de fatores que não estão em nosso alcance resolver, pois é de foro íntimo, mas há um papel que não pode ser deixado de lado, que é o da verdade. Embora se ofereça neste novo lugar melhorias materiais, as emocionais ainda deixam a desejar.

Como diria Hall (2011, p. 23),o sujeito humano com capacidade e sentimento estável de sua própria identidade e lugar na ordem das coisas, emergiu na Idade Moderna.Ohomem contemporâneo vivencia um descentramento da identidade que não pode ser visto de maneira simplificada.

Sendo assim, o quadro de adoecimento no Reassentamento Santa Rita é um caso típico de descentramento de identidade, visto que houve mudanças fundamentais e uma ruptura importante com o passado, pelo fato de estarem mudando outra vez.

A experiência com as mulheres do Reassentamento Santa Rita foi relevante no sentido de que tornou possível a visibilidade dessas mulheres, pois, de acordo com Foucault (2014), “a linguagem sempre parece estar habitada pelo outro”, isso é perceptível quando ao término de nosso trabalho de campo tivemos depoimentos como:

Colaboradora Violeta (09/2014):“Só tenho que agradecer vocês vieram aqui em casa fazer essa entrevista. Tá tudo bem”.

Colaboradora Magnólia (11/2014):

Primeiro que eu queria falar assim, é muito bom a gente encontrar uma pessoa assim que nem você para perguntar o que se passa, o que a gente gostaria, o que está fazendo, o que é de bom, retratando alguma coisa que a gente fez ou que a gente faz. Muito bom, as vezes até anima mais. Obrigada.

Os depoimentos denotam o ritmo pulsante da narrativa das reassentadas, traduzindo seus anseios, seus medos e suas vitórias.

Embora tenha sido um núcleo planejado, estruturado e implantado, ainda não foi possível superar a saudade do antigo lugar, e é visível o processo de adaptação ao novo ambiente. Ao serem citadas as melhorias do local, facilidade de acesso, escoamento da produção, a dinâmica daquela comunidade ainda não se identifica com aquela localidade, pois não figura o sentimento de pertencimento ao reassentamento.

As mulheres no Reassentamento Santa Rita estão buscando esse empoderamento, que está em construção na medida em que são representadas em seu discurso sua rotina, seus modos de fazer, que mesmo executando ações diferentes dos seus afazeres domésticos ainda estão ligadas aos fazeres do espaço privado.

O termo empoderamento assume uma posição política e é tido como instrumento de desenvolvimento, e assim o empoderamento é um processo de conquista que implica em pôr fim à ordem patriarcal para que tenhamos controle de nossa vida, mas não como uma mudança individual. No que se refere a ações coletivas, tão bem nos define Leon (2001, p. 97), que afirma:

O empoderamento como auto confiança e auto estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. A ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes: quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança.

E assim torna-se imperativo que essas conquistas são construídas na medida em que as conquistas acontecem e se fortalecem as transformações coletivas.

Pelo fato de o empoderamento ser um processo de conquistas, ao discorrer sobre o empoderamento feminista, Nelly P. Stromquist (2002, p. 232), professora da University of Southern California, nos diz que:

O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente).

Isso denota que o empoderamento é a capacidade de tomar decisões e fazer escolhas estratégicas, em que é possível analisar as condições atuais; acredita-se no processo e obtêm-se resultados almejados.

As compensações e mitigações sócio-ambientais e o acompanhamento das famílias pela Santo Antônio Energia, mesmo com produção e relatórios semestrais que rotineiramente são encaminhados aos órgãos de controle, ainda não nos dão certeza de que esse remanejamento tenha sido adequado.

A presente pesquisa não pretende esgotar o tema, para tanto teve como premissa visibilizar a voz as mulheres, que com sua força e coragem foram arrimo de família, mas, pela nossa história vivenciada, o seu trabalho é visto como auxílio.

Ao apresentar a voz da mulher reassentada, a pesquisa nos traz algumas respostas no sentido de dar continuidade ao trabalho da mulher no Reassentamento Santa Rita. Há muito por fazer, até por que o foco de interesse e objeto da pesquisa nos mostraram outros fatores que a academia pode explorar e dar respostas àquelas mulheres que puderam reconhecer-se naquilo que fazem. Assim, outros estudos poderão ser efetuados, como: saúde, mulheres arpilleras, os movimentos sociais e outros vinculados aos estudos culturais.

A relevância do estudo para o meio acadêmico deve-se ao fato de que este figura entre os primeiros que tratam de mulheres reassentadas. O contato com o reassentamento permitiu que vivenciássemos os sentimentos nostálgicos sobre o antigo local muito presentes nas falas das colaboradoras. Sabe-se que estão sendo recriados novos laços sociais e novas identidades que tornarão possível a superação dos desafios de mudar outra vez.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dinâmicas territoriais de Rondônia, os seus efeitos tecem teias que desvendam as tramas sociais que dão vida, conflito, projetos e sentidos.

O novo ciclo energético no cenário brasileiro encontrou, na região amazônica, riquezas naturais que colocariam o Brasil como a nova fronteira hidrelétrica. E para sua expansão desde o ano de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento, além de garantir o desenvolvimento regional, garantiria o suprimento de energia futura.

Embora a sustentabilidade do empreendimento do complexo hidrelétrico Santo Antônio esteja garantida no papel, órgãos governamentais controladores e fiscalizadores sabem e declaram na imprensa os impactos tanto ambientais quanto sociais. Como afirmam Santos e Silveira (2001), o território e sua materialidade são inseparáveis, uma vez que inclui a natureza e seu uso pela ação humana. Assim, mesmo com toda a tecnologia avançada sendo posta ao serviço do uso da natureza, os indivíduos daquele local de alguma forma veem refletidas as condições socioambientais a que estão sendo submetidos e que de certa forma sua identidade foi violada, pois, ao serem remanejados, deixaram no antigo lugar sonhos e memórias que algum dia fizeram migrar para Rondônia. Agora só resta olhar para o lago, como em certa fala: “agora é só um mar de água”.

O foco de estudo, objeto de meu interesse, é um reassentamento com peculiaridades locais, pois é composto por famílias que foram assentadas em um projeto de colonização para a ocupação da área rural do município de Porto Velho, denominado Joana D’Arc. Como vimos, era uma política governamental de reforma agrária que visava à integração e ao desenvolvimento territorial e regional, através de um sistema de vivência e produção sustentável.

No contexto do Reassentamento Santa Rita, busquei elucidar como eram as relações familiares e o lugar da mulher reassentada. Esse questionamento, no âmbito dos estudos culturais, de alguma maneira daria voz às mulheres que na condição de reassentada teriam visibilidade na medida em que expusessem suas vivências e experiências cotidianas, relações que são estabelecidas no espaço privado e no público no reassentamento.

Inicialmente, compreende-se que a condição de reassentada é resultado de mais um ciclo econômico, ao qual o estado de Rondônia está submetido na lógica capitalista no Século XXI, e a ocupação do território preconiza o desenvolvimento local, regional, nacional e finalmente global. Esse processo nos inclui como polo energético brasileiro. São as nossas

riquezas naturais que interessam aos investidores, uma vez que o retorno financeiros futuros serão bem maiores do que aqueles gastos com a implantação dos empreendimentos.

E assim, nessa trama encontramos mulheres que com suas histórias de vida nos mostram que embora o Brasil seja polo energético, sua gente, na região de Rondônia, ganha voz com este estudo, que nestas linhas deixa registrado o quanto sua vida passou por transformações; o empreendedor, ao fornecer condições materiais, para obter seus lucros, não percebeu que os impactos sociais são muito maiores do que o capital investido e os lucros futuros.

As mulheres do Reassentamento Santa Rita deixam um legado quando em suas falas refletem alguns aspectos relevantes na pesquisa. Primeiro, que na ocupação de Porto Velho no percurso de sua história no Século XXI, o empreendimento da construção da usina justificava-se, pois há demanda de energia e, assim como viabilidade técnica para sua execução, e os impactos ambientais eram reparáveis e compensáveis e garantiriam a ligação de Porto Velho ao Sistema Interligado Brasileiro. E as pessoas nesse cenário foram reassentadas de acordo com as exigências governamentais em áreas próximas a uma malha viária de fácil acesso e infraestrutura para a garantia da adaptação social e econômica na localidade, bem como formação e informação zootécnica, mas não se pode esquecer de que o capital humano foi descartado mesmo sob as novas condições propostas, pois de certa forma ao serem remanejados do PA Joana D'Arc, algumas colaboradoras demonstraram alegria, enquanto outras, descontentamento.

Esse primeiro aspecto me leva a perceber que tais justificativas não seriam suficientes, uma vez que relatórios da Dhesca Brasil (2011) (uma rede brasileira de articulação de organização da sociedade civil no que se refere a direitos humanos, econômicos, sociais e ambientais, para a construção de um desenvolvimento sustentável), órgão da UNESCO, são enfáticos quando dizem que muitos direitos humanos foram violados, como: ausência de análise de alternativas de menor impacto; a violação de comunidades tradicionais; ausência de estudos de impactos ambientais. Assim, é recomendável que tenhamos a clareza de que, a nível governamental, se façam as fiscalizações de acordo com a legislação vigente ao meio ambiente, e que não se aceite que a melhora de condição de vida seja suficiente para dar dignidade a uma pessoa. Ao dar voz às reassentadas, vê-se que embora lhes fossem dadas condições materiais, ainda não é possível percebê-las com autonomia. O Casarão, que poderia ser um espaço de construção, tornou-se o lugar para conformá-la a uma realidade que não é escolhida, mas imposta.

No segundo aspecto, ao se referir às mulheres no contexto das relações familiares e o lugar da mulher reassentada, o que vimos lembra-nos a afirmação de Beauvoir (1949) de que há dois traços que caracterizam a mulher: que o seu domínio sobre o mundo é menos extenso que o do homem, e que a mulher é sempre submetida ao homem. Em várias arguições as reassentadas falam do espaço doméstico como tarefa primeira e o artesanato não é uma ferramenta para torná-la independente, até porque ele nem é percebido como fonte de renda, mas sim uma “ajuda”.

No Reassentamento Santa Rita, o modelo de família vivenciado é o patriarcal, cujas falas estão eivadas dessa estrutura social, conforme algumas colaboradoras: “ajudo o marido... quando está mais aperreado”, “meu marido tira o leite e a gente vende”, “meu marido cuida do resto”, “a gente mexe com agricultura familiar, meu marido e meus filhos”, “[...] o trabalho do lar [...] não é remunerado [...] a gente quer dinheiro [...] o marido diz, agora não dá”. E assim ainda está presente no cotidiano dessas mulheres um modo de viver submissa ao marido.

Outro ponto a considerar ainda neste segundo aspecto é que a extensão de mundo das mulheres do Reassentamento Santa Rita ainda é restrita ao espaço doméstico; todas as ações estão ligadas aos afazeres da casa ou somente ao entorno da casa, e o artesanato somente é executado após cumpridos os afazeres domésticos, primeiramente “lavar”, “passar”, “cozinhar” e “limpar”; nessa estrutura familiar o seu papel é de ser responsável pelos afazeres da casa. A invisibilidade de seu trabalho é notória quando tudo o que elas fazem é para ajudar o marido. O trabalho não figura como importante, é sempre um auxílio. É peculiar que o trabalho, seja ele doméstico ou público, ainda não tem visibilidade, tendo em vista que na trajetória das narrativas de suas histórias, mesmo se dedicando ao artesanato não há como fugir dos afazeres domésticos. Tem-se a nítida clareza de que a mulher não pode ser vista sem estar vinculada ao trabalho doméstico, até porque o modo de produção é o que determina o tipo de relações sociais. É perceptível que a agricultura familiar, cuja produção constitui uma família patriarcal e que a mulher e os filhos estão submetidos ao pai. E nesse movimento o trabalho executado pela mulher, pelo fato de ser artesanal, mesmo gerando renda, acaba sendo visto como improdutivo.

Já no terceiro aspecto, busquei perceber o lugar da mulher reassentada, e nesse movimento o empreendedor buscou, ao contratar a assistência técnica da EMATER, estabelecer um novo vínculo com o Reassentamento Santa Rita. Um dos mecanismos encontrados é a iniciativa associativa. Com a instituição de uma associação cria-se um vínculo afetivo com o local, passa-se aí a considerar o novo processo identitário, conforme

explica Hall (2011), para quem a identidade é o vínculo que possuímos com os lugares de origem e trazemos conosco traços de nossa cultura, tradição e linguagem. A mulher reassentada retrata isso nas suas representações sociais, ao reconhecer que o novo lugar é melhor; e a comunidade, ao se reunir no “Casarão”, seja para conversar, realizar cursos, reuniões para fazer artesanato, intensificam ali as relações, principiando a identificação com o novo lugar, que está em processo de construção e de conformação.

Também nas práticas sociais figura o quarto aspecto a considerar, que são as políticas públicas, com o objetivo de combater problemas decorrentes de práticas historicamente configuradas, com a proposta de transversalidade de todas as políticas para a superação de desafio para a igualdade de gênero e relativo às questões das mulheres rurais. Na inserção das mulheres rurais, tais políticas avançaram no sentido de propor acesso à terra, e autogestão como princípio da economia solidária para fortalecer o desenvolvimento sustentável com inclusão social. A EMATER, contratada pela Santo Antônio Energia, vem desempenhando esse papel; na fala das reassentadas aparece como resultado desse trabalho o “Casarão”. No que também fica evidente que nada mais é do que a legitimação do poder econômico e manutenção e de que maneira a Santo Antônio Energia sustenta, transmite e reforça a sustentabilidade do empreendimento e de que forma antiética conforma as pessoas na condição de reassentados. O Casarão nada mais é do que uma forma de controle.

E, por fim, questões associadas aos modos como a mulher reassentada está enfrentando todos esses desafios: a relevância da pesquisa reside no fato de que ao dar voz a elas, notamos que na estrutura social que estão inseridas, ainda precisam romper com a hierarquia baseada em sexo, em todos os âmbitos, tanto doméstica como público, seu trabalho também não é visto como produtivo e gerador de renda.

A grande esperança, para essas mulheres reassentadas, é participar em espaços institucionais que garantam a consolidação da compreensão da mulher como protagonista. Na história oral encontra-se uma das possibilidades de ecoar esse desafio, pois na oralidade dessas mulheres, os estudos culturais nos proporcionaram ferramentas para compreendermos que as tradições históricas dependem da subjetividade. Como diria Cevalco (2003), cada indivíduo como sujeito histórico possui uma representação particular e pode mudar a tradição.

A voz de Rosa, Íris, Magnólia, Margarida, Açucena, Violeta, Dália e Jasmim, traçaram nestas linhas e entrelinhas que há vidas que pulsam, têm sonhos e querem ser vistas. Encontrá-las através deste estudo, ao fazer esses registros de suas formas de ver a vida e o mundo naquele espaço, possibilita notar que há alguém que resiste, mesmo diante de tanta invisibilidade e nos seus bordados que ela se faz presente.

No papel de pesquisadora, não quero compreendê-las de maneira reducionista, mas ousei em ser a primeira. A partir de suas memórias de reassentadas do Santa Rita, podem despontar outras possibilidades desse contexto, como adoecimento das pessoas no reassentamento, assim como o movimento de resistência, que não é reconhecido pelos articuladores do empreendimento responsável pela manutenção das políticas públicas naquela localidade.

As lições retiradas dessa jornada mostram que é possível protagonizar uma nova história, tendo em vista que na academia, um dos aspectos da vida das mulheres do Reassentamento Santa Rita foi delineado. Parafrazeio Sampaio (2010) ao dizer que quando utilizo a memória eu revivencio aquilo que não mais existe, ao reconstruí-lo através das narrativas, inscrevendo-se o singular.

Agora, mulheres do Reassentamento Santa Rita, vocês na singularidade, tornaram-se plurais, e a voz de vocês ecoa em cada linha escrita ao longo desse estudo, que não acaba aqui, mas que abre novas possibilidades para outros olhares à mulher reassentada.

REFERÊNCIAS

BACIC, R. *Exposição Arpilleras da Resistência Política Chilena*. Edital Marcos da Memória. Comissão da Anistia do Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. 2012.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*.v. 2. Tradução: Sérgio Milliet. Cidade: Nova Fronteira S. A., 1949.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. 4reimpr. Tradução: Myriam Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. Coleção Humanitas. 2007.

BRASIL. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projeto de Reforma Agrária conforme fases de implementação. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2015.

_____. Ministério das Minas e Energia. Plano Nacional de Energia 2030. Brasília: MME; EPE, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2015.

_____. Secretaria de Políticas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para Mulheres. 2011.

BURKE, P. *A escola dos Annales: 1929 – 1989*. A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Odalia. 4.ed. São Paulo: UNESP, 1997.

_____.(org). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Mágda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. *Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral*.2004. Disponível em: <www.seer.furg.br/biblos/article/download/125/115>. Acesso: 22 jul. 2013.

CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2003.

CONCEITO DE PRODUTOR RURAL. Disponível em: <<http://ambienteduran.eng.br/quem-e-o-pequeno-produtor-rural-agricultor-familiar-comunidade-tradicional>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CHOWISKI, N. In: Entrevista a Regina Zappa. Disponível em: <<http://www.hipernet.ufsc.br/foruns/autonomia/chowiski>>. Acesso em 27 fev. 2015, p. 89.

DERROSSO, G. S.; ICHIKAWA, E. Y. A construção de uma Usina Hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo: V. XVII, n. 3, p. 97 – 114, jul – set, 2014.

DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 9.ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

FLICK, U. *Introdução a pesquisa qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmede, 2009.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GIACOMINI, M. P; VARGAS, A. Z. *Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva*. Veredas OnLine – Análise do Discurso – 2/2010, p. 119-129 – PPG Linguísticas/UFJF – Juiz de Fora – ISSN 1982-2243. Disponível em: <www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

JUSTEN FILHO, M. *O direito das agências reguladoras independentes*. São Paulo: Dialética, 2002, p. 23 – 25.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LEON, M. *El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos em los estúdios de género*. La Ventana, nº 13, 2001.

MARI, H. et al. (orgs.). *Categorias e práticas de análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2000.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Koth, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MEIHY, J. C. S, B.; RIBEIRO, S. L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MOURÃO, P. *Organização produtivas de Mulheres Rurais*. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/390/Artigo%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20produtiva%20de%20mulheres%20rurais%20-%20Patr%C3%ADcia%20Mour%C3%A3o%20-%20NEAD.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986. (Séries Princípios)

PERROT, M. *História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução: Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RIMA. 2005. Disponível em: <www.santoantonioenergia.com.br> Acesso: 13 abr. 2015.

SAIBA MAIS. Cartilha, Santo Antônio Energia. 2011.

SAMPAIO, S. M. G. *Uma escola (in)visível: memórias de professoras negras em Porto Velho no início do Século XX*. 2010. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. 145 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil*. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; BECKER, B. K. *Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2. ed.

SCOTT, J. W. *Preface a agenderandpoliticsofhistory*. Cadernos Pagu, nº 3, Campinas – SP, 1994.

STROMQUIST, N. P. Education as mens for empowering women. In: PAPPART, J.; RAI, S.; STUADT, K. (eds). *Rethinking empowerment: gender and development in global / local word*. London: Routledge, 2002.

TEIXEIRA, M. A.D.; FONSECA, D. R. da. *História Regional: Rondônia*. Porto Velho, Rondoniana, 2001.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. 1980. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Eduel, 2013.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZURBA, M. C. *Modos de Subjetivação na vida cotidiana: um estudo na Vila Cachoeira*. Tese de doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/85601>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

APÊNDICE A - FICHA COM DADOS DAS TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTADAS

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistada Nº 01

Nome: Rosa

Idade: 55 anos

Porto Velho, 11 de setembro de 2014

“Bom eu me casei um pouco nova, sou mãe de cinco filhos, tenho uma filha com 39 anos, a mais velha. O meu mais novo tem 31. Consegui formar quatro com nível superior, graças a Deus. Tô levando aqui no sítio, tenho uma criaçãozinha da gado, galinha, já colho fruta, levo pra feira, já dá de fazer a feira do meis. Tenho uma rendinha na cidade, que nos ajuda, eu e o marido. Quando aperreia um filho, dá uma forcinha. E assim a gente vai levando a vida. Participo de um cursinho, de um grupo de mulheres, o qual é fundamental, ocupa a mente, as vezes o vazio que por estar longe dos filhos você sente, por estar longe dos filhos, volta a se achar, a gente produz e vende. Tudo o que a gente faz, a gente consegue vender. Isso é gratificante demais. Eu agradeço muito por a EMATER ter dado esse empurrãozinho. Agradeço a Santo Antônio, também por ter ajudado. Nós temos onze máquinas de costura, que a Santo Antônio deu. E nisso nós formamos o grupo Artesãs do Santa Rita. Somos seis mulheres. Eu gosto. Eu gosto de esta aqui. Por vários motivos. Por que é mais perto da cidade. Eu tenho uma saúde ruim, eu tomo sete tipos de remédio diariamente. Eu tenho problema cardíaco, sou hipertensa, faço reposição da tireoide. Isso e mais um bucado, eu não lembro de tanto remédio que o médico passou. Mas eu tenho também, graças a Deus, uma filha que me paga um plano de saúde, isso facilita. Por que as vezes eu saio daqui passando mal. Isso que eu digo que é melhor que no Joana D’arc. No Joana D’arc as vezes ... aqui com meia hora você está no hospital. É isso que eu digo que gosto daqui. Valorizo muito. O meu sítio começou a produzir este ano. Aí o pessoal fala muito. É gostoso. E a Santo Antônio faz. Tem também quem quer que as coisas caía do céu. Do céu só cai a chuva. Você vê aí, a EMATER se empenha, implora, mas o pessoal não querem nada. Não adianta eu dizer pra senhora, por que tem uma rendinha que me ajuda na cidade, graças a Deus a vida tem sido ótima. Se eu tivesse uma saúde boa, melhor seria. Tenho que aceitar, por que tenho idade também. Meu casamento tem quarenta anos, graças a Deus espero que dure enquanto há vida. Hoje está só eu e o marido, que os filhos tá tudo casado. Mas a hora que eu precisar, ligo, imediato ele vem, não existe a desculpa, por que se eles estão bem, é por que o pai deu a estrutura. Essa é a história aqui do Reassentamento”.

Antes de morar no Reassentamento Santa Rita, onde a senhora morou?

“Eu morei no Assentamento Joana D’arc.”

Quantos anos?

“Foram quase trinta e cinco anos, é uma vida, muito antes do INCRA legalizar, a gente pegou uma área, depois compramos de outras pessoas, lá nós tínhamos quatro lotes, 50 hectares, que seria duzentos hectares. Uma pena que a Usina chegou, e... é o progresso, mas prejudicou outras pessoas.

A senhora se sentiu prejudicada?

“Me senti, me senti, lá a gente tinha da própria natureza tudo. Tinha o açaí, o butiti, o peixe, a caça, que pra comer, pra viver lá dentro a gente tinha. Carne de gado a gente comia por esporte, vinha na rua e levava. Mas comia mais o que a própria natureza oferecia. Aqui não, aqui tudo é comprado. Aqui nós não temos mata. Aqui nós temos dez hectares. E a minha é aberta por que eu mecho com gado de leite, faço queijo, levo pra feira. Até que queijo nunca voltou nenhum, não sobra nem um, todos que eu faço vende. Mas é bom, eu gosto. Gostava muito de lá, não fosse a distância, por causa da balsa. Hoje que fez a ponte, a gente não saia do sítio, por que o que era ruim no Joana Dárc, não era nem a estrada, era a travessia do rio. Ficava a 60 km da cidade. Eu morava na linha 15 com a 24. Tinha uma casa muito bonita, de dois piso. Hoje de lá, eu só tenho a lembrança, as foto que eu tirei, eu filmava tudo o que a gente fazia, os netos tomando banho no igarapé que passava no terreiro. Mas infelizmente eu andava com minha máquina na bolsa, e o ladrão me roubou. Levou a máquina, levou a maioria das minhas lembranças. Perdi todas os registros. Alguns que eu já tinha salvo em CD, ainda eu tenho. Ainda bem que levou bens materiais e não tirou a vida da gente.

A senhora tem saudade de onde a senhora morava?

“Tenho. Depois que saí nunca mais voltei, por que eu não tenho coragem. Dito por pessoas que foi lá, que onde era nosso não ficou nada, ficou só o mar de água, não tem um pedaço de terra de fora, nada de fora, só água. Agora você imagina sua vida, durante trinta e poucos anos se transformou-se em água.

O que a senhora trouxe de lá para a sua vida aqui no novo reassentamento?

“Eu trouxe o que a gente pode arrancar, que a Santo Antônio deu caminhão pra trazer, a gente desmanchou casa, trouxemos a madeira. Desmanchamos um pouco da cerca, trouxemos um pouco de estacas, pro que aqui não tem de onde tirar, um pouco de arame. E o resto a gente foi complementando com a renda da gente. Eu tenho o lote bem cercado. Já troquei muitas estacas, por que as que a empresa colocou, uma madeira ruim. Está praticamente todas no chão. A gente vai refazendo, por que a gente cria gado, e o gado não pode ir pro pasto dos outros e nem na terreiro do vizinho. Por isso que a gente vai levando.

A senhora trouxe coisas do antigo assentamento?

Trouxe, trouxe, eu fiz dois galpões grande com a madeira da minha casa de lá. A madeira chegou eu aproveitei pra fazer dois galpões, um é galinheiro, eu crio muita galinha, e o outro eu guardo adubo, guardo ferramenta, é um galpão grande.

Além do gado, das vacas de leite, das galinhas, o que mais a senhora produz hoje no seu sítio? É assim, eu tiro da terra, mamão, laranja, não é muito a laranja, porque a laranja foi mais uma furada. A gente não conhecia, e, plantou laranja. A laranja do sul é melhor que a nossa. A nossa deu muito dura e seca. Então a laranja foi prejuízo. Mas o limão, a graviola, o coco. Eu tenho muito coco plantado. Ainda não colhi, mas quando começar, eu espero que em 2015 já comece a dar os cocos. Eu tenho 1000 pés de fruteras, toda a fruta da região eu tenho. Eu também tiro muito ovo da galinha caipira. Vendo. Junto 1 dúzia ou 1 dúzia e meia por dia. O que os cachorros do vizinho não vem comer. Infelizmente a gente mora em frente, vizinho solta cachorro. Meus cachorros são presos. O meu não vai para a casa do vizinho, mas o do vizinho vem para a minha casa, comeos ovo, come pinto, mata galinha, infelizmente. Isso também não faz com que eu vá lá criar problema, por que isso não vai resolver. Tô engordando o cachorro do vizinho.

A senhora se considera uma pessoa feliz em morar neste reassentamento?

Eu me considero. Considero por que a gente vai levando, tentando, só de eu estar morando mais o marido e perto dos meus filhos, e dando de viver. Graças a Deus eu tenho uma vida razoavelmente boa. Me considero uma mulher feliz. O que nós recebemos de indenização da usina, eu empreguei num terreno que eu tinha na cidade. Então lá já tirei o que eu gastei, e a minha casa está pronta. Construí 10 apartamento que me dá uma renda. Com isso eu ajudo meus filhos. Vou levando a vida.

A senhora pegou o que recebeu de indenização e investiu em imóvel na cidade?

Sim....tenho uma renda, porque só da roça talvez não desse. não dá ... Eu planto milho, más não dá para o ano inteiro. Eu tenho que comprar, trago da cidade quando termina o que eu colhi. Tragoração pra cachorro, intero o milho, quando acaba eu já trago da cidade para inteirar. Eu tenho umas 150 a 200 cabeças de galinha caipira.

E gado a senhora tem quantas cabeças?

Hoje eu tenho 50 cabeças. Gado de leite. 30 vacas. O resto é bezerro, vai desmamando e eu vou me desfazendo. Mexo com leite, o pasto é pequeno, então não pode ter muito gado. Eu tiro 60 litros de leite diariamente. Aí faço queijo.

A senhora tem mais alguma coisa que gostaria de contar?

Não, no momento é só isso.

Muito obrigada etenha um bom dia.

Meu marido pega gente, leva pra igreja, depois leva pra casa. Eu também. Acho assim, que a gente tá trabalhando pro bem da comunidade. Fazendo obra pra Deus. O que seria de nós se não tivesse Deus na frente? E a nossa igreja está super, super, super gostosa. É um caso assim que a gente chega lá se sente super bem. A igreja pra mim é mais um pedacinho da minha casa. Aí eu digo, o Padre me liga, vamos ter missa dia Eu digo tudo bem. Eu saio avisando, quando não consigo falar por telefone com os que sei que vão, eu vou de casa em casa digo. Olha vai ter uma missa, vai lá. Olha eu tenho esse triste defeito. Eu gosto de estar sempre reunida. Quando eu fundei esse grupo de mulheres eu fui fundadora. Hoje só tem eu fundadora. Nós começamos a fazer bico de pano de prato. Simplesmente pra gente ter. Era uma vizinha meia doente que nem eu. Eu disse: D. Maria vamos fazer tapete de crochê? Começamos em duas, depois chegamos há seis mulheres. Fazer tapete eu ainda faço nas horas de folga. Fazia um bico de pano, um tapete. Aí eu achava gostoso, botava num saco e dava pra uma filha, aí não precisava comprar presente. É tanto que eu faço mais ...eu levo pra feira sim, Mas me sinto melhor quando coloco em uma embalagem bonita, dou de presente. Dou de presente pra quem eu gosto. É uma amiga, uma nora, uma filha. E nisso eu me sinto tão bem com isso.

A senhora gosta desse trabalho do artesanato?

Gosto. Gosto.

A senhora considera um trabalho, um lazer, o que a senhora considera?

Considero um trabalho, um pedaço, uma coisa que veio pra completar o meu dia. Não digo bem um trabalho, Digo que é uma complementação do meu dia, faço por que eu gosto. Não digo bem que é um trabalho, é um complemento de renda.

Que outras atividades a senhora faz na sua casa?

Eu limpo a minha casa, cuido da alimentação, lavo roupa uma vez por semana, por que somos só duas pessoas. Ajudo dar de comer as galinhas, trato os animais. As vezes ajudo recolher o gado no curral. Também não é todo o dia. É quando o marido está mais aperreado. Eu vejo

que ele está precisando de uma ajuda. Ele não chega a chamar. Mas eu vejo que ele está aperreado e vou dar uma forcinha.

E quem tira o leite?

É um senhor que trabalha com nós. Hoje inclusive tô indo na cidade buscar ele, que ele foi receber o pagamento dele, eu tô indo buscar ele. É assim!

Obrigada D. Rosa.

Obrigada, tudo de bom!

Entrevistada N° 02

Nome: Margarida

Idade: 44 anos.

Porto Velho, 11 de setembro de 2014

Dona Margarida conta um pouco da sua história de vida, onde a senhora morava, se a senhora gostava?

“La onde eu morava eu gostava de lá. Vimemos muito tempo lá. Tive meus filhos todos lá no Joana D´arc. Depois teve esse negócio da Santo Antônio que desapropriou a gente. Aí meu marido ficou muito triste, por que nós fomos desapropriados. Viemos pra cá, aí nos tamos morando no Santa Rita, mexe com mandioca, agricultura. Ele sempre veve triste, ele gostava bastante de lá. Ele mora aqui mas é meio desanimado. Ele gostava muito lá do Joana D´arc, todos nós gostava lá do Joana D´arc. E a gente viemos pra cá, tamo levando a vida da gente assim. Já fizemos muita coisa no nosso lote, tem bastante fruta. Tamos vivendo. Aí eu sou de fala pouco também.

Além de plantar frutas, o que mais a senhora produz no seu sitio?

É a gente meche com a farinha de mandioca, banana, de tudo a gente tem um pouco. Fruta, coco, acerola, laranja. Tudo essas coisas, um pouquinho de cada coisa. Aí nos vamos vivendo.

Qual o sentimento que a senhora tem de sair de um assentamento para vir para outro?

Um pouco de tristeza, de alegria. Vivendo aí. Fiquei muito triste de sair de onde nos morava, uma vida inteira nos construímos lá.

O que tinha lá, que hoje a senhora não tem aqui? No seu olhar o que está faltando aqui, que vocês tinham no Joana D´arc?

Os parentes..... (Dona Margarida chora)..... Que a gente vivia bem lá. A gente não queria sair de lá. Fomos bem dizer, obrigado a sair.(chora)

O que mais que a senhora sente falta além dos parentes?

Nem sei explicar.(chora)Não sei explicar não.

A senhora quer falar mais alguma coisa Dona Margarida?

Não, não quero não.

Eu agradeço a sua contribuição Dona Margarida, que a senhora tenha um bom dia!

Obrigada a você!

Entrevistada N° 03

Nome: Açucena

Idade: 40 anos

Porto Velho, 11 de setembro de 2014

Dona Açucena pode falar um pouco da sua história de vida morando no Reassentamento Santa Rita?

“Bem, meu nome é Açucena, sou natural de Ariquemes Rondônia, tenho 40 anos. A última morada da gente foi o Joana D´arc, onde a gente foi atingido pela Usina Santo Antônio. A gente foi atingido e foi designado a morar no Santa Rita. Tenho três filhos. Sou casada a 15 anos. E é isso, aqui a gente vive da agricultura familiar.

A senhora gosta daqui? como é o seu sentimento em relação ao reassentamento Santa Rita e o assentamento Joana D´arc?

Eu gosto sim daqui. Aqui é...é...é.. bom, melhor que lá onde a gente morava, em tese, porque lá era longe, aqui se torna mais perto. Aqui tudo o que você produzir, você consegue vender, por que em relação de ser mais perto. Lá era bom, por quelá foi uma vida, foram décadas vividos lá. Uma década que a gente viveu lá. Então lá era muito distante da cidade. Aqui é bom, pra mim. Cada um tem sua opinião. Pra mim e pro meu esposo tá sendo bom né. É isso. Quanto aos seus filhos, como que eles se sentem?

Bom, meus filhos estão bem. Tenho três filhos. Uma de 26 anos, um de 23 anos e tenho um de 19 anos. Minha filha é formada né. Meu filho cursou o Ensino Médio e trabalha. E ela também. A minha filha concluiu a faculdade dela, é casada a seis anos, trabalha. Meu filho é solteiro e trabalha. E o mais novo também.

Eles moram com a senhora?

Não. Os dois, cada um tem sua vida própria e o casula mora com o pai. É isso.

A senhora se sente feliz em morar aqui no Santa Rita?

Sim, me sinto feliz. Só tem umas coisas que aborrece a gente, mas isso aí a gente vai levando. Até se consolida os direitos da gente ser legalizado tudo certinho. A questão de outras coisas que ficou pendente na empresa. Mas isso tá sendo resolvido.

Que trabalho a senhora faz no seu sítio? na sua residência? Que tipo de atividade a senhora desenvolve?

A gente meche com gado leiteiro. A gente mexe com leite. Meu esposo tira o leite, a gente vende o leite, vende o queijo, frango, uma verdura. É da agricultura familiar que a gente vive. Tem alguma coisa que a senhora perdeu de ter vindo para cá, que tinha no Joana D´arc e a senhora não tem mais por estar aqui?

Hum... que a gente perdeu foram os anos de trabalho que a gente teve lá. Eu acho que a gente não foi bem recompensado pelos anos de trabalho que a gente viveu lá e pelo que a gente tinha. Mais do mais, a gente não pode ficar se questionando por isso. A gente vai trabalhando e vai levando a vida. Mais só isso.

A senhora tem mais alguma coisa que gostaria de contar, que é importante?

Não. Nada a falar não.

Eu agradeço Dona Açucena, em outra oportunidade a gente conversa mais.

Muito obrigada.

Dona Açucena continuou:

“Dorme cedo e quer dormir o dia todo. É assim, a pessoa tem que trabalhar para conseguir as coisas. Se ficar só esperando não tem como. A pessoa tem que trabalhar, tem que se esforçar para conseguir as coisas, se não, se ficar só se lamentando, não tem como. Não tem jeito. Até na cidade a pessoa tem que acordar cedo, tem que trabalhar, se não tiver o emprego, tem que ir atrás. E é assim.

Dona Açucena a senhora falou das atividades que desenvolve na casa, quais são?

“Tenho que cuidar da casa, tenho que fazer almoço pra mim e pro meu esposo, tenho que cuidar dos bichos, cachorro, galinhas, da água ne tratar. Colocar comida pros cachorros. Como também tem que fazer o queijo, que não é fácil. Não é 1 ou 2 queijos. Eu faço 4 ou 5 queijos por dia.

Como o seu marido vê essas atividades que a senhora desenvolve em casa?

Eu creio que ele vê com bons olhos, né. Não sei. Nunca recebi nenhum elogio dele. Mas eu acho que vê com bons olhos, né.

A senhora considera o que essas atividades?

Eu considero bem, por que é nosso ganho de vida, por que é com isso que a gente véve.

Então a senhora considera um trabalho?

Sim, lógico um trabalho.

Ou a senhora considera uma ajuda, um lazer?

Lazer não. É trabalho. Lazer é quando você tira um dia. Esse dia é pro meu lazer. Lazer não. É trabalho.

Entrevistada N° 04

Nome: Dália.

Idade: 56 anos.

Porto Velho, 11 de setembro de 2014

Dona Dália, a senhora pode falar um pouco da sua história de vida, antes e depois de morar no Santa Rita?

“Sim. Antes de eu morar no Santa Rita, eu morava no Joana D’arc. Lá desde 1999, mas documentação mesmo desde 2000. A gente vivia lá, criava galinha, tinha bastante plantação. Também criava uns bodezinho lá (risos) ... uns bodezinhos. Aí depois com a vinda dessas usinas, a gente veio para o Santa Rita. Aí, aqui no Santa Rita a gente planta mandioca, tem a verdura, tem bananal, laranja, e tem horta também. E depois veio uns curso aí, pra gente fazer. Teve uns curso de informática, que eu fiz. Aí teve o curso de costura, eu fiz também. Fiz um curso, teve o de lingerie e o de petworck. Que através desse curso, eu aprendi fazer essas coisas aí. Tem as máquinas dada pela Santo Antônio e a EMATER. Aldenora sempre aqui, a gente se encontrava. Aí noisiá pro Casarão. Vamos pro Casarão se encontrar. Eles vinham busca. E a gente ia. E hoje eu tenho minhas coisas aqui. Eu vendo na feira. Vendo aqui dentro. E quase não to dando conta de fazer. De cumprir as minhas encomendas, né.

Tem mais pedido de artesanato, do que a senhora tem tempo de fazer?

Tem mais pedido. As vezes eu tenho que preparar a comida pra hoje e amanhã, por que se eu ficar todo o dia na cozinha, eu não do tempo de fazer. Aí eu tenho bastante coisa pra levar pra feira, e para entregar aqui dentro também.

O que o seu esposo acha desse artesanato que a senhora faz?

Ele acha muito bom. Inclusive quando ele não tá na roça, ele me ajuda na cozinha. E quando eu não posso ir na rua fazer as compras do material, ele mesmo vai. Ontem mesmo, ele teve que ir na rua comprar uns materiais, para fazer uns pedidos que eu tenho pra levar na feira.

Eu considero este artesanato um trabalho. Eu sempre pensei em ser uma costureira. Pensava assim, costureira, confeccionar roupa. Não sabia ainda do artesanato. Mas depois que nos

aperfeiçoamos no artesanato, pra mim foi bom demais. Eu gostei. E estou muito feliz com o meu trabalho. Eu estou em casa, eu passo o dia todinho aqui.

Hoje a senhora considera sua vida melhor morando no Santa Rita, ou tem saudade do Joana D'arc?

Aqui nem se compara com o Joana D'arc. Eu não tenho saudade nenhuma do Joana D'arc. A dificuldade lá era grande. E aqui só o conforto que você tem dessas casas. Aqui fica perto da cidade. Você vai na cidade a hora que quer. Tem Posto de Saúde, fica do lado da minha casa. Sou privilegiada, que o Posto de Saúde tá bem aqui do lado da minha casa. Eu não tenho o que falar daqui. Aqui é muito bom. Eu gosto.

A senhora se considera mais feliz hoje, do que a senhora era no Joana D'arc?

Sim. Hoje sou muito mais feliz. Não penso no Joana D'arc. Aqui tá bom demais. Tô feliz.

O que a senhora trouxe de importante do assentamento Joana D'arc, para esse Reassentamento Santa Rita?

Hó, importante nada. Lá a gente não sabia fazer nada, né. Lá não tinha curso. Não tinha nada. Aí só ficava em casa. Eu sabia fazer crochê, quando eu cheguei aqui, eu já fazia uns crochêzinhos para vender. Mas isso aí era muito pouco, porque você faz, um jogo de banheiro que eu fazia, eu demorava um mês para fazer. Aí nun dá.

Então o artesanato, a costura é que rende mais para a senhora?

Rende mais ou menos R\$ 1.200,00 por mês. Mês passado era pra eu entregar umas costuras que eu atrasei uns 4 dias. Anoto tudo. Eu tenho uma agenda que eu anoto tudo ali.

Além dos trabalhos da casa e do artesanato, faz outras atividades aqui no sítio?

Eu fico mais aqui no trabalho do artesanato. A casa mesmo eu dô uma faxina só no final de semana. Mas aí, no meio da semana eu faço alguma coisa e fico aqui. A gente se encontra lá no Casarão, onde a gente costura também.

Quantas vezes por semana se encontram no Casarão?

Se encontra uma vez por semana. Esta semana a gente não encontrou, por que a bomba estava com problema. Semana que vem, a gente já vai pra lá. Aí a gente se encontra lá, costura. Aí todo mundo feliz.

Qual o objetivo desse encontro das mulheres no Casarão?

Pra confeccionar suas coisas, pra levar pra feira e pra ter o seu dinheirinho mensal. Por que isso aí foi muito bom pro povo, por que antes ninguém tinha esta renda. E agora tem. E agora nós tem esta renda. Aí tanto vende na feira, como vende em casa e pega encomenda. Eu pego encomenda direta.

A senhora ainda recebe os pedidos?

Recebo ou ligam pra cá e pedem eu quero isso. Quando não, batem palma lá fora e é gente pedindo encomenda. Assim, muito bom.

Então a senhora se considera uma mulher realizada Dona Dália?

É, me considero. Graças a Deus me considero. Considero. Por que qualquer coisa que eu tirá assim da revista e pela internet eu faço.

A senhora usa a internet para fazer o seu artesanato?

Uso, por que as vezes a revista é muito pouco. Tem uma aí que custou R\$ 21,00 e não tem tudo. As vezes tu pede uma coisa e eu vou baixar da internet e faço. Aí eu amplio ali o molde.

A senhora amplia o molde que baixou da internet?

Uso. E também só vendo ali eu faço. Tiro de olho, faço o desenho. Daqui uns dias eu tô profissional mesmo (risos)...

É mesmo dona Dália, a senhora já está sendo uma profissional.

Daqui uns dias eu chego lá. Também teve vários cursos. A EMATER sempre traz curso pra gente. A gente vai se aperfeiçoando e sabendo das coisas. ...

A senhora sente do seu marido, da sua família que eles valorizam o seu trabalho?

Valoriza. Ele aqui em casa valoriza. Meus irmãos também. Aí, essa máquina mesmo eu comprei depois que eu fiz o curso. Quando eu comecei o curso, tomei a máquina emprestada da minha concunhada. Depois eu comprei a máquina e já paguei.

Pagou esta máquina com a renda dos seus trabalhos?

Foi com a renda dos meus artesanatos. Foi Graças a Deus.

Muito bem Dona Dália. O que mais a senhora gostaria de contar da sua história? Antes de morar no Joana D'arc, onde a senhora morava?

Eu morava no Maranhão, mas nada disso eu fazia lá. Trabalhei na prefeitura de lá. Depois vim pra Porto Velho, fiquei um tempo em Porto velho, foi quando ele consegui esta terra lá no Joana D'arc. Aí quando essa terra não tinha estrada pra lá, eu fiquei na cidade. Aí quando começou a melhora, começou a plantar, aí fizeram a casa, aí é que eu fui prá lá. Mas enquanto isso eu não podia ir, nem caminho tinha. Era só povo vindo aí pelos varadouros. Depois fizeram a estrada. Melhorou. Depois que vaio as usinas é que melhorou. Nós saímos de lá.

Então a senhora é grata de ter saído do Joana D'arc?

Sou grata a Deus, primeiramente a Deus, por que veio estas usinas, tiveram que indenizar a gente. Aqui é muito melhor que lá. Eu não lembro de lá. Lá era um sofrimento muito grande.. Aqui, até quem tá na cidade gostaria de ter uma casa aqui. Vários já falou isso pra gente. Zé vocês moram num paraíso. Há se a gente tivesse um lote desses, né. Então eu tô muito feliz aqui.

A casa que a senhora mora hoje é melhor ou igual a que a senhora tinha no Joana D'arc?

Aqui é muito melhor. Aqui é casa. Lá a gente morava numa casinha de pau. Casinha de madeira, não tinha banheiro, aqueles poço encavado no tempo. Aqui não, nós temos poço, a casa é boa. Não tenho o que falar daqui não. Muito bom mesmo.

Qual o tamanho de sua casa, quantos quartos?

Aqui são 4 quartos, é banheiro, sala de janta, outra sala, cozinha, e a área de serviço. É grande e boa.

Então a senhora considera que está morando melhor hoje?

É sem comparação, aqui bem dizer estamos no céu. Eu gosto daqui. Aqui é lugar bom, temos conforto. Lá não tinha nada disso. E a dificuldade pra entrar lá. Aqui não, você quer ir pra rua, vai rapidinho e volta. Lá não, meu marido vinha num dia, pra voltar no mesmo dia não dava.

Do Joana D'arc não dava para vir a cidade e voltar no mesmo dia?

Não, não dava, só se tinha transporte. O ônibus

Daqui do Santa Rita para a cidade qual o meio de transporte que vocês usam?

Aqui nós temos uma moto que ele usa e vai para a cidade. Também tem um ônibus que faz linha, parece que é de terça feira e sábado. Ele vai de sexta feira e volta, vai de moto.

A senhora gostaria de falar mais alguma coisa Dona Dália?

Não acho que já está bom. (risos ...).

Quero agradecer a EMATER que traz esses cursos pra nós. A Dona Aldenora que muito tem nos ajudado. Por que se não fosse estes cursos, eu estaria na roça ajudando o meu marido. Por que no começo eu fiquei lá ajudando. Eu não aguento ficar nesse sol ajudando, muito menos agachada fazendo horta, negócio de horta. Aí depois desses cursos veio as máquinas que a Santo Antônio deu.....Então Dona Dália, muito obrigada pela sua contribuição, nós podemos nos encontrar outras vezes para conversamos.

Entrevistada Nº 05

Nome: Iris

Idade: 59 anos.

Porto Velho, 11 de setembro de 2014

Dona Iris, a senhora pode falar pra nós um pouco da sua história de vida, onde a senhora viveu, como a senhora vive hoje?

Bom, primeiro eu morava em Porto Velho, vim pra cá em 1975, me casei e vim. Vai fazer 40 anos. Aí a gente morava em mineração. Aí a gente comprou uma casa em Porto Velho. Começamos a trabalhar por conta. Eu cabeleireira e meu esposo de motorista. Aí fomos crescendo a criando os filhos. Aí lá o INCRA doou um lote pra ele no Joana D'arc, é mais ou menos em 1986, ele começou a cuidar desse terreno. Aí era na cidade nos trabalhamos e ele podia ir pra lá. Não tinha acesso de nada, era pelo rio. Não tinha estrada, não tinha assistência nenhuma. Tinha que atravessar de canoa, do que desce. Ele sempre ia. Eu não ia por que eu tinha os meus meninos pra estudar. Depois que ele parou de trabalhar, vamos dizer, eu nem sei dizer o ano, ele foi morar no Joana D'arc. Aí já tinha acesso lá, pela linha do Humaitá, né, atravessando balsa todinha, começou a ir. Eu ia, mais assim, quando tinha feriadão, essas coisas, a gente ia pra lá. Mas era muito difícil. Era quase 6 km de onde o ônibus deixava. O carro ficava longe, não tinha estrada, era só mesmo aqueles bequinho.(beco). Eu ia mais a passeio. Ele ficou lá. Quando veio essa onda de que ia alagar. FURNAS entrou lá dizendo que tinha que sair todo mundo. Aí aconteceu. O que ele já tinha plantado lá foi, graças a Deus foi indenizado. O plantio já estava começando a produzir. Aí remanejaram a gente pra cá, no Reassentamento Santa Rita. Aí, eu já não tinha mais saúde pra trabalhar na minha profissão de cabeleireira. Sabe que chega uma hora que a saúde fica difícil. Aí vim me embora. Estou aqui a três anos. Gostei, e gosto muito daqui. Nós temos o conforto, é perto da cidade. Diferente de lá, que lá era tudo difícil. Até o que você tinha pra vender, não tinha acesso. Aqui não, nós já estamos a três anos, já está começando a produzir. Tem banana, põe no carro e vai embora. Em questão de 40 minutos já estamos ali na cidade. Vende tudo. Tudo o que leva, vende. Graças a Deus, né. E temos acompanhamento da EMATER. Já formamos um grupo de trabalho aqui. Este grupo de mulheres fazendo artesanato. Eu estou feliz, graças a Deus, estou feliz neste lugar. Já temos a Unidade de Saúde nos dando apoio aqui, né. Graças a Deus eu não tenho que reclamar nada desse lugar, aqui. Tô bem, agora minha filha está morando aqui comigo. Trabalha no Jaci, na Escola Militar. Tá lá, que foi inaugurada o ano passado. E ela pediu: mãe, quero passar uns tempos com a senhora aí no sítio. Está trabalhando no Jaci. Está gostando muito do trabalho dela. Aí já foi convidada para o ano que vem trabalhar aqui no Reassentamento. E a Secretária de Educação, tá querendo trazer ela pra trabalhar aqui mesmo. Aah! Vai ficar tudo bom.

Que atividade a senhora desenvolve hoje na sua casa, no seu sítio?

Bem eu hoje cuido de uma horta, que nos temos pro nosso consumo. Aí meu marido é que cuida do resto. Eu cuido da casa, das coisas. Lavo, cozinho, passo e ainda faço artesanato. Tiro um dia pra se reunir, pra ir pro nosso grupo. Temos feira mensal, lá na cidade, na EMATER, que nós estamos levando nossas coisas pra vender. Tudo o que tem no sítio, que nos produzimos também na costura de artesanato, já tamos ganhando nosso dinheirinho.

A senhora já ganha seu dinheirinho?

Já, graças a Deus.

Além do seu trabalho do artesanato, como a sua família vê o seu trabalho, as suas atividades de casa?

Acho tudo de bom, pois o homem chega do mato, tem comida, roupa lavada, tem tudo. Tá bom demais. A minha filha também passa o dia lá no trabalho. Ela sai as 6 horas da manhã e só chega as 18 horas. Passa o dia lá. Aí eu fico com a minha neta. A menina estuda aqui mesmo no Reassentamento. Eu acho que tem muita importância pra eles, né.

E eles, acham isso importante?

Bom, isso aí quem vai responder é eles né. (risos...).

Como a senhora se sente em relação a eles?

Bom, o trabalho do lar é uma coisa que não é remunerado. Então a gente fica um pouco triste, quando a gente quer um dinheiro, que o marido diz que agora não dá, vamos deixar pro outro mês. Mas eu sempre estou cutucando, tem que comprar uma coisa aqui pra casa. E vamos fazer mesmo.

A senhora pede pra ele?

Eu peço.

E a sua renda do artesanato?

Do artesanato é assim. Não tem uma renda fixa. Tem mês que é R\$ 200,00, tem mês que é R\$ 300,00. Nesse mês agora, já entreguei dois joguinho que eu fiz de artesanato. Um foi R\$ 130, outro foi R\$ 80,00, então já ajuda. Tudo aí ajuda.

E essa renda do artesanato é da senhora?

É minha, essa aí eu não compro nenhum palito de fósforo para a casa. Eu compro só o material para fazer tudo de novo. O lucro eu já compro uma coisa pra mim, um perfume.

A senhora investe pra senhora mesmo, pro seu corpo. O que mais a senhora compra?

Compro perfume, calcinha. Nem alimentação pra min. Nada. Tem que saber dividir as coisas. O salário do marido não é para colocar comida dentro de casa, energia e as coisas, alimento? Então o do artesanato é só meu. É o meu salário. É a minha renda. Com essa renda aí, eu posso compra uma lembrancinha pra um neto. Uma coisa né, sem tá pedindo pra ninguém.

E seu marido também não fica lhe pedindo?

Não. Ele sempre fala. O que ela ganha é dela mesmo. Não pede nada.

Em relação ao Joana D'arc tem alguma coisa que a senhora perdeu, que a senhora não tem por que mudou de assentamento?

Olha eu morei muito pouco lá. Mas era um lugar assim. A natureza lá era muito melhor do que aqui. A gente aqui recebeu um lugar descampado. Lá a gente tinha uma cacimba de água natural. Que a gente pegava pra beber. Lá via o fundo de tão transparente. Inclusive a gente colocava num garrafão de água, colocava o hipoclorito e não tinha sujeira nenhuma. Que o

hipoclorito ele separa, né. Então era água natural mesmo. A gente iá na trilha, lugar natural mesmo. Isso eu sinto falta.

Sente falta então da mata que tinha no sítio?

Sim, sinto falta da natureza. De curtir a natureza. Aqui sinto falta por que já foi tudo devastado. Já era assim terra de fazendas. Não tem muito esse contato com a mata. Eu pelo menos lá, iá acompanhada, por que tinha medo dos bichos. Bicho de mato. Aqui eu não vou. Só mesmo dentro do meu quadrado, dentro do meu quintal. Mas é bom. Aqui nós só não vamos falar que estamos na cidade por que as casas é um pouquinho longe. Disso eu também sinto falta. Vizinhança ficou muito longe. No caso de você gritar por um socorro, aqui, vizinho não te houve.

Mas por que, no Joana D´arc as casas eram mais perto?

Não, lá era longe também, era essa mesma dificuldade. Lá nem telefone. Aqui ainda tem telefone. Lá não tinha telefone não. A energia chegou já perto da gente vir embora de mudança pra cá. Não durou nem um ano. Já teve que sair de lá.

Então a senhora se sente melhor aqui?

.....

A senhora se sente uma mulher feliz em morar no Reassentamento Santa Rita?

Eu me considero. Porque muitas pessoas que moravam no Joana D´arc não tiveram o privilégio de ser transferidas pra cá. Umas até morreram, Pessoas que lutou muito lá. Tem uma senhora que morreu lá, Com toda aquela dificuldade. Ela foi ferroadada por muitas abelhas lá. Veio no ônibus e morreu no ônibus. Do Joana D´Arc pro médico, morreu. Não conseguiu chegar, muita ferroadada de abelhas. Hoje a esposa dela está aqui. Mas ela que lutou tanto lá, não conseguiu vir. Morreu lá mesmo. Mas está tudo bem. Graças a Deus.

A senhora quer falar mais alguma coisa Dona Iris?

Não. Por mim, da minha parte já falei tudo o que tinha de falar.

Então a gente agradece, quem sabe em outra oportunidade possamos conversar mais um pouco.

Foi um prazer em conhece-la, tudo de bom.

Entrevistada Nº 06

Nome: Violeta.

Idade: 50 anos

Porto Velho, 11 de setembro de 2014

Dona Violeta conta um pouco a história da sua vida, onde a senhora viveu e como a senhora vive hoje?

Eu morava no Joana D´Arc III, láa gente vivia bem, por que a gente tinha um gadinho. A gente tinha nossa horta, nossas coisinhas. A gente vivia bem lá. Aí a gente teve que sair, vir prá cá. Mas aqui a gente vive bem, graças a Deus. E aqui a gente tem a nossa rocinha, que a gente mexe com farinha. E aqui a gente cria um pouco de galinha, essas coisas. E a gente tá vivendo bem graças a Deus.

Além das mandiocas e das galinhas, o que mais que produz?

Aqui a gente mexia com pimenta, mas agora no verão a gente não tá mais mexendo com pimenta, por causa que é muito seco. Aí mesmo a gente molhando, não dá para continuar. É muito seco, e as pimenta cai tudo. Aí não dá pra continuar. Mas agora no inverno a gente vai

começar de novo a plantação das pimentas, que a gente vendia a R\$ 12,00 o quilo. As vezes variava de preço, vendia de R\$ 8,00.

Era pimenta do reino que a senhora plantava?

Não, era pimenta murupi e malagueta. Era para fazer molho. A gente vendia nas lanchonetes. O pessoal comprava. E estamos vivendo aqui.

E a senhora gosta mais de morar aqui no Santa Rita, ou de quando morava no Joana D´arc?

Eu gostava quando a gente morava lá. Lá era bem melhor. Que lá a gente mexia com o gado da gente. E aqui as terras são pequenas, não dá, não tem como a gente criar uma cabeça de gado, uma vaca leiteira. Por que não dá mesmo, as terras são pequenas. É não tem jeito.

A sua área de terra no Joana D´arc era maior do que essa?

Era maior. Muito maior. Bem grande. Era dois lotes lá. Então a gente criava, tinha muito gado de corte, tinha carneiro. E aqui não tem. Não tem espaço para fazer esse tipo de criação.

E vocês foram indenizados pelos dois lotes do Joana D´arc?

Foi, a gente foi indenizado. Eles pagaram a gente, e a gente veio pra cá.

E a senhora fez algum investimento com essa indenização?

..... Não a gente continua vivendo do jeito que a gente vivia lá. Só não com o gado que a gente tinha lá e vendia. A gente tá mexendo aqui só com farinha né. Faz e leva na cidade pra vender. Só isso.

Planta mandioca aqui no lote mesmo?

É planta aqui no lote mesmo. A gente faz a plantação da mandioca no lote.

E a senhora ajuda nessa produção da farinha?

Ajudo. Ajudo sim. Eu rapo mandioca. Faço almoço pro pessoal que trabalha com a gente. É isso daí.

E este trabalho de fazer almoço, trabalho da casa, é tudo a senhora que faz?

Sempre sou eu que faço esse trabalho. Faço almoço pro pessoal que ajuda a gente. Ajudo rapar a mandioca pra gente fazer a farinha.

Como a senhora se sente fazendo esses trabalhos?

Eu me sinto bem. Por causa que antes a gente já mexia com farinha. A gente se sente bem.

E a sua família como vê a senhora fazendo essas atividades?

Eles não falam nada. Toda a minha família mexe com agricultura.

Seu marido, seus filhos, o que eles acham do trabalhos que a senhora faz?

Eles falam assim que é um trabalho pesado. Que a gente podia ter uma vida melhor. Mas eu não me queixo, mas tá bom. A gente tem a nossa casinha. Tem as nossas coisas. Pra mim tá bom. E tando com saúde a gente tem coragem de trabalhar.

E a senhora se considera uma mulher feliz em morar no Reassentamento Santa Rita, ou tem muita saudade de morar no Joana D´Arc?

Antes eu não me sentia assim feliz, por que a gente morou muito tempo lá. Agora eu já estou, já acostumei. Estou feliz, me sinto bem aqui, agora. Antes eu não me sentia não. Sentia muita falta de lá, por que era muito difícil de mudar assim rápido. É um lugar diferente, a gente sente muito. Mas agora não, já tem 3 anos que nós temos aqui, agora eu já estou acostumada. Já deu pra acostumar. Semana passada a gente foi lá no Joana D´arc, já senti assim, estranho. Se sentiu estranha indo lá?

Sim, senti estranho. Já senti saudade daqui. A gente acostuma. Com o passar de tempo aí vai acostumando. To bem graças a Deus. Tenho meu filho que mora ali no Reassentamento Morrinhos. Aí eu fico aqui mais o meu esposo.

O filho mora perto daqui?

Mora no Reassentamento Morrinhos.

Quantos quilômetros?

Dá uns três quilômetros. Fica pertinho.

A senhora gostaria de falar mais alguma coisa Dona Violeta?

Não, só isso. Temos que agradecer a Deus. Nós saímos de lá, mas temos aqui. É só tocar o barco pra frente, como diz o outro.

A família toda está se sentindo bem aqui? Marido, filhos?

Tá. Tá se sentindo bem. Meu marido não fala nada não. Ele não se queixa de nada não. Paraaaa!

A sua netinha quer participar da entrevista. Você quer falar alguma coisa Ana Clara?

Você gosta de vir para a casa da vovó?

Meu nome é Ana Clara, minha vó me cuida. Minha mãe e meu pai trabalham no colégio e eu fico aqui com a minha vó. Fala Ana Clara. Fala!

(a neta sorri e não fala nada).

Então Dona Violeta se a senhora tiver mais alguma coisa para falar, pode falar. Se não nós agradecemos a sua colaboração.

Só tenho que agradecer vocês vieram aqui em casa fazer essa entrevista. Tá tudo bem.

Nós agradecemos sua colaboração. Muito obrigada!

Nós é que agradecemos.

(A neta intervém e diz que a vó está chorando.)

Nós estamos aqui para falar com as mulheres do Reassentamento Santa Rita, objeto de estudo sobre a história e cultura, suas relações familiares, como é percebido o trabalho da mulher, e as políticas de atendimento a mulher. O título do projeto é “Mudamos outra vez! As interfaces da condição da mulher reassentada pela instalação da Usina Santo Antônio.”

Entrevistada N° 07

Nome da Colaboradora: Magnólia

Local: Porto Velho, 14 de novembro de 2014.

Pode falar um pouco sobre sua história, sua rotina de trabalho Dona Magnólia?

Bem como a minha rotina de trabalho é sempre uma rotina diária, mas é como eu uma artesã do Reassentamento Santa Rita, eu gosto muito de artesã, por que a gente gosta muito de trabalhar com artesanato, então de onde eu vim era bom, mas não tinha essa energia de ser artesã, eu aprendi. De onde eu moro hoje no Reassentamento é bom, mas de onde eu vim era melhor ainda. Lá a gente tinha a coisa mais própria, mais minha, lá a gente vivia tranquilo, tinha mais liberdade da gente era mais o meu eu, eu. Assim fomos afetada lá e removida, eu mudei, a gente mudou muito, assim saúde, o astral, eu mudei, a gente mudou, foi mudança. Tenho que dizer assim, foi uma mudança sim, a gente nunca tinha mudado, tivemos que deixar o que a gente fez, aí a gente vai pra um lugar novo, onde a gente não conhecia, não

conhecia as pessoas que iá ficar perto, a terra, não conhecia nada. Então pra gente foi um abalo muito grande, isso já tá com que, já tamos com mais de quatro anos e meio, assim, temos que mudar, tinha que mudar, assim foi muito diferente, muito abalo, abalo mesmo. A gente mudou, já tamos no reassentamento a três anos e sete meses, vai fazer quatro anos em março de 2015. Já deu pra gente acostumar um pouco, fizemos novas amizades, aprendi muito. Tenho comentado assim, que a base de Santo Antônio, Emater tem ajudado muito a gente, deram os cursos, deram várias sugestões, deram muita coisa que a gente tinha que aprender, assim nesse modo a Santo Antônio a Ematerderam muito apoio, mesmo que a gente chegou no lugar novo, a gente teve aquele apoio, aquela sustentabilidade. Nós estamos aqui, vamos fazer o que a gente pode, que nem agora aqui na Feira, a gente eu sou artesã As pessoas afetadas, a maioria passaram por transtorno de doença, apareceu gente com diabetes, gente com pressão alta, gente agressiva, isso aconteceu muito no Reassentamento. Se for no Posto, você vai ver muita gente com pressão alta, ou tem depressão, ou tem qualquer coisa, mas é que foi por motivo da mudança. Mas eu acho, que de lá pra cá a gente tem melhorada bastante, que nem eu falei, com o apoio da empresa, ela chegou e disse, vocês tem isso, tem aquilo, tem reunião, tem curso, tema palestra. Muita gente ficou quieta, eu não, eu fui uma pessoa que me enfiei em tudo que eu podia me enfiar, pra poder aprender, pra ver coisas diferentes, um dia desses tava falando pro meu filho, que eu nunca tinha passado por um período que eu aprendi tanto, muita coisa. Simplesmente uma reunião, de qualquer jeito, eu iá lá, eu via diferença. Eu via que era totalmente diferente, mas tudo dentro do padrão da nossa vida, que a gente podia mudar, que a gente podia fazer, que a gente tinha jeito. Como nós já estamos a dois anos com as “Artesã do Santa Rita” um grupo de mulheres, ganhamos da empresa máquinas, umas doze máquinas de costura, temos um grupo, e a gente está indo, tamos andando. Pode melhorar? Pode melhorar e muito, né, dependendo das mulheres querer, nosso Reassentamento tem muitas mulheres com talento, como pra costura, pra culinária, como pra tudo, eu digo, sempre do inicio eu digo pra tudo. Eu sou secretária da Associação, eu negociava, então a gente tinha muita chance de fazer alguma coisa. Então foi ruim quando a gente mudou? Não, não foi ruim, onde a gente morava era mais difícil, era difícil transporte. Eu por exemplo passava o dia inteiro pra sair da cidade pra ir pro meu lugar lá. No Joana D´Arc, era muito difícil pra chegar em casa. Hoje não, a gente sai de manhã, vai no médico, faz compras e volta pra casa no mesmo dia. Isso é foi ruim numa parte más foi boa noutra parte, no nosso acesso. Tudo levou um tempo pra negociar, foi bom, tá ali.

Além do trabalho do artesanato, que outro trabalho a senhora faz no seu sítio?

Planta. Planta arroz, milho, mandioca, a gente faz farinha, e, eu tenho uma pequena horta do PAES.

Que horta é essa?

PAES é uma horta que a gente ganha do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Eu sou uma coordenadora lá de dentro, de um pequeno grupo do MAB. Aí a gente ganhou oito hortas, que foram divididas, e eu tenho uma delas.

O que o MAB oferece nessas hortas?

É ele oferece o material e a gente entra com uma pequena mão de obra fazer a horta. A horta vem com produtos, caixa d´água, materiais de irrigação, galinheiro e as galinhas, a gente tem vários instrumentos que a gente pode começar a horta, as vezes a pessoa entra com a contra

partida de algumas coisas. Eu tenho uma horta dessas. No verão é muito bom pra ajudar na produção.

E os produtos da horta é para seu consumo ou a senhora vende também?

É para meu consumo, mas eu vendo também. Aí já ajuda também.

Onde a senhora vende os produtos da horta?

Na feira, aqui na Feira Sabor do Campo e em casa.

E a senhora trabalha na horta?

Na horta também.

E como sua família vê o seu trabalho, como eles consideram esse trabalho que a senhora faz de artesanato, de horta, como é visto pela família?

Pela minha família a gente não tem valor nenhum, 50% das mulheres não são valorizadas. Na minha casa se eu não me trancar no meu quarto para costurar, não tem tempo, a mulher fica só para lavar, cozinhar, né, é um trabalho sem remuneração. Eu pelo menos a minha família não valoriza o meu trabalho. Eu mesmo tenho que valorizar, eu mesmo tenho que gostar, passar por cima de tudo e fazer.

A senhora tem alguns costumes e hábitos que a senhora trouxe do antigo assentamento o Joana D'Arc para o Reassentamento Santa Rita?

Não entendi.

Alguns hábitos, alguns costumes que a senhora e sua família tinham lá no Joana D'arc, a senhora trouxe agora para o Santa Rita? Ou mudou totalmente sua vida, seu jeito de viver?

Mudou totalmente, é super diferente, mudou tudo o que eu vivia lá. Lá você plantava, dava, lá você pescava, caçava, tinha extrativismo, por que lá nossa área era verde mesmo. Aí você muda no Reassentamento onde era terra de gado, daqui que a terra recupere, então a gente ficou desanimado de plantar certas plantas de lá, milho, arroz, feijão, é o que ajuda as vezes na renda da família. No Santa Rita mudou tudo, tudo, tudo completamente, nos costumes, no lazer nenhum. Então foi muito difícil começar. Agora já dá para continuar, já melhorou.

O que mais a senhora gostaria de falar dona Magnólia?

Ai, agora no momento a gente gostaria de falar tanta coisa, o problema é assim como, a gente que já foi mudado pelas Usinas, a gente se abala muito, a gente perde tudo o que a gente tinha de valores. A gente perde tudo para começar de novo.

É um abalo emocional?

É um abalo emocional, mexe muito, muitooooo. Eu digo porque eu vi e eu senti isso, até hoje não passa, não passa.

Quanto as políticas de atendimento no Reassentamento Santa Rita, a senhora já informou que recebe o Bolsa Família, tem atendimento medico, documentos da terra, tem atendimento para as mulheres nesse sentido?

É, porque como eu falei eu faço parte do MAB, participo das negociações, tem posto de saúde dentro do reassentamento. As mulheres nesse sentido são bem atendidas. Já melhorou bastante a politica da mulher dentro de qualquer órgão, a gente é bem atendida, recebem bem, tanto faz a mulher ir negociar, como o homem, ela é bem recebida. A politica de atendimento as mulheres melhorou, melhorou bem.

Quando começou mudar e melhorar as políticas de atendimento as mulheres?

Eu acho que não muito tempo, de uns cinco anos pra cá começou a mudar, por que dentro onde eu trabalho no movimento, que eu participo do grupo de mulheres do MAB, a gente luta

e bate sempre na mesma tecla, mulheres tem o mesmo direito, tem vez, a mulher tem palavra. A mulher pode tocar qualquer coisa, creio que de uns tempos pra cá tem mudado bastante a políticas das mulheres em qualquer lugar.

Dona Magnólia, a senhora se considera uma líder das mulheres dentro do Reassentamento Santa Rita?

Me considero, o grupo que eu toco são trinta mulheres, trinta famílias, eu sempre lidero elas, os jovens, e os homens, a gente sempre divide, é super dividido. Agora dia 22 nós vamos reunir as mulheres atingidas, o MAB faz um trabalho com as mulheres atingidas por barragens. Vamos reunir as “Empilheiras” é um grupo de mulheres na base nacional do movimento, elas retratam a sua história desenhando, costurando, como antigamente as mulheres faziam quando os esposos saiam, elas retratavam a história que estava acontecendo, do momento, Faziam quadro costurando na mão, pedaço de pano, tudo artesanal. Então a gente está passando a cultura das mulheres empilhadeiras.

É um resgate de cultura?

É, é um resgate de cultura, bem antes. Agora a gente está trabalhando dentro do movimento.

Nesse encontro do dia 22, vocês vão tratar o que dona Magnólia?

A gente não pensou ainda no que fazer, mas a gente tá pensando em fazer uma empilha dentro do que está acontecendo, a gente no momento lá vai discutir o que está abalando mais as mulheres no momento.

Dona Magnólia e o encontro das mulheres dia 22 vai ser em que local?

Vai ser no Santa Rita mesmo, é um grupo pequeno de 20 mulheres, isso foi tratado já nacionalmente, estadualmente, e, agora vai ser nas comunidades, isso.

E outras mulheres como convidadas podem participar?

Pode. Pode.

Eu poço participar?

Pode. Vai ser lá no Santa Rita, no Lote 80. Vai ter dois coordenadores de Porto Velho. A gente está se revezando. Dois Coordenadores de Porto Velho, vai lá discute com as mulheres o assunto o que vão fazer nas empilheiras, pode até futuramente fazer uma exposição. Empilheiras do Estado de Rondônia, dentro do movimento.

Muito bom dona Magnólia, a senhora é uma líder dentro do seu grupo.

Em relação aos seus filhos, que idade eles tem e o que eles fazem?

Como eu disse, eu tenho três filhos, o mais velho tem vinte e três anos, é casado e é eletricitista da Base Aérea aqui em Porto Velho. O do meio tem 22 anos, está começando a fazer o curso de eletricitista de alta e baixa tensão. Só que a três meses se acidentou e está em casa se recuperando. O de dezesseis anos, o caçula só estuda. Estuda no Reassentamento Santa Rita.

A escola ainda tem atendimento pra ele?

Tem, ainda tem.

O que mais a senhora gostaria de falar dona Magnólia, ou quer fazer suas considerações finais, concluir a sua fala?

Bem, concluir não tem muito o que concluir. Eu já falei tudo o que tinha que concluir. Primeiro que eu queria falar assim, é muito bom a gente encontrar uma pessoa assim que nem você para perguntar o que se passa, o que a gente gostaria, o que está fazendo, o que é de bom, retratando alguma coisa que a gente fez ou que a gente faz. Muito bom, as vezes até anima mais. Obrigada.

Obrigada a senhora dona Magnólia pela colaboração.

Eu que agradeço, não sei se foi bom, mas depois você resgata aí no trabalho sobre o movimento de mulheres.

Entrevistada Nº 08

Nós estamos aqui para falar com as mulheres do Reassentamento Santa Rita, objeto de estudo sobre a história e cultura, suas relações familiares, como é percebido o trabalho da mulher, e as políticas de atendimento as mulheres. O título do projeto é “Mudamos outra vez! As interfaces da condição da mulher reassentada pela instalação da Usina Santo Antônio.”

Nome da Colaboradora: Jasmim.

Local: Porto Velho, 14 de novembro de 2014.

Dona Jasmim, a senhora pode falar um pouco sobre sua história de vida, sua vivência, sua rotina de trabalho no Reassentamento Santa Rita, suas relações familiares, como a senhora se sente?

Eu me sinto bem, um pouco sofrido né, por que a gente não tem assim um ganho, não tem assim um carro para conduzir, mas graças a Deus a Emater que conduziu a gente. E essa feira que a gente está fazendo, é a minha feira que é o salário do meis, com esse dinheirinho da feira que eu mantenho o meu rancho. E mais, os filhos dão uma ajuda quando a gente precisa comprar um remédio. Aí eles dão uma ajuda. Agora mesmo estou gastando bastante com doença, o esposo é depressivo e toma remédio controlado. As vezes tenho que tirar o dinheiro do rancho para comprar o remédio. O remédio não fica barato. Mas graças a Deus a gente vai levando. Bastante sofrimento, mas também bastante alegria, porque agora a gente tem uma casa boa, que a gente nunca ia ter condições de ter. Só por Deus que a gente conseguiu, pela misericórdia, porque a gente não tem merecimento, dou muita graças a Deus. Aprendi muita coisa ali também, devido ao sofrimento a gente aprendeu. Não choro de tristeza, choro de alegria porque Deus tem dado força, saúde, pela idade que tenho, setenta e três anos meu esposo, mas mesmo doente, vai lá ver a roça, mesmo assim limpa. Trabalha doente, agora mesmo a gente foi passa ela pelo médico, ele sentiu uma dormência na língua. E da dormência da língua começou ter dificuldade para engolir. A gente foi ao médico, a gente chegou quarta feira do médico. Está tomando um remédio que o médico passou e se não melhorar quarta feira a gente tem retorno. Aí vai ter que fazer uma biópia, que a língua dele está assim, apresentou dois machucadinho. Assim, mesmo assim, dou graças a Deus que tem dado força pra trabalhar. Mas no mais estou muito contente. Sinto num ponto tristeza porque deixei meus filhos pra traz. Tenho três filhos solteiros que estão lá em Ji-Paraná. Fui obrigada a vir, até porque no sitio segurar o que Deus preparou pra gente. E aí eles não podem vir, porque não tem ganho pra eles. Tenho uma filha que tem dezesseis anos de trabalho só num lugar só. Tenho uma que tem problema, é doente também, tem trinta e dois anos, não vem pra cá porque não tem trabalho aqui. Ela cozinha pros dois que trabalham, o rapaz e a menina. Todos os dias na minha oração, oro a Deus, que ele possa guardar. (chorou). Nunca pensava em minha vida que eu iá ser capaz de deixar meus filhos, e partir pro lugar e deixar eles solteiros. Se fosse casado eu não ligava, mas nesse mundo que a gente está hoje, a senhora sabe né. É difícil, muito bandido, a gente pensa muito. Eles estão na mão de Deus. E nois aqui sozinhos, também peço a Deus, que Deus possa proteger nós. Do mais eu estou muito contente, gosto muito do lugarzinho que deus preparou pra nós lá. Os filhos não quer que

nóisfica ali, mas meu esposo não fica na cidade, não gosta de cidade, toda a vida. Ele vinha e ficava trinta dias no sítio. Eu não podia acompanhar ele porque eu tinha que dar o estudo pra meus filhos. Eu sei o quanto faz a falta o estudo. Eu não tenho estudo. Mas graças a Deus por isso, ... não sei ler, não sei escrever, mas Deus tem dado a maneira que eu me viro. É o que eu tenho pra falar com vocês, dou muita graças a Deus. Agradeço muito a Santo Antônio, agradeço muito o pessoal da Emater, muitos ajudounóis. Se não fosse eles a gente não estaria aqui fazendo essa feira, porque nós não tinha como conduzir. O mesmo agora parou de conduzir nós, porque nóistemos que seguir sozinhos. Mas eu fiquei pensando, Senhor não vou fazer a feira, não tem condução. Senhor prepara, teve uma reunião na feira passada, foi que Deus tocou no coração do irmão trazer a gente até aqui, a gente paga vinte reais, pra vir e voltar. Mas eu dou Graças a Deus. Que Deus preparou, se não, não poderia estar aqui, pois não tem condições, não tem carro. Não tem nada pra andar. Pra ir pra igreja, os irmãos que busca a gente. Mas o mais eu estou muito contente. Gosto muito do sítio, nasci e criei no sítio. Fiquei na cidade pra dar estudo pros meus filhos, né. Agora não estou mais. Aí as minhas meninas falou, a senhora pode seguir a vida d senhora, que nós já somos de maior, que nós fica bem. Aí a gente comunica todo o dia, umas duas vezes ao dia. E graças a Deus nóistamos bem aqui, e eles tão bem lá. Mas minha mãe é enferma, meu pai o Senhor já levou. Eu fiquei uns três anos sem ficar no sítio, fiquei cuidando do meu pai enfermo, mas o Senhor recolheu. Mas graças a Deus chegou a hora, tem que ir, não tem jeito. A gente está aqui lutando. A minha mãe está enferma, pede pra gente voltar. Mas mãe como que eu vou voltar, se o meu esposo é enfermo também. Deixar ele sozinho, ele não mora na cidade. Aí eu fico enrolando ela, falando com ela. Mãe eu estou passando uns dias, até porque eu não trouxe mudança, não trouxe mudança, se não ela iá ficar muito contrariada. Cada vez que eu vou eu trago um pouco de roupa, cada vez trago um pouco de roupa. Aí um dia desse ela falou: estou desconfiada que você não vai voltar mais pra cá, você está indo de mudança, está gostando muito de lá. Não mãe, estou passando uns tempos. Deus saberá até quando vou ficar por lá. Mas eu estou muito contente, por mim eu fico ali pro resto da minha vida. Por que eu gosto muito do sítio.

Dona Jasmim antes de morar no Santa Rita, a senhora morou no Joana D´arc?

Fia, eu fui duas vezes pra lá. É como eu acabei de falar no início da entrevista, meu esposo estava lá, e, eu ajudando minha mãe cuidar do meu pai. E quando meu pai faleceu, eu já estava a alguns dias aqui, morando com meu esposo com muita, muita depressão. Aí na semana que eu voltei lá em casa, que meu pai faleceu, aí eu falava, pai eu estou indo lá passar uns dias, que o Zé não está bem, eu tenho que cuidar mas eu não vou ficar lá. Eu tinha que falar assim, por que ele ficavana cadeira de roda. Assim na semana que a gente foi, que a gente já tinha comprado passagem, estava vindo, aí deu uma crise nele, (chorou) eu tava lá, eu tinha o maior medo do meu pai falecer e eu não está junto dele. Nunca deixei a minha mãe com o meu pai sozinho, nunca deixei. Aí ajudei cuidar até o último suspiro. Deu o último suspiro no meus braços. Ai a gente estava arrumando a mudança no domingo, que a gente vinha na segunda. Aí deu a crise, ficou uma semana no hospital e faleceu. Aí quando foi na outra semana a gente viajou pra cá. Aí eu só vou lá passear.

A senhora gosta de morar no Santa Rita com as coisas que a senhora tem lá?

Gosto. Gosto. Só falta ali um veículo pra conduzir a gente. Se a gente não sabe dirigir a gente possa arrumar um motorista, pra dirigir e levar a gente onde precisa. Até porque é muito difícil em Porto Velho. Eu não sei mexer com nada aqui em Porto Velho. Ichii... eu estou

muito contente. Sempre digo pros meus filhos, por mim e pelo meu esposo a gente nunca sai. Agora se for por um motivo de doença, a gente é obrigada deixar o sítio. Nunca tenho intenção de deixar o lote. Só se tiver um motivo.

Dona Jasmim, o que vocês produzem no lote?

Nós temos banana, macaxeira, batata, tem verdura. A gente não compra verdura. Tem bastante coisa. Tem o pomar que eles forneceram as plantas, as mudas, gente plantou, aí tem de tudo um pouquinho fia.

E aqui na feira o que a senhora vende?

Eu vendo meus bolinhos, coisas de massa. Porque a verdura é mais difícil. Quando tem bastante verdura, eu ligo pra minha menina em Ji-Paraná, porque a gente não pode misturar as coisas, aí ela vem, agora para a feira do final do mês ela vai vir. Aí a gente traz as verduras. Essas pimentinhas de cheiro é minha. Lá tinha bastante coisa, tinha abrobrinha....não deu pra trazer por que não podia vendernuma banca só, aí eu deixei. Sempre a gente tem de tudo um pouco.

O que mais a senhora gostaria de falar dona Jasmim?

Eu já falei tudo o que tinha que falar, agradecer eles e também a você. A entrevista. Agradecer você bastante e pessoal da Emater, pessoal da Santo Antônio.

Eu que agradeço dona Jasmim pela entrevista e por ter contribuído para a nossa pesquisa.

Obrigada a você e que Deus te abençoe.

Amem!